



INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

**Avaliação do curso de
Engenharia das Ciências Agrárias
Ramo Agrícola**

Período de referência: anos lectivos de 1999/2000 a 2001/02

Castelo Branco, Dezembro de 2002

ÍNDICE GERAL:

ÍNDICE GERAL:	<i>i</i>
Índice de Quadros:	<i>vi</i>
I. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ACADÉMICA DO IPCB	<i>1</i>
1. Evolução histórica	<i>1</i>
2. Composição estrutural	<i>2</i>
2.1. Identificação das unidades orgânicas do IPCB (Escolas Superiores)	<i>2</i>
2.2. Identificação de outras unidades orgânicas do IPCB	<i>4</i>
2.2.1 Alojamento.....	<i>5</i>
2.2.2 Alimentação	<i>5</i>
2.2.3 Bolsas de Estudo.....	<i>5</i>
3. Organização interna	<i>6</i>
3.1. Identificação dos órgãos de gestão do Instituto	<i>6</i>
3.2. Identificação dos serviços do Instituto	<i>7</i>
3.3. Articulação funcional entre os serviços do Instituto e as Escolas Superiores	<i>7</i>
II. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE CASTELO BRANCO	<i>9</i>
4. Relações institucionais	<i>9</i>
4.1. Cooperação com entidades nacionais	<i>9</i>
4.2. Cooperação com entidades estrangeiras.....	<i>9</i>
5. Missão institucional	<i>15</i>
6. Memória histórica	<i>17</i>
6.1. Percurso histórico	<i>17</i>
6.2. Registo de estudos, relatórios e/ou documentos relacionados com a memória histórica	<i>23</i>
7. Percurso Institucional	<i>23</i>
7.1 Identificação dos cursos ministrados desde o início das actividades da Escola	<i>23</i>
7.2 Evolução quantitativa da frequência desde o início das actividades da Escola	<i>25</i>

7.3 Evolução quantitativa dos corpos docente, técnico e administrativo	26
7.4 Evolução quantitativa dos orçamentos de despesa, considerando despesas de funcionamento (pessoal e outras) e despesas com investimentos.	27
8. Organização interna actual.....	28
8.1 Identificação dos órgãos de gestão administrativa, científica e académica estatutariamente consagrados	28
8.2 Identificação de estruturas informais existentes, com referência às suas atribuições	30
9. Recursos disponíveis.....	31
9.1 Instalações da ESACB.....	31
9.1.1 Efectivo pecuário	34
9.1.2 Recursos materiais e equipamentos disponíveis.....	34
9.2 Recursos humanos disponíveis	35
9.2.1 Pessoal docente que presta serviço na ESACB	35
9.2.2 Pessoal técnico e administrativo que presta serviço na ESACB.....	41
10. Recursos financeiros	44
11. Indicadores de consistência institucional num horizonte temporal retroactivo de três anos	45
11.1 Concessão de graus académicos	45
11.3 Projectos desenvolvidos a nível institucional	47
11.4 Projectos desenvolvidos em parceria com outras entidades.....	48
11.5 Produção científica	57
12. Dinâmica de formação interna	58
12.1 Dinâmica de qualificação de docentes	58
12.2 Dinâmica de qualificação de pessoal não docente	60
13. Indicadores de internacionalização	61
13.1 Número de Acordos, Protocolos ou Convénios.....	61
13.2 Número de alunos envolvidos em modalidades de intercâmbio, com referência a eventuais programas de apoio.....	63
13.3 Intercâmbio científico.....	64
14. Indicadores de relação com a sociedade.....	65

14.1 Prestação de serviços à comunidade, com identificação de projectos, parceiros ou destinatários envolvidos.....	65
14.2 Actividades de formação, em qualquer modalidade, dirigidas à população activa.....	66
15. Indicadores relativos a acção social escolar.....	69
15.1 Evolução do número de bolseiros nos últimos três anos.....	69
15.2 Disponibilidade de residências, com referência ao número de lugares disponíveis.	69
15.3 Identificação de outros apoios disponíveis aos estudantes.....	69
III <i>Análise descritiva do Curso e respectivo funcionamento</i>	71
16. <i>Evolução histórica</i>	71
17. <i>Organização Curricular actual</i>	76
18. <i>Unidades Curriculares</i>	79
18.1 Caracterização das disciplinas	79
18.2 Conteúdos programáticos das disciplinas	84
18.3 Funcionamento das disciplinas e frequência das aulas	84
18.4 Avaliação das disciplinas	97
18.5 Docentes que ministram as disciplinas	112
18.6 Seminário.....	114
18.7 Estágio	115
19. <i>Actividades associadas ao Funcionamento do Curso</i>	116
20. <i>Desenvolvimento sequencial do Curso</i>	122
21. <i>Recursos afectos ao Curso</i>	123
21.1 Espaços	123
21.2 Equipamentos	128
21.3 Recursos Humanos	128
21.3.1 Docentes	128
21.3.2. Pessoal não docente.....	129
22. <i>Procura do Curso</i>	130
23. <i>Indicadores de Sucesso Educativo no Curso, no mesmo horizonte temporal</i>	134

23.1 Regimes de conclusão de curso e cálculo da classificação final.....	134
23.2 Tempo para a conclusão do curso	135
24. <i>Frequência actual do Curso</i>	136
25. <i>Inserção no mercado de trabalho</i>	137
25.1 Considerações preliminares: expectativa original no respeitante a soluções profissionais no âmbito regional ou nacional.....	137
25.2 Iniciativa da Escola no processo de inserção dos novos diplomados no mercado de trabalho.....	138
25.3 A inserção profissional dos diplomados pela ESACB.....	138
25.3.1 Aspectos metodológicos	139
25.3.2. Situação perante o emprego.....	139
25.3.3 Caracterização do primeiro emprego.....	141
25.3.4 Relação do emprego com o curso.....	142
26. <i>Opiniões recolhidas</i>	144
26.1. Dos docentes	144
26.2. Dos alunos.....	148
26.3. Recolha de opinião dos funcionários não docentes.....	151
26.3.1. Acções de formação	152
26.3.2 Condições de trabalho	155
26.3.3 Horários de trabalho	157
26.3.4 Funcionamento do sistema	158
26.3.5. Questões gerais	162
26.3.6. Notas pessoais	164
26.4 Das entidades empregadoras	164
<i>IV Análise Crítica</i>	171
27. <i>Organização do curso</i>	171
27.1. Adequação aos objectivos definidos.....	171
27.2. Base conceptual da organização curricular	172
27.3. Metodologia da concepção curricular.....	174
27.4. Consistência científica dos conteúdos das unidades curriculares	175
28. <i>Realização do Curso</i>	177
28.1 Estratégias da realização curricular	177

28.2 Metodologias de acção pedagógica.....	177
28.3 Trabalho científico associado	178
29. Recursos Disponíveis.....	179
29.1 Recursos Humanos	179
29.2. Instalações	180
29.3. Equipamentos	181
30. Resultados obtidos	181
31. Ambiente de trabalho.....	182
32. Cultura de Qualidade	183
33. Difusão do curso.....	184
34. Imagem social do curso.....	185
V. Conclusões.....	189
35. Pontos fortes	191
36. Pontos fracos.....	192
37. Propostas de actuação	192

ÍNDICE DE QUADROS:

<i>Quadro 2.1. Evolução do número de alunos do IPCB alojados em residências.....</i>	<i>5</i>
<i>Quadro 2.2. Número total de refeições servidas pelos Serviços Sociais do IPCB.</i>	<i>5</i>
<i>Quadro 2.3. Bolsas de estudo atribuídas a alunos do IPCB.</i>	<i>6</i>
<i>Quadro 3.1. Projecto de colaboração entre Escolas do IPCB.</i>	<i>8</i>
<i>Quadro 4.1. Convénios e protocolos de cooperação do IPCB que se encontram em vigor.....</i>	<i>9</i>
<i>Quadro 6.1. Evolução do Conselho Científico da ESACB.</i>	<i>19</i>
<i>Quadro 6.2. Conselho Pedagógico que exerceu funções de 13 de Maio de 1998 a 19 de Maio de 2000.....</i>	<i>20</i>
<i>Quadro 6.3. Conselho Pedagógico que exerceu funções de 19 de Maio de 2000 a 29 de Maio de 2002.....</i>	<i>21</i>
<i>Quadro 6.4. Conselho Pedagógico que exerceu funções de 29 de Maio de 2002 até à actualidade.</i>	<i>22</i>
<i>Quadro 7.1. Evolução quantitativa do número de alunos inscritos nos diferentes Cursos.....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 7.2. Evolução do pessoal docente da ESACB nos últimos três anos.....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro 7.3. Evolução do pessoal não docente da ESACB nos últimos quatro anos.</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 7.4. Distribuição quantitativa do Orçamento por principais rubricas, com desagregação em termos de fonte de financiamento (em Euros).</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 7.5. Distribuição percentual do orçamento pelas principais rubricas de despesa, no período em análise.</i>	<i>28</i>
<i>Quadro 9.1. Pomares existentes na ESACB em 2002.</i>	<i>33</i>
<i>Quadro 9.2. Efectivo Pecuário da ESACB no ano de 2002.....</i>	<i>34</i>
<i>Quadro 9.3. Recursos humanos disponíveis por categoria (Actividade/ habilitações académicas) no ano de 2002.</i>	<i>35</i>
<i>Quadro 9.4. Pessoal docente contratado por mais de um ano por qualificação académica.....</i>	<i>37</i>
<i>Quadro 9.5. Pessoal docente contratado por mais de um ano por regime de prestação de serviço.....</i>	<i>37</i>

<i>Quadro 9.6. Pessoal docente contratado por mais de um ano por condições de prestação de serviço.</i>	<i>37</i>
<i>Quadro 9.7. Pessoal docente contratado por mais de um ano por categoria docente.</i>	<i>38</i>
<i>Quadro 9.8. Pessoal docente contratado por mais de um ano por escalões etários... 38</i>	
<i>Quadro 9.9. Pessoal docente contratado por menos de um ano por qualificação académica.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 9.10. Pessoal docente contratado por menos de um ano por regime de prestação de serviço</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 9.11. Pessoal docente contratado por menos de um ano por condições de prestação de serviço.</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 9.12. Pessoal docente contratado por menos de um ano por categoria docente.</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 9.13. Pessoal docente contratado por menos de um ano por escalões etários.</i>	<i>40</i>
<i>Quadro 9.14. Pessoal não docente da ESACB, organizados por qualificação académica.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 9.15. Pessoal não docente da ESACB, organizados por faixa etária.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 9.16. Pessoal não docente da ESACB agrupado por carreiras/ categorias... 43</i>	
<i>Quadro 9.17. Pessoal não docente da ESACB, organizados acções de formação profissional específica frequentadas.....</i>	<i>44</i>
<i>Quadro 10.1. Distribuição percentual da Receita consoante a origem.</i>	<i>44</i>
<i>Quadro 10.2. Discriminação de receitas próprias segundo a sua natureza.....</i>	<i>45</i>
<i>Quadro 10.3. Receitas e despesas totais no período 1999/2002.....</i>	<i>45</i>
<i>Quadro 11.1. Concessão de graus nos últimos 3 anos.....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 11.2. Publicações e comunicações científicas.....</i>	<i>58</i>
<i>Quadro 12.1. Dinâmica de qualificação de docentes contratados por período de tempo superior a um ano.....</i>	<i>59</i>
<i>Quadro 12.2. Dinâmica de qualificação de docentes contratados por período de tempo inferior a um ano.....</i>	<i>59</i>

<i>Quadro 12.3. Dinâmica de qualificação de docentes contratados por período de tempo superior a um ano envolvidos no domínio científico do Curso de Engenharia das Ciências Agrárias, ramo Agrícola.....</i>	<i>59</i>
<i>Quadro 13.1. Mobilidade de estudantes no triénio de 1999/2002.....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro 13.2. Mobilidade de docentes com apoios programas.....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro 13.3. Número de acções de investigação, conferências e cursos de formação/actualização em Portugal e no Estrangeiro em que participaram docentes da ESACB durante o quinquénio de 1999/02.....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 14.1. Cursos de formação ministrados com colaboração do corpo docente da ESACB.....</i>	<i>67</i>
<i>Quadro 15.1. Total de bolseiros da Escola e do Curso Engenharia das Ciências Agrárias - Ramo Agrícola e Ramo Animal.....</i>	<i>69</i>
<i>Quadro 15.2. Número de alunos da ESACB em Residências de Estudantes.....</i>	<i>69</i>
<i>Quadro 18.1. Caracterização das disciplinas do Curso de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola.....</i>	<i>81</i>
<i>Quadro 18.2. Aulas previstas e efectivamente realizadas por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).....</i>	<i>85</i>
<i>Quadro 18.3. Aulas previstas e efectivamente realizadas por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).....</i>	<i>87</i>
<i>Quadro 18.4. Aulas previstas e efectivamente realizadas por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).....</i>	<i>89</i>
<i>Quadro 18.5. Número de Alunos inscritos e número médio de alunos por aula por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).</i>	<i>91</i>
<i>Quadro 18.6. Número de Alunos inscritos e número médio de alunos por aula por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).</i>	<i>93</i>
<i>Quadro 18.7. Número de Alunos inscritos e número médio de alunos por aula por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas</i>	

<i>teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).</i>	95
<i>Quadro 18.8. Número de alunos e Taxas de aprovação, por Disciplina.</i>	98
<i>Quadro 18.9. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000 – Alunos aprovados por dispensa.</i>	101
<i>Quadro 18.10. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000 – Alunos aprovados por exame.</i>	103
<i>Quadro 18.11. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 – Alunos aprovados por dispensa.</i>	105
<i>Quadro 18.12. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 – Alunos aprovados por exame.</i>	107
<i>Quadro 18.13. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 – Alunos aprovados por dispensa.</i>	109
<i>Quadro 18.14. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 – Alunos aprovados por exame.</i>	111
<i>Quadro 18.15. Formação e categoria do pessoal docente (BAC- Bacharel; LIC - licenciado; MES- Mestre; DOU- doutorado).</i>	113
<i>Quadro 19.1. Ligações com o exterior no apoio à docência.</i>	118
<i>Quadro 21.1. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 1º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias –Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.</i>	124
<i>Quadro 21.2. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 2º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias –Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.</i>	125
<i>Quadro 21.3. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 3º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias –Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.</i>	126
<i>Quadro 21.4. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 4º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias –Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.</i>	127
<i>Quadro 21.5. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 5º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias –Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.</i>	128

<i>Quadro 21.6. Pessoal não docente da ESACB, afecto ao curso de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola, com e sem formação superior.....</i>	<i>129</i>
<i>Quadro 21.7. Pessoal não docente da ESACB afecto ao curso de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola, agrupado por categorias.....</i>	<i>129</i>
<i>Quadro 22.1. O número de candidatos ao Curso na 1ª e 2ª Fase.....</i>	<i>130</i>
<i>Quadro 22.2. Números clausus fixados e número de ingressos.</i>	<i>130</i>
<i>Quadro 22.3. Etapa Colocação (Contingente) - 1999/2000 (1ª fase).....</i>	<i>130</i>
<i>Quadro 22.4. Etapa Colocação (Contingente) - 1999/2000 (2ª fase).....</i>	<i>131</i>
<i>Quadro 22.5. Etapa Colocação (Contingente) -2000/2001 (1ª fase).....</i>	<i>131</i>
<i>Quadro 22.6. Etapa Colocação (Contingente) - 2000/2001 (2ª fase).....</i>	<i>131</i>
<i>Quadro 22.7. Etapa Colocação (Contingente) -2001/2002.</i>	<i>131</i>
<i>Quadro 22.8. Etapa Colocação (Contingente) - 2001/2002 (2ª fase).....</i>	<i>131</i>
<i>Quadro 22.9. Tipo de curso de 12º ano (15 mais frequentes) 1999/2000.....</i>	<i>132</i>
<i>Quadro 22.10. Tipo de curso de 12º ano (15 mais frequentes) 2000/2001.....</i>	<i>132</i>
<i>Quadro 22.11. Tipo de curso de 12º ano (15 mais frequentes) 2001/2002.....</i>	<i>133</i>
<i>Quadro 23.1. Número de diplomados nos anos em análise.</i>	<i>134</i>
<i>Quadro 23.2. Número de anos para conclusão do curso (BAC e LIC).....</i>	<i>135</i>
<i>Quadro 23.3. Alunos inscritos comparando com a obtenção de grau no período em análise</i>	<i>136</i>
<i>Quadro 24.1. Classificações dos ingressados em 2002/03.</i>	<i>136</i>
<i>Quadro 24.2. Número de alunos inscritos por ano curricular em 2002/03.</i>	<i>137</i>
<i>Quadro 24.3. Número de alunos inscritos por ano curricular no horizonte temporal de 1999/00 no curso de Engenharia de Ciências Agrárias –Ramo Agrícola.....</i>	<i>137</i>
<i>Quadro 25.1. Distribuição da taxa de resposta por género.....</i>	<i>139</i>
<i>Quadro 25.2. Situação perante o emprego após terminar o estágio.....</i>	<i>140</i>
<i>Quadro 25.3. Situação profissional actual.</i>	<i>141</i>
<i>Quadro 25.4. Distribuição do número do emprego.....</i>	<i>141</i>
<i>Quadro 25.5. Entidades empregadoras relacionadas com o sector agrário.....</i>	<i>142</i>
<i>Quadro 25.6. Utilização dos conhecimentos utilizados pelos diplomados no desempenho da sua actividade profissional (%).</i>	<i>143</i>

<i>Quadro 25.7. Avaliação da satisfação face ao curso segundo os critérios apresentados</i>	144
<i>Quadro 26.1. Apreciação, em valores percentuais, das condições de trabalho relacionadas com a actividade docente na ESACB.....</i>	147
<i>Quadro 26.2. Caracterização da opinião dos docentes, em valores percentuais, sobre aspectos diversos de organização e funcionamento dos cursos.....</i>	148
<i>Quadro 26.3. Opinião dos alunos de aspectos com interesse para a avaliação global do Curso.</i>	150
<i>Quadro 26. 4. Organização e funcionamento do Curso.</i>	151
<i>Quadro 26.5. Conhecimento da existência de acções de formação.....</i>	152
<i>Quadro 26.6 Meios através dos quais teve conhecimento da existência de acções de formação</i>	152
<i>Quadro 26.7. Solicitações de autorização à Direcção da ESACB para frequentar acções de formação.....</i>	153
<i>Quadro 26.8. Autorizações concedidas para frequência de acções de formação</i>	153
<i>Quadro 26.9. Dificuldade em conseguir autorização para frequentar as acções de formação pretendidas</i>	154
<i>Quadro 26.10. Financiamento das acções de formação frequentadas.....</i>	154
<i>Quadro 26.11. Procura de outras acções de formação</i>	155
<i>Quadro 26.12. Condições de segurança no local de trabalho</i>	155
<i>Quadro 26.13. Condições de limpeza no local de trabalho.....</i>	156
<i>Quadro 26.14. Relacionamento com os superiores hierárquicos no local de trabalho</i>	156
<i>Quadro 26.15. Relacionamento com os colegas no local de trabalho</i>	157
<i>Quadro 26.16. Eficácia dos serviços face às solicitações em relação a horários de trabalho</i>	157
<i>Quadro 26.17. Eficácia dos serviços em relação ao sistema para justificação de ausências.....</i>	158
<i>Quadro 26.18. Conhecimento do Regulamento de Horários da ESACB.....</i>	158
<i>Quadro 26.19. Funcionamento da divulgação de informação em relação a concursos</i>	159

<i>Quadro 26.20. Funcionamento da divulgação de informação em relação a legislação laboral</i>	<i>159</i>
<i>Quadro 26.21. Funcionamento da divulgação de informação em relação a outra legislação.....</i>	<i>160</i>
<i>Quadro 26.22. Funcionamento da divulgação de informação relativa à Escola.....</i>	<i>160</i>
<i>Quadro 26.23. Facilidade de progressão na carreira.....</i>	<i>161</i>
<i>Quadro 26.24. Perspectivas de progressão na carreira.....</i>	<i>161</i>
<i>Quadro 26.25. Opinião sobre a adequação das funções desempenhadas para a progressão na carreira/categoria</i>	<i>162</i>
<i>Quadro 26.26. Percepção de incentivos para fazer mais e melhor nos anos em análise</i>	<i>162</i>
<i>Quadro 26.27. Forma de classificação individual anual dos funcionários</i>	<i>163</i>
<i>Quadro 26.28. Importância da avaliação do serviço em que está inserido</i>	<i>163</i>
<i>Quadro 26.29. Forma de cumprimento das obrigações como funcionário.....</i>	<i>163</i>
<i>Quadro 26.30. Respeito pelos direitos como funcionário</i>	<i>164</i>
<i>Quadro 26.31. Lista das entidades empregadoras inquiridas.....</i>	<i>165</i>
<i>Quadro 26.32. Opinião das entidades empregadoras relativamente à qualidade da formação em Produção Agrícola ministrada pela ESACB.....</i>	<i>166</i>
<i>Quadro 26.33. Avaliação do desempenho profissional dos diplomados da ESACB.</i>	<i>166</i>
<i>Quadro 26.34. Opinião das entidades empregadoras relativamente à imagem dos técnicos formados na ESACB.</i>	<i>167</i>
<i>Quadro 26.35. Importância reconhecida à formação ministrada pela ESACB para o desenvolvimento da região.</i>	<i>167</i>
<i>Quadro 26.36. Avaliação do nível de formação dos técnicos em Produção Agrícola segundo a perspectiva do empregador.</i>	<i>168</i>
<i>Quadro 26.37. Aspectos considerados como fortes do Curso de Produção Agrícola.</i>	<i>169</i>
<i>Quadro 26.38. Aspectos considerados como pontos fracos do Curso de Produção Agrícola.....</i>	<i>169</i>
<i>Quadro 26.39. Sugestões apresentadas pelas entidades empregadoras</i>	<i>170</i>

I. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ACADÉMICA DO IPCB

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), criado pelo Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro (anexo I), iniciou a sua actividade em 28 de Outubro de 1980, com a tomada de posse da sua primeira Comissão Instaladora. O referido Decreto-lei definia que o “Instituto Politécnico de Castelo Branco agrupa os seguintes estabelecimentos de ensino:

- a) Escola Superior de Educação;
- b) Escola Superior Agrária”.

Pelo Decreto-lei n.º 355/90, de 10 de Novembro, foi criada a Escola Superior de Tecnologia e de Gestão, designada por ESTIG.

Os Estatutos do Instituto Politécnico de Castelo Branco foram homologados pelo Ministro da Educação em 7 de Fevereiro de 1995, através do Despacho Normativo n.º 12/95 e publicados, em 9 de Março de 1995, no Diário da República n.º 58, I Série-B (anexo I). Os Estatutos da Escola Superior Agrária são publicados em 11 de Fevereiro de 1997 (Diário da República n.º 35, II Série) e os da Escola Superior de Educação em 25 de Fevereiro de 1997 (Diário da República n.º 47, II Série) (anexo II).

A Escola Superior de Tecnologia e de Gestão viria a ser extinta em 1997 pelo Decreto-lei n.º 153/97 de 20 de Junho, o qual criou duas novas escolas: a Escola Superior de Tecnologia (EST), com sede em Castelo Branco, e a Escola Superior de Gestão (ESGIN), com sede em Idanha-a-Nova.

A partir de 1999 e até ao presente, o Instituto sofreu alterações profundas. Assim em 14 de Julho de 1999, de acordo com o Decreto-lei n.º 264/99, é criada a Escola Superior de Artes Aplicadas (ESART).

Em 28 de Março de 2001, o Decreto Lei n.º 99/2001 integra a Escola Superior de Enfermagem Dr. Lopes Dias no Instituto Politécnico de Castelo Branco e 4 meses mais tarde em 10 de Julho através da Portaria n.º 693/2001 é convertida em Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD). Com vista à sua autonomia científica, pedagógica e financeira foram publicados os Estatutos da Escola Superior de Saúde em 14 de Dezembro de 2001 e os da Escola Superior de Tecnologia em 24 de Janeiro de 2002, tendo sido eleitos os seus directores em, respectivamente, 11 de Abril e 30 de Abril.

Assim, de todas as Escolas, só a Escola Superior de Gestão e a Escola Superior de Artes Aplicadas se encontram ainda em regime de instalação nos termos do Decreto-lei n.º 24/94, de 27 de Janeiro. No entanto, estão já em fase final os Estatutos da Escola Superior de Gestão, prevendo-se, para breve, a sua autonomia.

2. COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL

2.1. Identificação das unidades orgânicas do IPCB (Escolas Superiores)

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

Criação: Decreto-lei n.º 513-T/79 de 26/12

Estatutos: Despacho 2/97 – D.R. n.º 35 de 11/02

Director: Prof.-coordenador José Carlos Dias Duarte Gonçalves

Subdirector: Prof.-adjunto José Sarreira Tomás Monteiro

Conselho Científico: Prof.-coordenador Celestino António Morais de Almeida

Conselho Pedagógico: Prof.-coordenador António Maria dos Santos Ramos

Secretário: Luís Dinis da Rosa

Morada: Quinta da Senhora de Mércules, 6000-098 CASTELO BRANCO

Telefone / Fax: 272339900 / 272339901

Página da internet / e-mail: www.esa.ipcb.pt / director@esa.ipcb.pt

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Criação: Decreto-lei n.º 513-T/79 de 26/12

Estatutos: Despacho 3/97 – D.R. n.º 47 de 25.02

Director: Prof.-adjunto José Dias dos Santos Pires

Subdirector: Prof.-adjunto Ernesto Candeias Martins

Conselho Científico: Prof.^a-coordenadora Maria Margarida A. P. Morgado

Conselho Pedagógico: Prof.^a-adjunta Maria de Fátima Carmona Simões da Paixão

Secretária: Maria Leonor Lencastre Albuquerque Godinho

Morada: R. Prof. Dr. Faria de Vasconcelos, 6000-266 CASTELO BRANCO

Telefone / Fax: 272339100 / 277202667

Página da internet / e-mail: www.esa.ipcb.pt / esecb@mail.esa.ipcb.pt

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO

Criação: Decreto-lei n.º 153/97 de 20/06

Estatutos: Despacho 16327/2002 – D.R. n.º 168 de 23/07

Director: Prof.-coordenador João José Tavares Curado Ruivo

Subdirector: Prof.-adjunto Filipe Manuel Antunes Pires

Conselho Científico: Prof.-coordenador João José Tavares Curado Ruivo

Conselho Pedagógico: Eq. Prof.-adjunto José de Jesus Ribeiro Canhoto

Morada: Palacete das Palmeiras, 6060-163 IDANHA-A-NOVA

Telefone / Fax: 277200220 / 277202667

Página da internet / e-mail: www.esg.ipcb.pt / esg.info@mail.esg.ipcb.pt

ESCOLA SUPERIOR TECNOLOGIA DE CASTELO BRANCO

Criação: Decreto-lei n.º 153/97 de 20/06

Estatutos: Despacho 1928/2002 – D.R. n.º 20 de 24/01

Director: Prof.-adjunto Armando Lopes Ramalho

Subdirector: _____

Conselho Científico: Prof.-adjunto Rui Manuel Amaro Alves

Conselho Pedagógico: Prof.^a-coordenadora Arminda da Conceição dos Santos Guerra E. Lopes

Secretária: Ana Cristina Matos Romãozinho

Morada: Av. do Empresário, 6000-767 CASTELO BRANCO

Telefone / Fax: 272 339 300 / 272 339 399

Página da internet / e-mail: www.est.ipcb.pt / direccao@est.ipcb.pt

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DR. LOPES DIAS

Criação: Portaria n.º 693/2001 de 10/07

Estatutos: Despacho 25556/2001 – D.R. n.º 288 de 14/12

Director: Prof.-adjunto José Manuel Preto Ribeiro

Subdirector: _____

Conselho Científico: Prof.-coordenador Carlos Manuel Leitão Maia

Conselho Pedagógico: Prof.^a-coordenadora Ana Paula Gonçalves A. Sapeta

Morada: Largo da Misericórdia - Apartado 59, 6001-909 CASTELO BRANCO

Telefone / Fax: 272340560 / 272340560

Página da internet / e-mail: www.ess.ipcb.pt / esaldadm@ess.ipcb.pt

ESCOLA SUPERIOR DE ARTES APLICADAS (em regime de instalação)

Criação:

Director: Prof.-adjunto Fernando Manuel Raposo

Conselho Científico: Prof.-coordenador Valter Victorino Lemos

Conselho Pedagógico: Prof.-adjunta Maria Luísa Faria de Sousa Cerqueira Correia Castilho

Morada: R. do Saibreiro – Cine-Teatro, 6000-197 CASTELO BRANCO

Telefone / Fax: 272329920 / 272327824

Página da internet / e-mail: www.esart.ipcb.pt / infoesart@esart.ipcb.pt

2.2. Identificação de outras unidades orgânicas do IPCB

O IPCB compreende ainda as seguintes unidades orgânicas:

- Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional (CEDER);
- Serviços de Acção Social Escolar.

São atribuições do CEDER:

- a) Cooperar na criação de meios para o aperfeiçoamento, formação e actualização do pessoal docente, investigador e técnico do Instituto e da região;
- b) Promover a realização de colóquios, seminários, congressos e estágios de especialização ou aperfeiçoamento nos domínios das suas atribuições;
- c) Desenvolver actividades de intercâmbio e cooperação com centros de investigação e organismos congéneres, nacionais e estrangeiros, tendo em vista assegurar um nível técnico-científico actualizado e adequado aos trabalhos que venha promover;
- d) Cooperar com os organismos nacionais e regionais de planeamento e execução;
- e) Apoiar os sectores produtivos, públicos e privados, através da realização de estudos e projectos, quando, para o efeito, for solicitada a sua colaboração;
- f) Promover a utilização das estruturas do IPCB por parte das entidades regionais, sem prejuízo das tarefas específicas e prioritárias do ensino;
- g) Promover a administração e aplicação das receitas para a prossecução das suas atribuições.

Os Serviços de Acção Social Escolar têm nestes últimos anos, e à semelhança dos anos anteriores, proporcionado aos estudantes do IPCB melhores condições de estudo através da concessão de apoios e prestação de serviços.

2.2.1 Alojamento

A oferta de alojamento em 1999 foi de 247 camas num universo de 4094 alunos. Foram alojados 242 alunos, seleccionados entre 601 candidatos.

Esta oferta foi aumentada para 351 camas, no princípio do ano 2000, com a entrada em funcionamento de uma nova residência para estudantes, localizada em Idanha-a-Nova e com capacidade para 104 estudantes.

Pode-se referir ainda, que as residências, tanto masculina como feminina, estiveram em pleno funcionamento (Quadro 2.1).

Quadro 2.1. Evolução do número de alunos do IPCB alojados em residências.

Ano lectivo	N.º de alunos	N.º de candidatos	Alojados
1999-2000	4094	601	242
2000-2001	4522	585	297
2001-2002	4805	668	310

2.2.2 Alimentação

Quanto à alimentação, continuaram a funcionar os refeitórios das Escolas Superior Agrária, Educação e Tecnologia, funcionando nas mesmas o serviço de cafeteria com horários alargados. Foi inaugurado um novo refeitório em Idanha-a-Nova, em 2000, o que levou a algum incremento no número das refeições servidas. Assim:

Quadro 2.2. Número total de refeições servidas pelos Serviços Sociais do IPCB.

Ano	N.º de refeições
1999	73543
2000	87222
2001	92438

2.2.3 Bolsas de Estudo

Quanto às bolsas de estudo, foram analisados todos os anos algumas centenas de candidaturas a bolsas de estudo, tendo sido atribuída uma percentagem muito significativa das mesmas candidaturas, como se pode ver pelo Quadro 2.3.

Quadro 2.3. Bolsas de estudo atribuídas a alunos do IPCB.

Ano	Candidaturas	Bolsas atribuídas	Valor médio da bolsa (€)
1999-2000	1663	1144	96,42
2000-2001	1682	1255	102,83
2001-2002	1733	1273	107,32

Como se pode verificar, foram atribuídas bolsas a uma média de 72,3% dos alunos que se candidataram.

3. ORGANIZAÇÃO INTERNA

3.1. Identificação dos órgãos de gestão do Instituto

De acordo com o disposto no artigo nº 9 dos estatutos são órgãos do IPCB, a Assembleia Geral, o Presidente, o Conselho Geral e o Conselho Administrativo.

A Assembleia Geral é constituída, entre outros, pelos seguintes membros: o Presidente, o Vice-presidente, o Administrador, o Administrador para a Acção Social Escolar, representantes do pessoal docente e não docente e discente, aos quais compete eleger o presidente, reconhecer a sua incapacidade e decidir sobre a sua suspensão ou destituição.

O Presidente é eleito pela assembleia geral, e tem, por competência, representar, dirigir e coordenar todas as actividades e serviços do Instituto, imprimindo-lhes unidade, continuidade e eficiência. O Presidente preside a todos os órgãos colegiais do Instituto, velando pela execução das suas deliberações. O Presidente é coadjuvado por um vice-presidente por ele escolhido. O lugar de Presidente e de Vice-presidente foi ocupado no triénio em referência 1999/2002 pelos Professores-coordenadores, Valter Victorino Lemos e José Figueiredo Martinho, respectivamente.

O Conselho Geral é constituído, entre outros, pelos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, Directores das unidades orgânicas que integram o IPCB, representantes do pessoal docente, não docente e discente. O Conselho Geral tem como missão fundamental definir as linhas gerais de orientação do Instituto e integra uma Comissão Permanente e uma secção disciplinar.

O Conselho Administrativo é o órgão de gestão administrativa, patrimonial e financeira do Instituto. Este órgão é constituído pelo Presidente, Vice-Presidente, Administrador, aos quais compete, designadamente, promover a elaboração de planos financeiros anuais, projectos de orçamento, promover a obtenção de receitas próprias, verificar e fiscalizar a escrituração da contabilidade e da tesouraria.

3.2. Identificação dos serviços do Instituto

O IPCB dispõe dos seguintes serviços:

- O Gabinete de Apoio, Informação e Relações Internacionais;
- O Gabinete Jurídico;
- O Gabinete de Planeamento;
- O Gabinete Técnico;
- Os Serviços Administrativos;
- Os Serviços de Documentação;
- Os Serviços de Formação;
- Os Serviços de Reprografia e Publicações;
- O Centro de Informática;
- O Centro de Documentação Europeia.

De referir ainda que, em 1997, foi criada uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a qual pretende promover a inserção dos jovens, principalmente alunos das escolas do IPCB, na vida activa.

3.3. Articulação funcional entre os serviços do Instituto e as Escolas Superiores

A articulação funcional entre o Instituto e as Escolas verifica-se a vários níveis. A Comissão Permanente do Conselho Geral e onde têm assento o Presidente e os Directores das Escolas é o órgão de gestão mais importante já que aí se delineiam as políticas e os planos de desenvolvimento para o Instituto e as suas Escolas.

A nível administrativo a articulação, no que respeita ao pessoal, vencimentos e contabilidade, é feita pela Administradora do Instituto Politécnico e os Secretários das Escolas.

Há ainda articulações efectuadas sectorialmente através dos Gabinetes do Instituto. Assim, o Gabinete de Planeamento estabelece os contactos entre as Escolas e o Ministério da tutela em tudo o que diz respeito ao ano académico, como sejam, apresentação de novos cursos, Concurso Nacional de Acesso, estatísticas, tratando ainda da organização da Formação Profissional do pessoal não docente do Instituto e das suas Escolas.

O Gabinete de Relações Internacionais tem a seu cargo a cooperação com o estrangeiro a nível de estágios e mobilidade de docentes e alunos, nos âmbitos dos programas comunitários Erasmus, Sócrates e Leonardo da Vinci, fazendo ainda a ponte entre as Escolas e os seus docentes em formação e o Ministério no âmbito do programa PRODEP.

O Gabinete de Relações Públicas trabalha, tal como os Serviços Gráficos do Instituto, no sentido de promover a imagem do IPCB e das suas Escolas junto dos públicos de interesse da instituição tendo desenvolvido, nos últimos anos, diversas acções como seja: a campanha de divulgação do IPCB.

O Gabinete Técnico trabalha também com as unidades orgânicas do Politécnico já que é ele que acompanha e fiscaliza as obras realizadas nas Escolas, elabora projectos de alteração e remodelações e emite informações relacionadas com propostas, concursos e adjudicações.

O Instituto mantém à disponibilidade das Escolas o Centro de Documentação Europeia, criado em 1994 com base numa Convenção assinada entre a Comissão da União Europeia e o IPCB, que pretende servir de instrumento de apoio, de difusão e de informação sobre toda a temática comunitária, promovendo o estudo e a investigação em matérias comunitárias, recebendo toda a informação e documentação produzidas pelas instituições europeias e pelo Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia e tendo um acesso privilegiado às bases de dados comunitárias. O mesmo se passa com os Serviços de Apoio Técnico, nomeadamente o Gabinete de Informação e Relações Internacionais, de cuja responsabilidade é a publicação, desde Janeiro de 1991, de um boletim informativo, o “Polinfor”, de divulgação de informação de interesse para o Instituto e suas Escolas, com a colaboração de elementos das várias Escolas no seu conselho de redacção e a elaboração do Guia do Estudante também em colaboração com as Escolas

Há a destacar as iniciativas do Instituto quer de âmbito cultural (Cultura Politécnica), quer de recenseamento (inquérito) por parte do CEDER das disponibilidades dos docentes das diversas escolas para a participação em projectos conjuntos. Em relação a projectos que envolvam outras Escolas e o Instituto destaca-se o projecto caracterizado no Quadro 3.1

Quadro 3.1. Projecto de colaboração entre Escolas do IPCB.

Professor/es – Técnicos	Projecto	Financiado por	Unidade Orgânica
Celestino Almeida/Deolinda Alberto/Paulo Jacinto/Domingos Santos/Paula Castela	Potencialidades de desenvolvimento de concelhos na zona da Serra da Estrela	IEFP	CEDER

Como espaços ou equipamentos destinados a actividades de âmbito alargado a toda a instituição o Instituto Politécnico de Castelo Branco dispõe de uma Sala de Informática e um Anfiteatro.

II. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE CASTELO BRANCO

4. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

4.1. Cooperação com entidades nacionais

Além da participação, através das suas escolas, em muitos protocolos e convénios com entidades nacionais e estrangeiras e organizações internacionais, consideram-se da responsabilidade executiva directa do Instituto Politécnico de Castelo Branco os protocolos e convénios de que é o primeiro signatário, referidos no quadro seguinte (Quadro 4.1).

Quadro 4.1. Convénios e protocolos de cooperação do IPCB que se encontram em vigor.

Entidade	Data	Objecto/Finalidade	Vigência
Universidade de Salamanca	1999	Estimular o intercâmbio de docentes, investigadores e estudantes e fomentar o maior desenvolvimento ao nível científico, cultural e desportivo.	Vigência de 5 anos
Universidade da Extremadura, Espanha	2001	Promover programas de mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores.	Vigência de 5 anos
Polo Universitário Transfronteiriço da Comunidade de Castela e Leão e da Região Centro de Portugal	1995	Promover a Cooperação entre os associados e possibilitar uma maior internacionalização	Duração indefinida

4.2. Cooperação com entidades estrangeiras

O Instituto Politécnico de Castelo Branco celebrou os seguintes protocolos/convénios internacionais:

N.º	ENTIDADE	DATA	VIGÊNCIA	OBJECTO/FINALIDADE
1	Universidade de Extremadura		A duração prevista é de 5 anos, podendo renovar-se por acordo expresse de ambas as partes. A rescisão é feita com aviso prévio de 4 meses de antecedência do seu término.	Incrementarão as relações nos campos científico, literário, artístico, técnico e académico. Intercâmbio de docentes, investigadores, estudantes, pessoal administrativo de Serviços e pessoal técnico
2	Instituto Nacional de Estatística	1997	3 anos, sendo automaticamente renovado	Colaborar no aprofundamento da cultura estatística através dum maior e melhor conhecimento mútuo.
3	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC)	01/04/97	Entra em vigor no dia da assinatura e vigorará até que seja rescindido por qualquer das partes.	Área de convergência de interesses e objectivos entre as duas entidades que aconselha e justifica o acordo de uma plataforma de cooperação mútua.
4	Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	21/05/97	Não tem limite de duração mas pode ser dado como findo por comum acordo.	Aproveitamento das potencialidades das duas instituições para o desempenho das tarefas específicas de cada uma.
5	Câmara Municipal de Castelo Branco	06/97	Entra em vigor no dia da sua assinatura até rescisão, com antecedência mínima de noventa dias, por qualquer das partes.	Colaboração no domínio das bolsas de estudo.
6	Associação de Empresas de construção e Obras Públicas (AECOPS)	04/06/97	Não tem limite de duração mas pode ser dado como findo por comum acordo.	Aproveitamento das potencialidades das duas instituições para o desempenho das tarefas específicas de cada uma.
7	Serviços Prisionais	10/07/97	É renovável anualmente, podendo ser denunciado, por qualquer das partes, com aviso prévio de 90 dias	Colocação de reclusos em diversas unidades orgânicas do IPCB.
8	Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI)	15/07/97	Não tem limite de duração mas pode ser dado como findo por comum acordo.	Visa o aproveitamento das potencialidades das duas instituições para o desempenho das tarefas específicas
9	Escola Profissional da Raia, Idanha-a-Nova (EPRIN)	22/07/97	Vigorará por tempo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes.	Aproximação da Escola às entidades que podem contribuir para uma melhoria da qualidade do seu ensino.
10	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	25/05/97		Construção de uma residência de estudantes em Idanha-a-Nova
11	Dielmar	20/10/97	Entra em vigor no dia da sua assinatura até rescisão com antecedência mínima de noventa dias, por qualquer das partes.	Colaboração no domínio das tecnologias da informação e informática industrial.
12	JAE	29/01/98	Não tem limite de duração mas pode ser dado como findo por comum acordo.	Visa o aproveitamento das potencialidades das duas instituições para o desempenho

N.º	ENTIDADE	DATA	VIGÊNCIA	OBJECTO/FINALIDADE
13	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	01/03/98	A cedência apenas vigorará enquanto o imóvel se destinar ao funcionamento da Escola referida.	das tarefas específicas Cedência do uso do prédio urbano designado por “Palacete das Palmeiras”.
14	Departamento de Gestão de Recursos Educativos (DEGRE)	25/09/99		Profissionalização em serviço
15	Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)	16/03/98	Entra em vigor no dia da assinatura e vigorará até que seja rescindido, por qualquer das partes.	Fornecimento da formação de docentes – professores em serviço
16	Espaço e Desenvolvimento, Estudos e Projectos, L.da	09/09/98	Entra em vigor no dia da assinatura e vigorará até que seja rescindido, por qualquer das partes.	Visa o aproveitamento das potencialidades das duas instituições para o desempenho das tarefas específicas
17	Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão	19/10/98	Entra em vigor no dia da assinatura e vigorará até que seja rescindido, por qualquer das partes.	Tem por finalidade o estabelecimento e aprofundamento de relações de forma a que , mediante a conciliação de esforços, se valorizem as acções de ambas as instituições.
18	Centro Regional de Segurança Social – Serviço Sub-Regional de Castelo Branco	10/10/98	Entra em vigor no dia da assinatura e vigorará até que seja rescindido, por qualquer das partes.	Visa o processo de modernização tecnológica em curso e seu enquadramento jurídico
19	Instituto Superior Técnico	04/11/98	Entra em vigor no dia da assinatura, requerendo a celebração de um contrato anual.	Facilitar aos docentes a frequência de cursos de pós-graduação
20	Caixa Geral de Depósitos	13/12/94	Vigora pelo prazo de dois anos, renovável após declaração das partes (renovado em 98/12/9)	Desenvolvimento de todas as acções necessárias para o estreitamento de relações que sejam mutuamente vantajosas, num quadro de plena economia de mercado
21	Hospital Amato Lusitano	03/11/99	Entra em vigor no dia da assinatura e vigorará até que seja rescindido, por qualquer das partes.	Estabelecer relações de cooperação na área das tecnologias de sistemas de informação visando a melhoria de qualidade e funcionalidade dos serviços do HAL no âmbito do processo de modernização tecnológica em curso.
22	Ministério da Ciência e da Tecnologia	14/03/2000	Vigorará até 31 de Dezembro de 2000, podendo ser prorrogado pelo período necessário ao encerramento de contas.	Projecto Castelo Branco – Digital.

N.º	ENTIDADE	DATA	VIGÊNCIA	OBJECTO/FINALIDADE
23	A Penteadora, Soc. Industrial de Penteação e Fiação de Lãs. S.A.	11/05/200	Entra em vigor em Abril de 2000 e terminará em 31 de Dezembro de 2000.	Assistência técnica e Consultadoria na área de manutenção eléctrica.
24	Empresa Paulo Oliveira, S.A.	Maio/2000	Entra em vigor na data da sua assinatura e poderá ser denunciado por qualquer das partes mediante pré aviso enviado com antecedência mínima de noventa dias	Relação de cooperação a desenvolver entre as entidades supra referidas na área das tecnologias da informação, visando a melhoria de funcionalidade e integração dos sistemas de informação da Empresa Paulo de Oliveira, S.A. no âmbito do processo de modernização tecnológica em curso e seu enquadramento jurídico – institucional.
25	ADETTI – Associação para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Técnicas de Informática		Entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até que seja rescindido por qualquer uma das partes	Estabelece as bases de cooperação, visando o aproveitamento das potencialidades das duas instituições para o desempenho das tarefas específicas de cada uma.
26	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	13/07/2000		Visa incrementar a colaboração entre as entidades signatárias no desenvolvimento das estratégias de comunicação multimédia, bem como no domínio de acções formativas que visem permitir um mais aprofundado conhecimento.
27	Radiotelevisão Portuguesa, SA	30/10/2000	É válido até 31 de Dezembro de 2000, sendo sucessivamente renovado por períodos de um ano	Tem como objectivo o aproveitamento das potencialidades de ambas as instituições para o desenvolvimento das suas tarefas específicas, valorizando e potenciando as especificidades de cada uma.
28	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	20/11/2000	Entra em vigor na data da sua assinatura por um período de dois anos automaticamente prorrogável por igual período de tempo, salvo prévia denuncia.	Cedência, em regime de comodato, de três casas de habitação para docentes que leccionem na ESGIN.
29	Instituto Tecnológico do Gás	30/11/2000	Tem duração indeterminada, entra em vigor após a sua assinatura e poderá ser revisto em qualquer altura	Visa a promoção de iniciativas que promovam a cooperação científica e técnica entre o IPCB e o ITG.
30	Faculdade de Belas Artes - Univ. de Lisboa	22/02/2001	Entra em vigor na data da sua assinatura, por um período de 2 anos, automaticamente	Visa incrementar a colaboração no desenvolvimento de projectos comuns no domínio do Ensino Artístico que visem permitir um

N.º	ENTIDADE	DATA	VIGÊNCIA	OBJECTO/FINALIDADE
			prorrogáveis por períodos iguais.	mais aprofundado conhecimento.
31	Partido Comunista Português	Fev. 2001	Tem validade de 2 anos sendo renovado sucessiva e automaticamente por igual período.	Cedência em regime de comodato da Biblioteca que foi do Dr. Vasco Silva ficando instalada na Escola Superior de Educação.
32	Conselho de Reitores (CRUP)	12/06/2001	É válido por um ano, sendo automaticamente renovado, na ausência de comunicação	Participação de docentes das escolas do ensino universitário em provas de concursos realizados ao abrigo do estatuto da carreira docente do ensino politécnico e de docentes do ensino politécnico em provas de concursos realizados ao abrigo da carreira docente universitária e em jús de mestrados e doutoramentos.
33	Instituto Politécnico de Tomar	03/04/2001	É válido por um ano, automaticamente renovável por iguais períodos, salvo denúncia por qualquer dos signatários até 30 dias do termo de cada período de vigência.	Estabelecer relações de cooperação nas áreas de ensino e formação nos domínios científicos e tecnológicos comuns às duas instituições.
34	Instituto Politécnico da Guarda	28/06/2001	Entra em vigor na data da sua assinatura por um período de cinco anos automaticamente prorrogável por períodos iguais salvo caso de denúncia.	Visa incrementar a colaboração e a participação de docentes de ambas as instituições em acções de natureza científica e pedagógica levadas a cabo por estas instituições
35	Banco Comercial Português	26/06/2001	Poderá ser denunciado por decisão unilateral de qualquer das partes com pré-aviso de 30 dias	Visa apoiar iniciativas desenvolvidas pelo segundo outorgante e seus órgãos representativos e que sejam enquadráveis nas actividades desenvolvidas pelo primeiro outorgante
36	Câmara Municipal de Castelo Branco	30/07/2001	Entra em vigor na data da sua assinatura por um período de 3 anos, podendo ser revisto e renovado por acordo entre as partes.	Visa incrementar a cooperação entre o IPCB e a CMCB visando o aproveitamento das potencialidades das 2 instituições em matéria de promoção do desenvolvimento empresarial, inovação dos processos de organização produtiva e económica, apoio ao empresário, investigação e formação
37	Escuderia de C. Branco	19/09/2001	Entra em vigor no dia da sua assinatura e vigorará até que seja rescindido, por escrito, por qualquer uma das partes, com uma antecedência mínima de sessenta dias.	Tem como finalidade o desenvolvimento de projectos de investigação aplicada e modernização tecnológica, designadamente nas áreas da Informática e das Tecnologias da Informação, a troca de serviços e outros tipos de intercâmbio de

N.º	ENTIDADE	DATA	VIGÊNCIA	OBJECTO/FINALIDADE
				interesse mútuo
38	APPACDM de Castelo Branco	05/11/2001	Entra em vigor no dia da sua assinatura e vigorará até que seja rescindido, por escrito, por qualquer uma das partes, com uma antecedência mínima de sessenta dias.	Tem como finalidade o desenvolvimento de projectos de investigação aplicada e modernização tecnológica, designadamente nas áreas da Informática e das Tecnologias da Informação, a troca de serviços e outros tipos de intercâmbio de interesse mútuo
39	Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa	29/11/2001	Entra em vigor na data da sua assinatura por um período de 5 anos automaticamente prorrogável por períodos iguais salvo caso de denúncia prévia, por qualquer das partes, com antecedência mínima de 6 meses, podendo, no entanto, ser revisto após a solicitação de qualquer das partes	Visa incrementar a colaboração e a participação de docentes de ambas as instituições em acções de natureza científica e pedagógica levadas a cabo por estas instituições.
40	Dinefer	01/02/2002	Entra em vigor na data da assinatura e vigora até à sua rescisão	Visa desenvolver entre as entidades na área de sistemas Informáticos Industriais, visando a melhoria de qualidade e funcionalidade dos processos da Dinefer no âmbito do processo de modernização tecnológica em curso e o seu enquadramento jurídico-institucional
41	Câmara Municipal do Fundão e Santa Casa da Misericórdia do Fundão	15/02/2002		As partes comprometem-se a disponibilizar, para a concretização do projecto Escola Integrada de Ensino Artístico, as suas capacidades específicas no que respeita aos procedimentos administrativos, apoio técnico e apoio científico-pedagógico
42	Hospital Sousa Martins - Guarda	04/03/2002	Entra em vigor na data da sua assinatura e vigora até à sua rescisão, podendo qualquer das partes rescindir o presente protocolo mediante notificação por escrito à outra parte, com uma antecedência mínima de 90	Tem por objectivo a definição das linhas gerais por que se orientará a relação de cooperação, a desenvolver entre as entidades referidas, nas áreas das tecnologias de sistemas de informação, visando a melhoria de qualidade e funcionalidade dos serviços do hospital, no âmbito

N.º	ENTIDADE	DATA	VIGÊNCIA	OBJECTO/FINALIDADE
			dias.	do processo de modernização tecnológica em curso e seu enquadramento jurídico-institucional, dentro dos princípios e parâmetros previstos.
43	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	07/05/2002	Entra em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de 3 anos automaticamente prorrogáveis por iguais períodos, salvo se alguma entidade o denunciar, por escrito, à outra parte, com pelo menos 3 meses de antecedência. A denúncia não deverá, contudo, afectar programas ou projectos em curso, salvo se ambas as partes decidirem de outra forma.	Visa desenvolver e aprofundar a colaboração docente, científica e técnica em domínios considerados de interesse comum e em conformidade com as linhas de orientação traçadas para o Ensino Superior.
44	Câmara Municipal de Idanha-a-Nova	12/06/2002	Entra em vigor na data da assinatura e terminará a 30 de Setembro de 2002	Tem como finalidade a Assistência Técnica e Consultadoria na área de Manutenção da Qualidade da Água das Piscinas Municipais do concelho de Idanha-a-Nova.
45	Academia Ryttnus	11/09/2002	Entra em vigor na data da sua assinatura por um período de um ano, podendo ser revisto e renovado por acordo entre as partes	O protocolo visa incrementar a cooperação entre o IPCB e a AR, nomeadamente no que se refere à manutenção do bem estar físico e psicológico do seu pessoal docente e não docente
46	Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR)	01/10/2002	Entra em vigor na data da assinatura e vigora até à sua rescisão por escrito.	Relação de cooperação, a desenvolver entre as entidades supra referidas, na área das tecnologias de Sistemas de Informação, visando a melhoria de qualidade e funcionalidade dos serviços do ICERR, no âmbito do processo de modernização tecnológica em curso e seu enquadramento jurídico-institucional, dentro dos princípios e parâmetros.

5. MISSÃO INSTITUCIONAL

A Escola Superior Agrária de Castelo Branco, unidade orgânica do IPCB, é um estabelecimento de formação de nível superior vocacionada para o ensino, a investigação, a

prestação de serviços à comunidade e para a colaboração com entidades nacionais e estrangeiras em actividades de interesse comum.

A ESACB prossegue os seus fins no domínio do ensino superior visando:

- a formação de alunos com elevado nível de exigência qualitativa nos aspectos cultural, científico, técnico e profissional;
- a realização de actividades de pesquisa e investigação, com especial relevo para projectos relacionados com as características e necessidades das áreas geográficas em que a ESACB está inserida;
- a prestação de serviços de apoio à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca e de desenvolvimento regional;
- o intercâmbio e cooperação cultural, científica, e técnica com instituições congéneres nacionais e estrangeiras;
- a contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação nacional e internacional.

A Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB) encontra-se localizada numa região marcada pela interioridade, carente de infra-estruturas sócio-económicas e com uma baixa taxa de atracção populacional, onde os indicadores de emprego (população activa agrícola / população activa total) e de rendimento (produto agrícola bruto / produto interno bruto) mostram que a contribuição do sector agrícola, em sentido lato, é claramente superior à média nacional, o que é revelador da importância social e económica da agricultura.

Por outro lado verifica-se que a área de influência da ESACB é coincidente com a da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior; este facto é potenciador de sinergias conducentes ao desenvolvimento agrário regional e constitui, também, uma possibilidade real de inserção dos alunos formados pela ESACB no mercado de trabalho, uma vez que não existe qualquer outra instituição de ensino superior agrícola na região. Neste campo a ESACB tem tido uma constante preocupação na inserção no meio envolvente incentivando a investigação nos domínios directamente relacionados com as necessidades da região e prestando serviços à comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca e de desenvolvimento regional.

Relativamente à ESACB no contexto da rede nacional de formação superior agrária a qual é constituída por estabelecimentos de ensino público que ministram ensino na área agro-pecuária implantados em 13 dos 18 distritos do continente e numa região autónoma, englobando unidades orgânicas de 6 universidades e 8 escolas superiores agrárias (existe apenas um estabelecimento privado que iniciou o seu funcionamento recentemente) verifica-se que nos já quase 20 anos de actividade a ESACB têm mostrado que é frequentada por alunos de todo o País, assumindo bem a sua projecção a nível nacional.

Daí que se considere importante continuar a divulgar as características, especificidade da formação ministrada na ESACB, bem como as potencialidades da suas formações, estando previsto para o quinquénio de 2002-2006 que as actividades de intervenção da ESACB se desdobrem pelos domínios da formação académica superior de bacharelatos e licenciaturas, de cursos de pós-graduação /mestrado e especialização, da investigação e desenvolvimento, da prestação de serviços e apoio à comunidade.

6. MEMÓRIA HISTÓRICA

6.1. Percurso histórico

A Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB) foi criada em 1979 pelo D.L. n.º 513-T/79 de 26 de Dezembro (Anexo I). A Primeira Comissão Instaladora nomeada pelo Despacho n.º 329/80 (D.R. II Série n.º 225 de 29/9/80), tomou posse em 28 de Outubro de 1980 e era constituída por:

- Dr. Vergílio António Pinto de Andrade – Presidente;
- Eng.º Leonel Coelho de Magalhães – Vogal;
- Dr. António Manuel Pardal Diogo Belo – Vogal.

O Dr. António M. Pardal D. Belo abandonou esta comissão em 1981, tendo sido substituído pela Prof.-adjunta Leopoldina Vieira da Rosa (despacho n.º 54/SEES/85, D.R. II Série n.º 144 de 26/6/85). O Eng.º Leonel C. de Magalhães foi a seu pedido exonerado em 4/10/89, tendo sido substituído pelo Eng.º António Manuel Moitinho Nogueira Rodrigues (despacho n.º 120/SEES/89-XI, D.R. II Série n.º 242 de 20/10/89). O Presidente da Comissão Instaladora manteve-se em funções até 7 de Novembro de 1995, data da sua aposentação, tendo continuado em funções os outros dois membros da Comissão Instaladora.

De acordo com os Estatutos da ESACB foi efectuada a 1ª reunião da 1ª Assembleia de Representantes da ESACB, no dia 21 de Maio de 1997, tendo sido eleitos, como Presidente o Prof. João P. Várzea Rodrigues, Vice-presidente a Prof. M. do Carmo Horta e Secretário o funcionário Félix Rafael.

Em Junho de 1997 foi eleito como Director da ESACB o Prof. J.P. Várzea Rodrigues pelo que abandonou o cargo de Presidente da Assembleia de Representantes. Em reunião de 12 de Novembro de 1997 foram eleitos Presidente a Prof. M. do Carmo Horta e Vice-presidente o Prof. Armando Ferreira .

Em Janeiro de 1999 o Prof. Armando Ferreira renunciou ao cargo por estar a desenvolver trabalho de Doutoramento no estrangeiro. Em reunião de 28 de Janeiro de 1999 foi eleito como Vice- Presidente o Prof. José Pereira Coutinho.

Em 11 de Maio de 2000 foram eleitos, para a 2.^a Assembleia de Representantes da ESACB, e mantêm-se em funções até à presente data, como Presidente o Prof. José S. Monteiro, Vice-presidente o Prof. João P. Luz e Secretária a Dr.^a M. Eduarda Rodrigues.

De acordo com os Estatutos da ESACB e com o Regulamento da Assembleia de Representantes da ESACB, foi eleito, no dia 30 de Junho de 1997 como 1.^o Director da ESACB, o Prof. João P. Várzea Rodrigues que convidou para Subdirectora, a Prof. Deolinda Alberto.

No dia 26 de Junho de 2000 foi eleito e mantêm-se em funções até à presente data, o 2.^o Director da ESACB, Prof. Dr. José C. Gonçalves que convidou para Subdirector, o Prof. José S. Monteiro.

Em 1981, ao abrigo do disposto no art.^o 9 do D.L. n.^o 427-B/77 de 14 de Outubro rectificado pela lei n.^o 61/78 de 28 de Julho foi nomeada uma Comissão Coordenadora das Escolas Superiores Agrárias (despacho n.^o 226-A/81 do Ministro da Educação e Ciência). Entre outras atribuições, competia-lhe exercer a competência atribuída aos Conselhos Científicos de acordo com o previsto no D.L. n.^o 185/81 de 1 de Julho.

Esta Comissão era constituída por:

- Director Geral do Ensino Superior;
- Prof. Vergílio António Pinto de Andrade (Presidente da C. Instaladora da ESACB),
- Prof. Eng.^o Agrónomo Ário Lobo de Azevedo;
- Prof. Dr. Apolinário Vaz Portugal;
- Prof. Dr. António Augusto Guerra Réfega;
- Prof. Dr. Ilídio Santos Moreira;
- Prof. Dr. António Mário Rodrigues Ribeiro.

O primeiro Conselho Científico foi criado para funcionar durante o período de instalação, pelo despacho n.^o 32/ME/83 de 21 de Fevereiro do Ministro da Educação, enquanto a situação do corpo docente o justificasse ao abrigo do art.^o 1 do D.L. n.^o 51/77 de 16 de Fevereiro. Este Conselho Científico tinha composição idêntica à da Comissão Coordenadora já referida, embora não incluísse o Director Geral do Ensino Superior.

O número de membros deste Conselho Científico foi aumentando pela integração dos professores contratados pela Escola Superior Agrária.

Em 1995-10-30 foi eleito o primeiro Presidente do Conselho Científico, Prof. Dr. Manuel Rijo, exercendo seu mandato até 1997-10-01.

No Quadro 6.1 discrimina-se a evolução do Conselho Científico até à actualidade, distinguindo a data de eleição do Presidente e do Vice-presidente e Secretário.

Quadro 6.1. Evolução do Conselho Científico da ESACB.

Data	Presidência	N.º de Membros
1997.10.01	Presidente: <i>Prof. Dr. Luís Pedro Pinto de Andrade</i>	7 Convidados
1997.10.15	Vice-presidente: <i>Prof. Cristina Alegria</i> Secretário: <i>Prof. João Goulão</i>	42 Efectivos
1999.11.03	Presidente: <i>Prof. Dr. Luís Pedro Pinto de Andrade</i>	4 Convidados
1999.12.20	Vice-presidente: <i>Prof. Cristina Alegria</i> Secretário: <i>Prof. João Goulão</i>	43 Efectivos
2001.11.21	Presidente: <i>Prof. Dr. Celestino Almeida</i>	4 Convidados
2001.12.05	Vice-presidente: <i>Prof. Dr. António Moitinho Rodrigues</i> Secretário: <i>Prof. Isabel Oliveira Silva</i>	44 Efectivos

O primeiro Conselho Pedagógico da ESACB iniciou funções em 18/01/89, com a seguinte constituição:

- Docentes: Prof. Coordenador Vergílio António Pinto de Andrade - Presidente da Comissão Instaladora; Profª. Adjunta Maria Leopoldina Vieira da Rosa como representante do Conselho Científico.

- Assistentes: Eng.º António Maria dos Santos Ramos, em representação do Curso de Produção Agrícola; Eng.º Filipe Marques Carreiro, em representação do Curso de Produção Animal; Eng.ª Cristina Alegria, em representação do Curso de Produção Florestal; Eng.º Armando Ferreira, em representação dos docentes das disciplinas propedêuticas.

- Alunos: Manuel Saraiva Rodrigues - Curso de Produção Agrícola; Joaquim Luís Serra Martins - Curso de Produção Animal; Abraão Ribeiro dos Santos - Curso de Produção Florestal.

Nos quadros 6.2 a 6.4, refere-se a constituição dos Conselhos Pedagógicos que exerceram funções no período de 1999 a 2002.

Quadro 6.2. Conselho Pedagógico que exerceu funções de 13 de Maio de 1998 a 19 de Maio de 2000.

Curso	Corpo Docente	Alunos	Alunos
		1998-05-13 a 1999-05-05	1999-05-05 a 2000-05-19
Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola	Prof. João Paulo Baptista Carneiro Prof. M. ^a Fátima Peres	Manuel Alexandre Matias Estêvão	Carlos José Bento Felício
Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Animal	Eng. Carlos Rebelo de Andrade Eng. ^a Maria José dos Santos Ramalho	Ana Cristina Carrapato Tavares	Luís Manuel Borges S.D. Coelho
Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Engenharia Rural	Prof. José Sarreira Tomás Monteiro	José Miguel Lourenço Mariano	José Miguel Lourenço Mariano
Engenharia Florestal	Eng. ^a Luisa Fernanda Ferreira Nunes (até 98-11-04) Prof. Cristina M. Alegria (desde 98-11-04)	Brigite Roxo Botequim	Brigite Roxo Botequim
Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais	Prof. Luís Cláudio Brandão Quinta Nova	Elisabete Maria Pereira Lourenço	Luís Carlos Laiginhas Jorge

Presidente: *João Paulo Baptista Carneiro*

Vice-presidente: *José Sarreira Monteiro*

Comissão de Estágios: *João Paulo Baptista Carneiro*

José Sarreira Tomás Monteiro

Carlos Sousa Rebelo de Andrade

Luisa Fernanda Ferreira Nunes (até 98-11-04)

Cristina Maria Martins Alegria (desde 98-11-04)

Luís Cláudio Quinta Nova

Comissão de Horários: *José Sarreira Tomás Monteiro*

João Paulo Baptista Carneiro

Maria de Fátima Pratas Peres

Maria José dos Santos Ramalho

Quadro 6.3. Conselho Pedagógico que exerceu funções de 19 de Maio de 2000 a 29 de Maio de 2002.

Curso	Corpo Docente	Alunos	
		2000-05-19 a 2001-06-04	2001-06-04 a 2002-05-29
Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola	António Maria dos Santos Ramos	Paulo Arlindo Iria Santos Antunes	Nelson João Vitorino Plácido
	Fernanda Maria Grácio Delgado Ferreira de Sousa	Zélia Jorge Vitorino	Sandra Maria Alves Amaral
Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Animal	Carlos Sousa Rebelo de Andrade	Ana Brigite da Silva Matias Pereira	Ana Brigite da Silva Matias Pereira
	Teresa Marta Lupi Ordaz Caldeira	Ana Margarida Gonçalves David Coelho	Ana Margarida Gonçalves David Coelho
Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Engenharia Rural	Filipe Alberto Marques da Silva Carreiro	Luís Miguel Nunes Ribeiro	Jorge Manuel da Rocha Ferreira
Engenharia Florestal	Ofélia Maria Serralha dos Anjos	José Miguel Martins Pereira	José Miguel Martins Pereira
	Isabel Cristina Castanheira e Silva		Sandra Patrícia Pedrosa Bem
Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais	Paulo Fernando dos Santos Caldinho Gomes	Elisabete Maria Pereira Lourenço	Virgílio Paulo Martins de Freitas
	Isabel Margarida Horta Ribeiro Antunes		Luísa Pacheco Costa Afonso

Presidente: *António Maria dos Santos Ramos*

Vice-presidente: *Paulo Fernando dos Santos Caldinho Gomes*

Comissão de Estágios: *António Maria dos Santos Ramos*

Fernanda Maria Grácio Delgado Ferreira de Sousa

Teresa Marta Lupi Ordaz Caldeira

Filipe Alberto Marques da Silva Carreiro

Ofélia Maria Serralha dos Anjos

Isabel Margarida Horta Ribeiro Antunes

Comissão de Horários: *Paulo Fernando dos Santos Caldinho Gomes*

Carlos Sousa Rebelo de Andrade

Isabel Cristina Castanheira e Silva

Quadro 6.4. Conselho Pedagógico que exerceu funções de 29 de Maio de 2002 até à actualidade.

Curso	Corpo Docente	Alunos
Engenharia das Ciências Agrárias, Ramo Agrícola	António Maria dos Santos Ramos	Sónia Teresa Tavares Lopes
	Carlos Fernando Duarte Silva	Fernando Jorge Oliveira Braga
Engenharia das Ciências Agrárias, Ramo Animal	Edgar de Santa Rita Vaz	Susana Maria Gomes Fetal
	Maria da Conceição Silva Marinho	Maria João Barbosa Cirne
Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Engenharia Rural	Catarina Maria Q. M. Ventura Gavinhos	Luís Miguel Nunes Ribeiro
	João Pedro Morgado Milheiro	
Engenharia Florestal	José António Abrantes Massano Monteiro	José Miguel Martins Pereira
	Maria Teresa Pita Pegado Gonçalves Ribeiro Coelho	Énio João Jardim Candelária
Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais	Cristina Maria Baptista Santos Pintado	Luísa Pacheco Costa Afonso
	Lília João Talhinhas Alexandre	Luís Francisco Caetano Coelho Martins

Presidente: *António Maria dos Santos Ramos*

Vice-presidente: *Edgar de Santa Rita Vaz*

Comissão de Estágios:

António Maria dos Santos Ramos

Carlos Fernando Duarte Silva

Maria da Conceição Silva Marinho

Catarina Maria Q. M. Ventura Gavinhos

José António Abrantes Massano Monteiro

Lília João Talhinhas Alexandre

Comissão de Horários:

Edgar de Santa Rita Vaz

Cristina Maria Baptista Santos Pintado

João Pedro Morgado Milheiro

6.2. Registo de estudos, relatórios e/ou documentos relacionados com a memória histórica

A nomeação a 2 de Fevereiro de 1979, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, de uma Comissão para estudar a viabilidade de implementar o ensino agrícola, em Castelo Branco, resultou na publicação dos estudos preliminares para a criação da ESA de Castelo Branco.

Referem-se algumas referências bibliográficas referentes a estes estudos de viabilidade e implantação.

Réfega, A I ; Andrade,VA (1979) *Viabilidade de implantação de uma Escola Superior Técnica(Ramo Agrário) em Castelo Branco* (estudos preliminares).

Andrade, V A (1981) *Construções para a Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Planeamento de espaço tipo*. Programa preliminar. ESA.Castelo Branco.

Réfega, A I (1982) *Sobre o ensino superior português. Alguns dados e reflexões*.ESA. Castelo Branco.

Réfega, A I (1983) *A formação técnico-profissional em agricultura*.ESA.Castelo Branco.

Azevedo, A L (1984) *Os serviços que se podem esperar das Escolas Superiores Agrárias*. ESA. Castelo Branco.

Azevedo, A L; Andrade,VA (1985) *Institutos Politécnicos/ Escolas Superiores Agrárias*. ESA. Castelo Branco.

7. PERCURSO INSTITUCIONAL

7.1 Identificação dos cursos ministrados desde o início das actividades da Escola

A ESA iniciou o seu funcionamento com os Cursos de Bacharelato no ano lectivo de 1983/84.

Os Cursos de bacharelato aprovados e ministrados desde o início de funcionamento da ESACB são seguintes:

- Engenharia de Produção Agrícola (1983/84)
- Engenharia de Produção Animal (1983/84)
- Engenharia de Produção Florestal (1985/86)

- Engenharia de Maquinaria Agrícola (1989/90)
- Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais (1994/95)
- Engenharia Rural (1996/97)

No ano lectivo de 1993/94 decorreu o curso de Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESE):

- Engenharia de Produção de Óleos Alimentares (1993/94)

A partir do ano lectivo de 1998/99 iniciaram-se as actividades lectivas dos Cursos de Licenciaturas bi-etápicas:

- Engenharia das Ciências Agrárias - ramo Agrícola. (criada ao abrigo da Portaria do Ministério da Educação: n.º 413-A/98);
- Engenharia Florestal (criada ao abrigo da Portaria do Ministério da Educação: n.º 413-A/98);
- Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais. (criada ao abrigo da Portaria do Ministério da Educação n.º 413-A/98);
- Engenharia das Ciências Agrárias - ramo Animal. (criada ao abrigo da Portaria do Ministério da Educação: n.º 533-A/99);
- Engenharia das Ciências Agrárias - ramo Engenharia Rural e Ambiente (criada ao abrigo da Portaria do Ministério da Educação: n.º 466-F/2000).

A partir do ano lectivo de 2002/03 foi ainda criado um novo curso de Licenciatura Bi-etápica:

- Engenharia Biológica Alimentar, com plano de estudos aprovado pela Portaria do Ministério da Educação n.º 714/2002

Para além da criação do curso acima referido foram reestruturados os cursos de Engenharia das Ciências Agrárias - Ramo Agrícola e Ramo de Engenharia Rural e Ambiente, bem como o Ramo Animal dando origem aos seguintes cursos:

- Engenharia das Ciências Agrárias e Ambiente - Opção Agrícola e Opção Rural, com autorização de funcionamento pela Portaria n.º 863/B-2002;
- Engenharia de Produção Animal, com autorização de funcionamento pela Portaria n.º 863/B-2002.

Os cursos actualmente ministrados na ESA são os seguintes:

- Engenharia das Ciências Agrárias e Ambiente - Opção Agrícola e Opção Rural
- Engenharia de Produção Animal
- Engenharia Biológica Alimentar
- Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais

- Engenharia Florestal.

7.2 Evolução quantitativa da frequência desde o início das actividades da Escola

No Quadro 7.1 resume-se o número anual de alunos inscritos nos diferentes cursos.

Quadro 7.1. Evolução quantitativa do número de alunos inscritos nos diferentes Cursos

Ano Lectivo	Total	Eng. de Produção Agrícola	Eng. de Produção Animal	Eng. de Produção Florestal	Eng. de Maquinaria Agrícola	Eng. de Ordenamento dos Recursos Naturais	Engenharia Rural	DESE
83/84	64	32	32					
84/85	109	51	58					
85/86	189	77	82	30				
86/87	242	96	92	54				
87/88	303	120	106	77				
88/89	354	128	115	111				
89/90	456	162	144	122	28			
90/91	571	198	185	136	52			
91/92	690	235	220	152	83			
92/93	763	267	246	150	100			
93/94	775	282	259	142	76			16
94/95	846	287	273	155	55	60		16
95/96	878	279	270	180	36	97		16
96/97	994	289	293	203	19	147	28	15
97/98	1042	277	287	218	10	191	50	9
		Ramo Agrícola	Ramo Animal					
98/99	1080	302	322	197	7	187	65	-
		Ramo Agrícola	Ramo Animal	Eng. Florestal		Ordenamento		
99/00	1321	331	375	281	-	263	71	-
							Ramo Eng. Rural	
00/01	1382	326	386	311	-	293	66	-
01/02	1358	278	371	316	-	286	107	-

Observa-se um aumento crescente do total do número de alunos na Escola, ao longo dos anos.

O decréscimo de alunos no ano lectivo 2001/02, foi generalizado, não só para a ESACB mas para todo o País, pela diminuição da população estudantil em todos os graus de ensino.

No ano lectivo de 2001/02 encontravam-se matriculados no 1º ano do curso, entre alunos inscritos pela 1ª vez e alunos repetentes, 41 alunos, sendo que só 10 foram inscritos nesse ano, correspondendo a 16,6% das 60 vagas existentes. Esta realidade levou a que uma comissão, integrada pelo coordenador de curso e alguns docentes afectos ao curso, reflectissem e propusessem a alteração curricular ao curso em análise, bem como a alteração da designação do mesmo, tendo sido proposto aos responsáveis de acreditação dos cursos, e que, após a sua aprovação resultou num aumento marcante dos alunos

inscritos no 1º ano, neste caso, no curso de Engenharia de Ciências Agrárias e Ambiente (Quadro 24.3).

7.3 Evolução quantitativa dos corpos docente, técnico e administrativo

A evolução do pessoal docente e não docente da ESACB, por categoria, nos últimos anos, resume-se nos Quadros 7.2 e 7.3.

Quadro 7.2. Evolução do pessoal docente da ESACB nos últimos três anos.

	ANO	1999/00	2000/01	2001/02
CATEGORIA				
Assistentes				
Em categoria		18	28	28
Equiparados		2	2	2
Professores Adjuntos				
Em categoria		37	37	36
Equiparados		4	3	4
Professores Coordenadores				
Em categoria		5	6	7
Encarregados de trabalhos		7	7	6
Total		73	83	83

No quadro 7.3 encontra-se discriminada a informação referente à evolução quantitativa do pessoal não docente no período em análise, onde se verifica alguma estabilidade neste âmbito.

Refira-se o peso do pessoal auxiliar e operário, no total do pessoal não docente, justificado pela natureza das actividades agrícolas e pecuárias que a Escola desenvolve, como apoio à sua actividade lectiva.

Quadro 7.3. Evolução do pessoal não docente da ESACB nos últimos quatro anos.

CATEGORIA	ANO (a)	1999	2000	2001	2002
Pessoal Dirigente (b)		(2)+1	(2)+1	(2)+1	(2)+1
Pessoal de Chefia		3	3	3	4
Técnico Superior BAD		1	1	1	1
Técnico Superior		-	-	5	5
Técnico e Informático		7	10	9	10
Técnico-Profissional		14	11	11	11
Administrativo		11	11	11	11
Auxiliar		23	22	22	22
Operário		17	17	16	17
Total		77	76	79	82

(a) referência a 31.12 do ano indicado

(b) Pessoal docente. Não incluídos no somatório total deste quadro.

7.4 Evolução quantitativa dos orçamentos de despesa, considerando despesas de funcionamento (pessoal e outras) e despesas com investimentos.

Do quadro 7.4 constam os dados relativos à distribuição do orçamento de despesa, no período em análise, considerando as origens de financiamento Orçamento de Estado (OE) e receitas próprias.

Quadro 7.4. Distribuição quantitativa do Orçamento por principais rubricas, com desagregação em termos de fonte de financiamento (em Euros).

	Pessoal			Correntes			Investimento			Total Geral
	OE	RP	Total	OE	RP	Total	OE	RP	Total	
1999	2.259.345,58	31.739,53	2.291.085,11	269.402,02	607.790,10	877.192,12	112.084,77	49.225,11	161.309,88	3.329.587,12
2000	2.669.548,19	13.298,36	2.682.846,55	211.221,75	737.340,41	948.562,16	149.437,95	602.295,67	751.733,62	4.383.142,33
2001	2.946.386,31	51.402,02	2.997.788,34	431.435,53	507.864,19	939.299,72	154.418,20	345.061,37	499.479,56	4.436.567,62
2002	2.218.229,70	29.613,17	2.247.842,87	204.791,89	485.792,99	690.584,88	53.801,98	203.054,92	256.856,90	3.195.284,65

Nota: O ano 2002 só compreende o período até Setembro

Da sua análise destaca-se o peso da despesa com pessoal na distribuição do orçamento da ESACB, tendo estas como principal origem de financiamento o Orçamento de Estado.

O segundo grupo de despesa com maior expressão são as Despesas Correntes e depois as Despesas com Investimento.

Relativamente às Despesas Correntes salienta-se a importância que as Receitas Próprias têm enquanto origem de financiamento.

As despesas de Investimento sofreram um crescimento acentuado nos anos de 2000 e 2001, fortemente suportada por Receitas Próprias. Referem-se a aquisição de equipamentos e obras empreendidas na propriedade, nomeadamente a compra de um autocarro em 2000, a aquisição de equipamento informático e reparação e manutenção de equipamentos e construções.

A distribuição percentual desta informação, apresentada no quadro 7.5 auxilia a sua compreensão.

Quadro 7.5. Distribuição percentual do orçamento pelas principais rubricas de despesa, no período em análise.

	Pessoal		Correntes		Investimento		Total Geral
	OE (%)	RP (%)	OE (%)	RP (%)	OE (%)	RP (%)	
1999	68	1	8	18	3	1	3.329.587,12
2000	61	0.3	5	17	3	14	4.383.142,33
2001	66	1.2	10	11	3	8	4.436.567,62
2002	69	0.9	6	15	2	6	3.195.284,65

8. ORGANIZAÇÃO INTERNA ACTUAL

8.1 Identificação dos órgãos de gestão administrativa, científica e académica estatutariamente consagrados

De acordo com os estatutos a ESACB integra as seguintes componentes:

Órgãos de governo da ESACB:

- Assembleia de representantes;
- Director;
- Conselho administrativo;

Órgãos científico-pedagógicos da ESACB:

- Conselho científico;
- Conselho pedagógico;
- Conselho consultivo.

Unidades científico-pedagógicas da Escola:

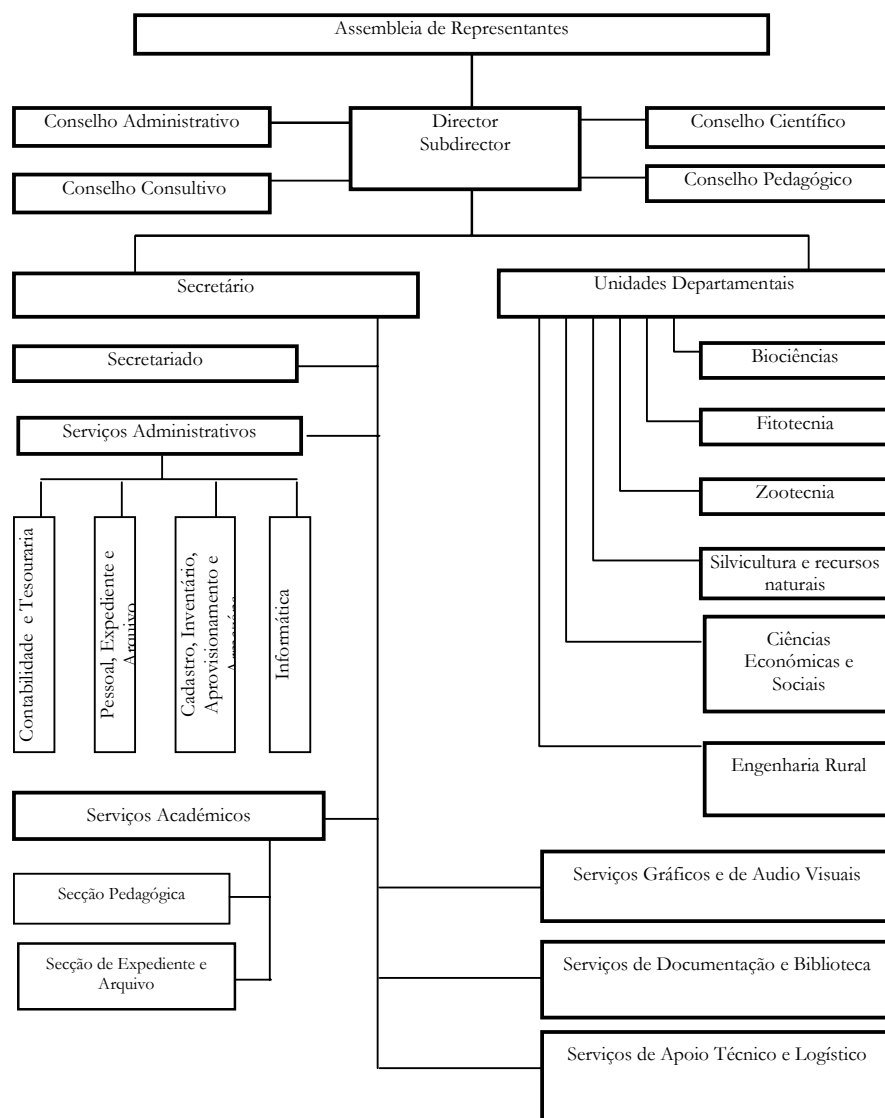
Unidades departamentais:

- Biociências
- Fitotecnia;
- Zootecnia
- Silvicultura e Recursos Naturais
- Ciências Económicas e Sociais
- Engenharia Rural

Serviços:

- Secretariado;
- Serviços administrativos;
- Serviços académicos;
- Serviços de apoio técnico e logístico;
- Serviços gráficos e de audiovisuais;
- Serviços de documentação e biblioteca.

A articulação entre os órgãos de gestão e os serviços é realizada de acordo com o organograma que se apresenta.



8.2 Identificação de estruturas informais existentes, com referência às suas atribuições

Em 1990 foi criada a “Agroforum”, revista semestral da ESACB (ISSN 0872-2617), com o objectivo de divulgar os trabalhos e actividades dos seus docentes, colaboradores e alunos (editorial, Nº0, ano 1). Desta forma pretendeu-se estabelecer um elo de ligação entre a ESACB, agricultores e técnicos ligados ao sector primário.

Esta filosofia de trabalho manteve-se sempre presente na revista, não obstante algumas modificações na periodicidade, na forma e no conteúdo das matérias a apresentar.

Estas foram, quase sempre, determinadas pela evolução que a Escola vem sofrendo ao longo dos tempos, bem como pelas várias alterações de que tem sido alvo a composição do Conselho Redactorial, no sentido de tornar efectiva a participação de um grande número de elementos da ESACB que traduzem áreas de formação diversas, enriquecendo-o.

O formato da revista foi variando ao longo do tempo sendo acrescentadas umas rubricas, suprimidas outras, tentando manter sempre um determinado nível em termos de qualidade dos conteúdos.

No formato actual, a revista apresenta artigos de natureza científica, técnica e de divulgação. O Conselho Redactorial em funções nesta data (2002), pretende também valorizar a actividade dos alunos da Escola, proporcionando grande abertura à publicação dos seus trabalhos de investigação ou revisão bibliográfica, obviamente que em obediência rigorosos critérios de qualidade. Inclui também uma parte dedicada à divulgação da actividade científica da ESACB, nomeadamente através da divulgação dos trabalhos de tese de doutoramento e de mestrado dos seus docentes e, procura ainda, divulgar páginas da Internet com interesse para as ciências agrárias e áreas afins, num apelo à utilização das novas tecnologias da informação.

9. RECURSOS DISPONÍVEIS

9.1 Instalações da ESACB

A ESACB, situada na Quinta da Sra. de Mércules, conta com várias *construções* e outras *infraestruturas* numa área de 166 ha, na qual se desenvolvem 7 km de caminhos asfaltados.

O *edifício principal* consta de dois pisos e é composto por cinco corpos, com uma área útil de construção de cerca de 10 000 m² (ponto 1 do Anexo III). Dispõe de gabinetes, salas de aulas, salas de informática, Auditórios, Biblioteca e Centro de documentação, Serviços gráficos e audiovisuais, Secretaria administrativa e de alunos, Cantina, Bar, zonas de circulação e diversas zonas de apoio. No mesmo edifício existem ainda 10 laboratórios (Protecção Vegetal, Biologia Vegetal, Química e Tecnologia, Análise Instrumental, Bioquímica, Parasitologia, Análises Microbiológicas, Análise de Terras, Plantas e Águas, Nutrição e Alimentação Animal, de Sistemas de Informação Geográfica (SIG e CAD)). A descrição e respectivas áreas são referidas no Anexo VI.

Além do *edifício principal*, já descrito, existe um outro bloco de construções designado por *Instalações antigas*. As *Instalações antigas* constam de um piso com uma área útil de construção de 729 m² com gabinetes, salas de aula e onde se encontra o Laboratório de

Fibras Animais e algumas das instalações do Laboratório de Reprodução Animal (ponto 2 do Anexo III).

A *Casa da queijeira* é onde se localiza o outro espaço físico atribuído ao Laboratório de Reprodução Animal

A antiga casa da Quinta, designada por *Casa Amarela*, foi remodelada, adaptada a casa de passagem incluindo espaços para apoio a actividades lectivas. Integrando este bloco de construções existe outro edifício designado por *Anexo à Casa Amarela* onde funciona um bar e salas de aula (ponto 3 e 4 do Anexo III)

A *Casa do guarda* e divisões anexas, situadas junto ao portão das Antigas Instalações da ESACB, compreendem ainda gabinetes de docentes.

A Escola dispõe ainda de *instalações desportivas ao ar livre*, nomeadamente polidesportivos para a prática de futebol, andebol, voleibol, basquetebol, ténis, uma pista e zona para várias modalidades de atletismo e campo relvado para futebol e rugby. Como apoio dispõe de balneários, posto médico e armazém. A descrição detalhada encontra-se no Anexo III.

O Sector de Horticultura, Floricultura e Jardinagem ocupa uma área de aproximadamente 1 ha para culturas hortícolas, florícolas e espécies aromáticas de ar livre sendo responsável pela manutenção de todos os espaços ajardinados da Quinta. Conta com 2 *estufas* semicilíndricas para culturas hortícolas e florícolas e uma estufa com ambiente controlado dedicada a culturas envasadas e propagação, num total de 700 m² de área coberta. Na zona da horta existem ainda instalações de apoio à docência e investigação, um armazém e instalações sanitárias.

Relativamente ao Sector de Fruticultura, Olivicultura e Viticultura, a quinta tem instalados vários pomares, vinha e diversas áreas de olival. O olival está distribuído por várias parcelas ocupando uma área bastante significativa. A maioria dos pomares e vinha foram instalados entre 1984 e 1987, com excepção do Novo Pomar de Pessegueiros instalado em Abril de 2001 (Quadro 9.1).

Quadro 9.1. Pomares existentes na ESACB em 2002.

Actividades	Área (ha)	Compasso (m x m)	Ano plantação	N.º cultivares
Aveleiras	0.8	5*6	1984	9
Cerejeiras (bordadura)	0.3	5	1984	6
Amendoeiras	0.4	5*6	1984	4
Pereiras	0.4	2*4	1986	6
Macieiras	0.4	2*4	1984/86	2
Nogueiras	0.1	6*6	1987	3
Vinha	0.8	1.2*3	1987	5
Olival Intensivo	1.6	7*7	1987	6
Pessegueiros	0.72	3.5*4.5	2001	3
Olival tradicional	56	12*12 e outros		3-5

Tendo em atenção a vocação de ensino e investigação agro-ambiental da Escola Superior Agrária foi implementada a instalação, na Quinta da Senhora de Mércules, de um *parque botânico* com cerca de 26 ha tendo em vista, por um lado, a recuperação de uma zona altamente degradada utilizada durante muitos anos como lixeira municipal e, por outro lado, a conservação de recursos genéticos naturais.

Junto ao parque botânico foi instalada uma área de *viveiro florestal* onde se têm produzido entre 5000 a 8000 plantas anualmente distribuídas por cerca de 120 espécies florestais e ornamentais. Para o efeito o viveiro florestal dispõe de cerca de 200 m² de estufas (uma estufa simples com 80 m² e uma estufa de ambiente controlado com 120 m² equipada com um túnel de aclimação com controlo independente de humidade e foto-período), 400 m² de área de sombreamento repartida por duas estruturas (uma com 256 m² e outra com 144 m²) e ainda 1500 m² de canteiros ao ar livre, para além das principais infraestruturas necessárias à produção de plantas. Os viveiros possuem ainda instalações para docência e para apoio aos trabalhos de investigação (ponto 13 do Anexo III)

Na zona central da quinta encontra-se o *edifício de oficinas e parque de máquinas* (descritas no ponto 9 do Anexo III)

A ESACB dispõe de diversos *armazéns* para: combustíveis; produtos fitofarmacêuticos; adubos; ferramentas; materiais de construção; produtos gerais; pneus e sobressalentes; armazém geral; armazém de feno e lavandaria.

As Instalações pecuárias constam de: vacaria (ponto 10 do Anexo III), ovel (ponto 11 do Anexo III), picadeiro (ponto 12 do Anexo III).

Existem ainda *outras construções* na Quinta da Sra. de Mércules, nomeadamente: Casa do encarregado “casa da fonte”; “casa dos azeitoneiros” (actual Secretaria Técnica/Centro de Estudos, dotada de 5 gabinetes); “casa branca”; casa do pastor (recentemente atribuída ao sector de Solos e Fertilidade).

A Quinta da Sr^a de Mércules dispõe de um *Centro de formação de técnicos superiores agrários* com uma área de construção de 1530 m² (ponto 6 do Anexo III).

Existe um *posto meteorológico* instalado em terrenos da Escola que serve para apoio à caracterização do clima da região.

Existem também 2 *campos de ensaios de erosão* localizados em locais diferentes da Escola, com 18 talhões experimentais cada campo.

9.1.1 Efectivo pecuário

Dada a especificidade da Escola, decidimos incluir este ponto para identificação e listagem do efectivo pecuário existente na ESACB (Quadro 9.2). Este, possibilita o apoio fundamental às aulas das disciplinas de Especialidade dos cursos ligados à produção animal, e é um meio indispensável ao trabalho experimental e de investigação dos docentes e alunos estagiários.

Quadro 9.2. Efectivo Pecuário da ESACB no ano de 2002.

Espécie/raça/tipo	Fêmeas	Machos
Bovinos (Holstein-Frisia)		
Vacas adultas	25	
Novilhas/os	3	-
Vitelos	6	1
Ovinos (Merino Beira Baixa)		
Adultos	135	5
Malatos/as	30	3
Ovinos (Merino Branco)		
Adultos	90	5
Malatos/as	15	1
Ovinos (Mondegueira)		
Adultos	13	-
Caprinos (Angora)		
Adultos	26	7
Equinos (Puro Sangue Lusitano)		
Adultos	2	-
Poldros	2	-

9.1.2 Recursos materiais e equipamentos disponíveis

A identificação, descrição e afectação, às várias Unidades Departamentais, do equipamento genérico e didáctico encontra-se nos quadros do Anexo V. A Descrição dos

Serviços de documentação e Biblioteca, encontra-se no Anexo IV. O Equipamento informático e audiovisual encontra-se descrito no Anexo VII.

9.2 Recursos humanos disponíveis

Os *recursos humanos* disponíveis na Escola encontram-se referidos no quadro 9.3.

Quadro 9.3. Recursos humanos disponíveis por categoria (Actividade/habilitações académicas) no ano de 2002.

Pessoal	Doutores	Mestres	Licenciados	Bacharéis	12ºano ou equival.	11º ou 9º ano ou equival.	9º ano ou equival.	Outros	Total
Docente	14	46	22	6					88
Dirigentes	1*	1*	1	-	-	-	-	-	3
Chefia	-	-	-	-	1	-	3	-	4
Técnico Superior	-	-	6	-	-	-	-	-	6
Técnico	-	-	2	6	-	-	-	-	8
Informático	-	-	-	-	1	1	-	-	2
Téc. Profissional	-	-	1	-	5	5	1	-	12
Administrativo	-	-	-	2	1	3	5	-	11
Operário	-	-	-	-	-	-	-	22	22
Auxiliar	-	-	-	-	-	-	2	14	16
Total	14	46	32	14	8	9	11	36	170

* Incluídos no pessoal docente

9.2.1 Pessoal docente que presta serviço na ESACB

O pessoal docente que presta serviço na ESACB é, na presente análise, dividido em dois grupos,

- A:** Pessoal docente contratado por período de tempo superior a um ano e cujo vínculo com a ESACB teve início através de concurso documental. Incluem-se neste grupo os docentes que iniciaram carreira profissional na ESACB, nela se mantêm, mesmo que em situação de equiparado.

B: Pessoal docente contratado por período de tempo inferior a um ano. Este grupo abrange os docentes equiparados ou convidados, recrutados para satisfação de necessidades docentes pontuais.

9.2.1.1. Sínteses globais quantificadas em relação ao pessoal docente contratado por período de tempo superior a um ano

O pessoal docente contratado por período de tempo superior a um ano encontra-se classificado por qualificações académicas (Quadro 9.4), por situações de regime de prestação de serviço (Quadro 9.5), por condições de prestação de serviço (Quadro 9.6), categorias docentes (Quadro 9.7) e por composição etária (Quadro 9.8).

Quadro 9.4. Pessoal docente contratado por mais de um ano por qualificação académica.

Grau académico	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Bacharelato	2	2.7	1	1.2	2	2.4
Licenciatura	18	24.7	24	28.9	22	26.5
Mestrado	46	63.0	49	59.0	45	54.2
Doutoramento	7	9.6	9	10.8	14	16.9

Quadro 9.5. Pessoal docente contratado por mais de um ano por regime de prestação de serviço.

Regime de serviço	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Docência como única actividade profissional e exercida exclusivamente na ESACB	69	94.5	80	96.4	80	96.4
Docência como única actividade profissional ainda que exercida na ESACB em regime de acumulação	3	4.1	1	1.2	2	2.4
Docência como actividade profissional cumulativa com outra	1	1.4	2	2.4	1	1.2

Quadro 9.6. Pessoal docente contratado por mais de um ano por condições de prestação de serviço.

Serviço lectivo	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Completo	70	95.9	83	100.0	83	100.0
Incompleto	3	4.1	0	0.0	0	0.0

Quadro 9.7. Pessoal docente contratado por mais de um ano por categoria docente.

Grau académico	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Encarregado Trabalhos	7	9.6	7	8.4	6	7.2
Assistente do 1.º Triénio	13	17.8	18	21.7	15	18.1
Equiparado a Assistente do 1º Triénio	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Assistente do 2.º Triénio	5	6.8	10	12.0	13	15.7
Equiparado a Assistente do 2º Triénio	2	2.7	2	2.4	2	2.4
Professor Adjunto	37	50.7	37	44.6	36	43.4
Equiparado a Professor Adjunto	4	5.5	3	3.6	4	4.8
Professor Coordenador	5	6.8	6	7.2	7	8.4

Quadro 9.8. Pessoal docente contratado por mais de um ano por escalões etários.

Escalão etário	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Até 30 anos	15	20.5	19	22.9	18	21.7
Entre 31 e 50 anos	51	69.9	57	68.7	59	71.1
Mais de 50 anos	7	9.6	7	8.4	6	7.2

9.2.1.2. Sínteses globais quantificadas em relação ao pessoal docente contratado por período de tempo inferior a um ano

O pessoal docente contratado por período de tempo inferior a um ano encontra-se classificado por qualificações académicas (Quadro 9.9), por situações de regime de

prestação de serviço (Quadro 9.10), por condições de prestação de serviço (Quadro 9.11), categorias docentes (Quadro 9.12) e por composição etária (Quadro 9.13).

Quadro 9.9. Pessoal docente contratado por menos de um ano por qualificação académica.

Grau académico	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Bacharelato	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Licenciatura	23	100.0	11	91.7	19	100.0
Mestrado	0	0.0	1	8.3	0	0.0
Doutoramento	0	0.0	0	0.0	0	0.0

Quadro 9.10. Pessoal docente contratado por menos de um ano por regime de prestação de serviço

Regime de serviço	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Docência como única actividade profissional e exercida exclusivamente na ESACB	5	21.7	3	25.0	3	15.8
Docência como única actividade profissional ainda que exercida na ESACB em regime de acumulação	3	13.0	1	8.3	3	15.8
Docência como actividade profissional cumulativa com outra	15	65.2	8	66.7	13	68.4

Quadro 9.11. Pessoal docente contratado por menos de ano por condições de prestação de serviço.

Serviço lectivo	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Completo	7	30.4	3	25.0	2	10.5
Incompleto	16	69.6	9	75.0	17	89.5

Quadro 9.12. Pessoal docente contratado por menos de uma ano por categoria docente.

Grau académico	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Assistente do 1.º Triénio	1	4.3	0	0.0	0	0.0
Equiparado a Assistente do 1º Triénio	18	78.3	11	91.7	16	84.2
Assistente do 2.º Triénio	1	4.3	0	0.0	2	10.5
Equiparado a Assistente do 2º Triénio	2	8.7	0	0.0	1	5.3
Professor Adjunto	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Equiparado a Professor Adjunto	1	4.3	1	8.3	0	0.0
Professor Coordenador	0	0.0	0	0.0	0	0.0

Quadro 9.13. Pessoal docente contratado por menos de uma ano por escalões etários.

Escalão etário	1999/00		2000/01		2001/02	
	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem	N.º de docentes	Percentagem
Até 30 anos	18	78.3	10	83.3	15	78.9
Entre 31 e 50 anos	4	17.4	1	8.3	3	15.8
Mais de 50 anos	1	4.3	1	8.3	1	5.3

9.2.2 Pessoal técnico e administrativo que presta serviço na ESACB.

Em 31 de Agosto de 2002, estavam colocados na ESACB 82 agentes e funcionários não docentes, 34 do sexo feminino (41,5%) e 48 do sexo masculino (58,5%). A lista nominal e elementos curriculares do pessoal não docente organizados por categoria, qualificação académica, número de cursos de formação profissional específica e idade é apresentada no Anexo XIV.

No que diz respeito à formação académica (Quadro 9.14), verifica-se que 22% tem formação superior a nível de Licenciatura e Bacharelato, 44% apresenta uma qualificação académica inferior ao 9º ano e 32% apenas tem a 4ª classe.

Quadro 9.14. Pessoal não docente da ESACB, organizados por qualificação académica.

Qualificação académica	N.º	%
Licenciatura	10	12,2
Bacharelato	8	9,8
12º ano	8	9,8
11º ano	9	10,9
9º ano	11	13,4
<9º ano	36	43,9

A idade média do pessoal não docente da ESACB é de 46,8 anos (Quadro 9.15). Verifica-se que a faixa etária mais representativa é entre os 40 e os 49 anos (41,5%). Apenas 1,2% dos agentes e funcionários não docentes tem idade inferior a 30 anos e cerca de 33% tem idade superior a 50 anos.

Quadro 9.15. Pessoal não docente da ESACB, organizados por faixa etária.

Faixa etária	N.º	%
< 20 anos	0	0
De 20 a 29 anos	1	1,2
De 30 a 39 anos	20	24,4
De 40 a 49 anos	34	41,5
De 50 a 59 anos	15	18,3
> 60 anos	12	14,6

No Quadro 9.16 verifica-se que o pessoal Técnico (Técnico Superior, Técnico e Técnico Profissional) da ESACB corresponde a 34,2% dos 82 agentes e funcionários não

docentes. O número de técnicos superiores (7,3% em 2002) aumentou acentuadamente nos últimos dois anos como consequência da evolução na qualificação académica de alguns técnicos o que permitiu a aquisição de habilitações para concurso à carreira Técnica Superior. Para esta evolução também contribuíram os encarregados de trabalho, categoria prevista no estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico mas sem perspectivas de progressão, mais antigos que, após concluírem uma Licenciatura, também concorreram às vagas existentes. O pessoal Administrativo corresponde apenas a 18,3% do total de pessoal não docente afecto à ESACB. O pessoal Operário e Auxiliar representa 46,3% do total. Desta elevada percentagem, mais de 55% são operários especializados, tratadores de animais e tractoristas, necessários para manter em actividade a exploração agrícola da Quinta da Senhora de Mércules (166 ha), onde estão instalados campos de ensaios, viveiros florestais, estufas diversas, vários pomares, campos com culturas forrageiras anuais, vacaria com 25 vacas leiteiras, ovelha com 281 pequenos ruminantes adultos, picadeiro com 2 cavalos e parque com oficinas para manutenção de alfaías, máquinas agrícolas e outras viaturas.

Quadro 9.16. Pessoal não docente da ESACB agrupado por carreiras/ categorias.

Carreira	Categoria	2002	%
Secretário		1	1,2
<u>Técnica</u> Superior	Assessor BAD	1	7,3
	2ªClasse	5	
<u>Técnica</u> (cs)	Especialista	1	9,8
	Principal	3	
	1ªClasse	3	
	2ªClasse	1	
Administrativa	Chefias	4	18,3
	Assist. Adm.	9	
	Tesoureiro	1	
	Estagiário	1	
<u>Técnica</u>	Profissional	11	17,1
	Auxiliar	1	
	Informática	2	
Operária	Alt. Qualificado	3	19,5
	Principal	4	
	Qualificado	1	
	Semi-Qualificado	8	
Tratador Animais		3	3,7
Tractorista		2	2,4
Motorista	Trasp. Colectivos	1	1,2
Auxiliar	Técnico	4	13,4
	Manutenção	7	
Guarda Nocturno		5	6,1

(cs) formação superior

Consultando os elementos curriculares individuais disponíveis na ESACB (Anexo XIV) verifica-se que, em relação à formação profissional específica, o número médio de acções de formação por agente e pessoal não docente é de 1,8 ($\pm 3,51$). O elevadíssimo desvio padrão encontrado demonstra bem a heterogeneidade em relação ao número de acções de formação frequentadas, que vai de 0 como mínimo a 17 como máximo. Cerca de 66% do pessoal não docente (54 pessoas) nunca frequentou acções de formação profissional específica e destes, 35 agentes e funcionários são pessoal operário e auxiliar (64,8%). Pelo contrário, das 28 pessoas que restam (34%), 24 frequentaram mais do que uma acção de formação profissional específica sendo que pertencem maioritariamente à carreira administrativa (11), técnica profissional (8) e técnica superior e técnica (3). Através da análise destes resultados verifica-se uma flagrante falta de soluções para a formação profissional específica do pessoal operário e auxiliar, sentimento que é manifestado no ponto 26.3 onde se apresentam os resultados da recolha de opinião do pessoal não docente.

Quadro 9.17. Pessoal não docente da ESACB, organizados acções de formação profissional específica frequentadas.

Número de Acções	N.º	%
0	54	65,9
De 1 a 3	11	13,4
De 4 a 6	9	10,9
De 7 a 9	5	6,1
> 9	3	3,7

10. RECURSOS FINANCEIROS

As principais fontes de financiamento da ESACB compreendem Receitas provenientes do Orçamento de Estado e Receitas Próprias.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, no período de 1999 a Setembro 2002, o Orçamento de Estado apresenta-se como a principal fonte de financiamento.

Quadro 10.1. Distribuição percentual da Receita consoante a origem.

	Receita (inclui saldos anteriores e projectos)		
	OE (%)	RP (%)	Total (Euros)
1999	63	37	4.275.116,49
2000	65	35	4.900.788,12
2001	70	30	5.092.803,67
2002 (a)	68	32	3.628.503,86

(a) Até Setembro

No Quadro 10.2 estão indicadas as principais rubricas de origem de Receitas Próprias.

Refira-se o crescimento gradual de Propinas e Taxas como fonte de Receitas Próprias, seguindo-se receitas através de projectos PRODEP e, por último, as receitas resultantes das actividades desenvolvidas na Escola – Venda de bens e animais e prestação de serviço.

Quadro 10.2. Discriminação de receitas próprias segundo a sua natureza.

	1999	2000	2001	2002
Venda bens	62.704,58	54.832,59	75.773,07	53.897,73
Prestação Serviços	131.113,78	78.794,74	79.363,32	89.628,18
Venda animais	16.692,75	5.221,56	4.493,15	9.293,72
Juros	12.518,43	16.605,60	22.017,91	9.457,04
Propinas+Taxas	404.188,72	468.978,78	557.305,57	466.786,36
PRODEP	399.286,34	214.344,30	368.178,77	193.953,79
Subsídios	14.676,32	25.419,91	47303,84	33.526,73
Projectos	137.206,80	47.360,86	9.307,57	62.374,00
Total	1.178.387,08	911.557,57.	1.163.743,87	918.917,26

A comparação entre as receitas e as despesas, no período em análise, permite verificar que tem existido um saldo positivo entre as Receitas disponíveis e a Despesa efectuada, saldo esse que transita para o ano seguinte como receita.

Quadro 10.3. Receitas e despesas totais no período 1999/2002.

	Receita (inclui saldos anteriores e projectos)			Despesas			Saldo
	OE	RP	Total	OE	RP	Total	
1999	2.675.121,18	1.599.995,31	4.275.116,49	2.640.832,27	818.936,79	3.459.769,06	815.347,49
2000	3.202.423,60	1.698.364,52	4.900.788,12	3.030.207,89	1.352.934,44	4.383.141,98	517.646,14
2001	3.579.354,51	1.513.449,16	5.092.803,67	3.532.240,04	904.327,58	4.436.568,42	656.235,25
2002 (a)	2.480.128,81	1.148.375,05	3.628.503,86	2.476.823,57	718.461,08	3.195.284,12	433.219,74

(a) Até Setembro

11. INDICADORES DE CONSISTÊNCIA INSTITUCIONAL NUM HORIZONTE TEMPORAL RETROACTIVO DE TRÊS ANOS

11.1 Concessão de graus académicos

No Quadro 11.1 resume-se a concessão de graus de bacharelato e de licenciatura nos cursos ministrados pela ESACB, no triénio de 1999/02.

Quadro 11.1. Concessão de graus nos últimos 3 anos.

Curso	1999/00	2000/01	2001/02	Total
Engenharia de Produção Agrícola	0	7	-	7
Engenharia de Produção Animal	0	7	-	7
Engenharia de Produção Florestal	9	3	-	12
Engenharia Rural	18	0	-	18
Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais	7	6	-	13
Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais (B+L)				
1º ciclo	22	26	24	72
2º ciclo	0	9	31	40
Engenharia de Ciências Agrárias- Opção Agrícola (B+L)				
1º ciclo	40	28	27	95
2º ciclo	1	17	30	48
Engenharia de Ciências Agrárias- Opção Animal (B+L)				
1º ciclo	46	51	42	139
2º ciclo	7	22	31	60
Engenharia de Ciências Agrárias- Opção Eng^a Rural (B+L)				
1º ciclo	0	3	8	11
2º ciclo	0	0	0	0
Engenharia Florestal (B+L)				
1º ciclo	27	10	21	58
2º ciclo		1	23	24
DESE			4	4
Total de diplomas	177	190	241	649

B-Bacharelato
L-Licenciatura

Do Curso de *DESE* (Diploma de Estudos Especializados) em Engenharia de Produção de Óleos Alimentares, realizado nos anos lectivos de 1993/94 e 1994/95, resultou a atribuição dos diplomas referidos no Quadro 11.1.

De salientar a evolução crescente do número de diplomados (grau de bacharelato e licenciatura) que saíram da ESACB, ao longo do triénio em análise, apesar da extinção de cinco cursos. Os cinco cursos extintos só ofereciam o grau de bacharelato. A entrada em vigor de cinco Licenciaturas de estrutura bi-etápica permite como o nome sugere a obtenção do grau de licenciado.

A substituição, nas licenciaturas bi-etápicas do estágio no final do 1º ciclo pela disciplina de seminário, não tendo que ser esta a última disciplina de finalização de curso e , verificando-se que a maioria dos alunos que termina o 1º ciclo continua para o 2º ciclo, faz com que a contabilização dos alunos com o grau de bacharel se transforme numa tarefa difícil com os meios de secretariado existentes no momento.

11.3 Projectos desenvolvidos a nível institucional

- **Projectos de investigação**

As referências a estes projectos incluem a seguinte informação:

Título do projecto (ano de início - ano de termo); nome do responsável pelo projecto (instituição a que pertence); nomes dos docentes da ESACB envolvidos no projecto; outras fontes de financiamento para além do orçamento próprio da ESACB.

Influência das Técnicas de Não-Mobilização na Produção do Olival e Evolução da Flora Espontânea (1986-); João Pedro Martins da Luz (ESACB); Manuel António Martins Silva.

Estudo da Inserção Profissional dos Diplomados pela ESACB (1992-); Celestino Morais de Almeida (ESACB); Lurdes Esteves.

Aperfeiçoamento de sistemas de classificação da vegetação sob a perspectiva do seu interesse faunístico recorrendo a critérios estruturais em sistemas agro-florestais. Dois casos de estudo (Apostiça e Évora) (1995-2002); Luís Quinta-Nova (ESACB); Programa PRODEP.

Estudo de Dinâmica do Crescimento e Produção dos Povoamentos de Pinheiro Bravo na Região de Castelo Branco (1995-2003); Cristina Alegria (ESACB).

O olival de azeitona Galega, Bical e Cordovil na parte Sul do distrito de Castelo Branco – Seleção de morfotipos, caracterização isoenzimática e qualidade dos azeites elementares (1997-2000); Maria do Céu Pinheiro Alves (Estação Agronómica Nacional); Maria de Fátima Peres, Luís Henriques, Carlos Reis, Armando Ferreira, Maria Paula Simões, Maria Filomena Pinto da Rocha, Valdemar Castro, José Coutinho e Maria da Conceição Vitorino; Programa PAMAF – IED (projecto nº 6025).

Estudo do Parasitismo Gastro-Intestinal dos pequenos Ruminantes na área de acção da OPP – Ovibeira (1997-); Manuel Vicente de Freitas Martins (ESACB); Telma Maria-Jeanne Brida.

Recolha, identificação, liofilização e congelação de gomos de cerejeira de diferentes cultivares em pomares de altitude e localização geográfica distinta em épocas sucessivas do período de endodormência (1999-2001); Maria de Lurdes S M Carvalho (ESACB).

Monitorização da avifauna do Parque Eólico do Cabeço Rainha (Oleiros) (1999-2002); Fernando Queirós Monteiro (ESACB); Enernova. Novas Energias, S.A.

Acompanhamento da evolução da maturação da cereja com e sem cobertura do pomar (2000-2001); Maria de Lurdes S M Carvalho (ESACB).

Caracterização físico-química e acompanhamento da maturação da principais cultivares de cereja (2000-2001); Maria de Lurdes S M Carvalho (ESACB).

Micropropagação de *Sorbus teminalis* (2000-); José Carlos Dias Duarte Gonçalves (ESACB); Teresa Maria Pita Pegado Rodrigues Coelho e Maria da Graça Marques Diogo.

Pesquisa de Zn, Fe, Cu, Mn e Si em plantas utilizadas em medicina natural (2000 -); Valdemar Osório e Castro (ESACB); Ilda Pereira dos Santos e Cecília Gouveia Martins.

Propagação vegetativa de *Camelia* spp (2001); Maria Margarida Ataíde. Ribeiro (ESACB); Maria Ângela de Lima Antunes.

Propagação vegetativa da Groselha - ensaios de propagação por estaca herbácea e lenhosa, com e sem aplicação de reguladores de crescimento (2002). Beirabaga; Maria de Lurdes S M Carvalho (ESACB); Fernanda Delgado.

Contribuição para a valorização da raça autóctone Merino da Beira Baixa utilizada em sistemas extensivos (2002-); António Moitinho Rodrigues (ESACB); Valdemar Osório e Castro, Ilda Pereira dos Santos.

11.4 Projectos desenvolvidos em parceria com outras entidades

As referências a estes projectos incluem a seguinte informação:

Título do projecto (ano de início-ano de termo); identificação das instituições que participam no projecto conjuntamente com a ESACB; nome do responsável pelo projecto (instituição a que pertence); nomes dos docentes da ESACB envolvidos no projecto; outras fontes de financiamento para além dos orçamentos próprios das instituições envolvidas.

- **Projectos de investigação**

Estudo da erosão em solos litólicos não húmicos de granito e xisto(1991-); Instituto Superior de Agronomia; Nuno Cortez (ISA); João Pais Goulão; Pedro Lopes.

Caracterização Mecânica da Cortiça e sua relação com a qualidade (1994-1999);

Instituto superior Técnico; Ofélia Maria Serralha dos Anjos (ESACB); Programa PRODEP.

Modernização de gestão dos sistemas de rega (1995-1999); Universidade de Évora, Instituto Superior Técnico e Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia; Manuel Rijo (UE); Francisco Frazão; Programa JNICT (PBIC/C/AGR/2335/95).

Uso de resíduos orgânicos na melhoria dos solos agrícolas sujeitos a diferentes sistemas de mobilização (1995-1999); Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Estação Agronómica Nacional; José António Teodósio Amaro (DRABI); João Paulo Baptista Carneiro, Paulo Pires Águas, Pedro Sousa Lopes; Programa PAMAF I&D (projecto nº 4048).

Frutificación del olivo (1995-2000); Universidade de Córdoba; Luis Rallo Romero (UC); António Santos Ramos; Programa CICYT (projecto AGF95-0374).

Utilização dos chorumes em pecuária leiteira intensiva. Métodos de tratamento, aplicação e sistemas culturais que aumentem a eficiência e reduzam as perdas e prejuízos materiais (1996-1999); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Cooperativa Agrícola de Vila do Conde; Nuno Moreira (UTAD); Paulo Águas e João Paulo Carneiro, Pedro Sousa Lopes; Programa PAMAF – IDE (3005).

Instabilidade Proteica de Vinhos: Origens, causas e metodologia para a sua eliminação específica (1996-1999); Instituto Superior de Agronomia e Instituto de Tecnologia Química e Biológica; Virgílio B. Loureiro (ITQB); Maria Antonieta Piçarra Pereira ; Programa PRAXIS XXI (Projecto JNICT 2/3.2/AGR/2180/95).

Caracterização Reprodutiva de Fêmeas Ovinas e Caprinas de Raças Autóctones (1996-2000); Estação Zootécnica Nacional, Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Direcção Regional de Agricultura do Algarve e COVICOA; Rui Leitão (EZN); João P. Várzea Rodrigues, Luís Pedro Pinto de Andrade, António Travassos Galvão; Programa PAMAF-IED (projecto nº 3041).

Geoquímica de rochas graníticas e jazigos minerais associados (1996 -); Universidade de Coimbra; Ana Margarida Ribeiro Neiva (UC); Isabel Margarida Horta Ribeiro Antunes; Linha de Investigação nº 3 do Centro de Geociências do Departamento de Ciências da Terra (Universidade de Coimbra).

Avaliação do Potencial para Produção de Lãs Finas em Portugal (1997-1999); Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior; Luís Pedro Pinto de Andrade (ESACB); João Pedro Várzea Rodrigues, António Moitinho Rodrigues, Carlos Rebelo

de Andrade, António Travassos Galvão e Lurdes Esteves; Programa INTERREG II (Projecto nº 98.09.5050.5).

Increasing Competitiveness of High Quality European Animal Textile Fibres by Improving Fibre Quality (1997-1999); Macaulay Land Use Research Institute (MLURI), Institute National de Recherche Agricole (INRA), Danish Agricultural Advisory Centre (DAAC), Centro Investigaciones Agrarias Asturias (CIATA), Servicio de Investigacion Agraria (SIAZ), Universidade di Bari (USB), Institut fuer Tierzuchtwissenschaften (DWI); University of Norway (NLH); University of Kuopio; John Milne (MLURI); Luís Pedro Pinto de Andrade, João Pedro Várzea Rodrigues; Programa FAIR (projecto nº FAIR3 CT96 1597).

Utilização sustentável de águas residuais e resíduos orgânicos (1997-2000); Universidade de Évora, Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Castelo Branco; Manuel Rijo (UE); Maria do Carmo Horta Monteiro, João Paulo Baptista Carneiro, José Sarreira Monteiro, Fernanda Delgado de Sousa, Francisco Franco Frazão, Paulo Pires Águas, Pedro Manuel Sousa Lopes; Programa PAMAF I&D (projecto nº 8064).

Uso eficiente e sustentável da água na agricultura, com integração de tecnologias de rega, da drenagem e da avaliação das necessidades hídricas das culturas (1997-2000); Universidade de Évora, Escola Superior Agrária de Beja, Instituto Superior de Agronomia, Direcção Regional de Agricultura do Alentejo; Ricardo Serralheiro (UE); António Canatário Duarte; Programa PRAXIS XXI (projecto nº 33.2/AGR/2306/95).

Caracterização e multiplicação de porta-enxertos tolerantes à doença da tinta (Phytophthora spp) e de variedades nacionais de castanheiro. Adaptação e comportamento (1997-2000); Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho e Estação Nacional de Fruticultura Vieira Natividade; José Carlos Dias Duarte Gonçalves (ESACB); Teresa Maria Pita Pegado Rodrigues Coelho, Paula Albuquerque Simões, José Pereira Coutinho; Programa PAMAF (projecto nº 6127).

Valorização da Qualidade dos Produtos Certificados do Norte Alentejano (1997-2000); Instituto Nacional de Investigação Agrária e Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre; António Fragata (INIA); Deolinda Alberto; Programa PAMAF I&D (projecto nº 3055).

Regeneração, Condução e Crescimento do Pinhal Bravo das Regiões Litoral e Interior Centro (1997-2000); Estação Florestal Nacional/INIA, Instituto Superior de Agronomia, Escola Superior Agrária de Coimbra, Direcção Regional da Beira Interior e Direcção Regional da Beira Litoral; Mário Tavares (EFN); Cristina Alegria; Programa PAMAF97 (projecto nº 8165).

Relançamento da cultura da macieira para a reconquista do mercado interno (1997-2000); Instituto Superior de Agronomia, Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e Estação Agronómica Nacional (Departamento de Fisiologia); João Matos Silva (ISA); Maria de Lurdes S M Carvalho; Programa PAMAF (projecto nº 2018).

Optimização das operações de pós colheita para aumento da rentabilidade na comercialização da cereja (1997-2000); Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior Técnico, Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho e Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior; Isabel de Sousa (ISA); Maria de Lurdes S M Carvalho, Fátima Peres, Maria Filomena Pinto da Rocha, Valdemar Castro e Manuel António Silva; Programa PAMAF (projecto nº 6006).

Tecnologias de quebra de dormência de framboesas não remontantes para produção fora de época em estufa, em regiões com clima de Inverno ameno (1997-2000); Instituto Superior de Agronomia, Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Estação Agronómica Nacional (Departamento de Horticultura) e Produtores Privados; Luís Maria Lopes da Fonseca (EAN); Maria de Lurdes S M Carvalho; Programa PAMAF (projecto nº 2069).

Qualidade física e química de frutos no período pós colheita com vista à optimização da data de maturação e equipamento de calibragem (1997-2000); Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior Técnico, Universidade de Évora e Estação de Fruticultura Vieira da Natividade; Isabel de Sousa (ISA) e Pedro Barbosa Rodrigues (IST); Maria de Lurdes S M Carvalho; Programa PRAXIS XXI (projecto nº 3/3.2/HORT/2138/95).

Gestão Sanitária de Rebanhos em áreas indemnes de Brucelose (1997-2001); Ovibeira; Manuel Vicente Martins (ESACB).

Modelling Vegetation Dynamics and Degradation in Mediterranean Ecosystems (ModMed 2) (1998-2001); Università di Napoli (Itália), Seconda Università di Napoli (Itália), Università degli Studi del Molise (Campobasso) (Itália), Università degli Studi di Pisa (Itália), Istituto sulla propagazione delle specie legnose (Itália), Ge.Pro.Ter (Napoli) (Itália), The University of Edinburgh (Escócia), National and Kapodistrian University of Athens (Grécia), Institute of Subtropical Plants and Olive Tree of Chania (Crete) (Grécia), Instituto Superior de Agronomia - Universidade Técnica de Lisboa (Portugal), University of Trier (Alemanha), Centre de Recerca Ecologica i Aplicacions Forestals (Espanha) e Eotvos University (Ludovika) (Hungria); Stefano Mazzoleni (Università di Napoli); José Luís Coelho Silva.

Rede Natura 2000 da Península de Setúbal - Sado (1998-2002); Associação dos Produtores Florestais de Setúbal, Universidade de Évora, Faculdade de Ciências da

Universidade de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Agronomia; Lúcio do Rosário (APFS); Luís Quinta-Nova; Programa LIFE Natureza (projecto n.º B4-3200/98/499).

Modelos Estatísticos em Energia Eólica (1998-2002); Universidad de Córdoba – Departamento de Estadística y Investigación Operativa (Espanha); D. José Maria Caridad y Ocerín (UC); Armando Mateus Ferreira; PRODEP II – Medida 5.1.

Diversity analysis in maritime pine (*Pinus pinaster* Ait.) using AFLPs (1999); Lab. de Génétique et Amélioration des Arbres Forestiers (Institut National de la Recherche Agronomique-INRA-, Bordéus, França) e Dep. de Genética Florestal e Fisiologia das Plantas, Universidade Sueca de Ciências Agrárias (SLU, Umeå, Suécia); Christophe Plomion (Lab. de Génétique et Amélioration des Arbres Forestiers, INRA, Bordéus, França); Maria Margarida Ataíde Ribeiro (ESACB). Projecto financiado pela SLU, pelo Kungl.Skogs och Lantbruksacademien/Carl Fredrik von Horn's (H-389), pela União Europeia (IC18970200) e pelo Bureau des Ressources Génétiques.

Stimulation of prothrombinase activity by the nonapeptide Thr-Trp-Ala-Arg-Asn-Ser-Tyr-Asn-Val (1999-2001); Departamento de Pós-graduação em Bioquímica da Universidade de Brigham Young, Provo; Leo P. Vernon (BYPU); Valdemar Osório e Castro; Universidade de Brigham Young, Provo, Utah, USA e Fundação Calouste Gulbenkian.

Propriedade e gestão comunal e suas implicações para o desenvolvimento rural das zonas periféricas (1999-2001); Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e Macaulay Land Use Research Institute (Grã Bretanha); Fernando Oliveira Batista (ISA); Paulo Caldinho Gomes, José Luis Coelho Silva; Programa FAIR (União Europeia)(projecto nº PL 98-4111).

Languages in European Teaching Objectives (1999-2001); Universidad Politécnica de Madrid e Università degli Studi della Calabria; Marinela García Fernández (UPM); Isabel Figueiredo e Silva e Isabel Oliveira da Silva; Programa SOCRATES - LINGUA AcçãoD.

Análise laboratorial de classificação de solos para uso em construção (1999-2003); École d'Architecture en Terre – Centre de Recherche d'Architecture en Terre (Grenoble – France); Vincent Rigassi (EAG); Gonçalo Manuel Gardete; bolsa concedida pelo Ministério da Educação de França.

Pegmatitos graníticos: Mineralogia, petrologia e estudos isotópicos (1999-2004); Universidade de Coimbra e Instituto Geológico e Mineiro (S. Mamede de Infesta); Ana Margarida Ribeiro Neiva (UC); Isabel Margarida Horta Ribeiro Antunes; Programa PCTI (projecto nº 1999 / 35602).

Assessment of *Pinus pinaster* Ait forest stands origin in France using cpSSRs (2000); Lab. de Génétique et Amélioration des Arbres Forestiers (INRA, Bordéus, França);

Christophe Plomion (Lab. de Génétique et Amélioration des Arbres Forestiers, INRA, Bordéus, França); Maria Margarida Ataíde Ribeiro (ESACB). Projecto financiado pela União Europeia: IC18970200.

Potencialidades de Desenvolvimento dos Concelhos da Zona da Serra da Estrela (2000); Espaço e Desenvolvimento e Instituto Politécnico de Castelo Branco; Maria João Simões e Bera Rato (ED); Celestino Moraes de Almeida, Deolinda Alberto e Paulo Jacinto; Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Cultivares de oliveira (*Olea europaea* L.): Características Agronómicas, Adaptação e Tecnologia do Azeite (2000-2002); Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, Direcção Regional de Agricultura Ribatejo Oeste; António Cordeiro (ENMP); António Santos Ramos, Maria de Fátima Pratas Peres e Manuel António Martins Silva; Programa PIDDAC (projecto n.º 418/2000).

Uso da água na Agricultura: Integração de tecnologias de rega e drenagem com a qualidade da água de rega; (2000-2003); Universidade de Évora; Francisco Lúcio Santos (UE); Isabel Castanheira e Silva, Paulo Jorge Castanheira; Programa FCT, Sapiens Proj99 (projecto n.º 32847).

Projecto “Uai-Daholo – indústria artesanal e desenvolvimento da agricultura na região de Laclúbar – Timor-Leste (2000-2003); Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae; Pedro de Jesus Sequeira; Programa HARII.

Estudos macrogeográficos sobre o Pinheiro Bravo com marcadores quantitativos e moleculares (2001-2002); Dep. de Melhoramento Genético e Biotecnologia do CIFOR-INIA (Centro de Investigaciones Forestales - Instituto Nacional de Investigación y Tecnología Agraria y Alimentaria) (Madrid); Santiago González Martínez (CIFOR-INIA) e Maria Margarida A Ribeiro (ESACB). Projecto financiado pela Dirección General de Conservación de la Naturaleza do INIA: CC00-035.

Azeites Virgens Loteados de Cultivares do Norte Alentejano - Efeito do Armazenamento na sua Qualidade (2001-2003); Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, Sociedade Agrícola do Carapatel, Lda, Sociedade Agrícola da Amoreirinha dos Arcos, Lda, Sociedade Agrícola da Fonte do Pinheiro, S. A.; Maria do Céu Pinheiro Alves (ENMP); Maria de Fátima Pratas Peres e Luís Regalheiro Henriques; Programa PIDDAC (projecto n.º 408/01).

Lã de Qualidade - Preservação do Património Genético (2001-2003); Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior e Associação de Produtores de Pequenos Ruminantes da Beira Interior (OVIBEIRA); Luís Pedro Pinto de Andrade (ESACB); João Pedro Várzea Rodrigues, António Moitinho Rodrigues e Carlos Rebelo de Andrade; Programa AGRO (Projecto n.º 277).

The agricultural, ecological and socio-economic importance of free-ranging livestock rearing in Europe (2001-2003); Scottish Agricultural College (SAC), European Forum on Nature Conservation and Pastoralism (EFNCP), Institute for Forestry and Nature Research (IBN-DLO), Institute for European Environmental Policy (IEEP), Asociación para el Análisis y Reforma de la Política Agro-rural (ARPA), Departamento de Ecología e Universidad Autónoma de Madrid (UAM); Davy Mccracken (SAC); Luís Pedro Pinto de Andrade, João Pedro Várzea Rodrigues, António Moitinho Rodrigues, Carlos Rebelo de Andrade, José P. Fragoso de Almeida; Programa EU - PASTORAL (projecto nº QLK5-CT-2000-00559).

Etnobotânica, o uso e a gestão das plantas aromáticas e medicinais e a sua utilização sustentável como contributo para a valorização do meio rural (2001-2004); Banco Português de Germoplasma Vegetal, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, COVICÔA, ERVITAL, Estação Agronómica Nacional, Escola Superior Agrária de Elvas, ICN/Parque Natural da Peneda Gerês, ICN/Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Rena Farias(BPGV); Fernanda Delgado Sousa, Maria Raquel Bento Rainho Caldeira, Maria da Conceição Lopes Amaro Martins Silva; Programa AGRO da Medida 8, Acção 8.1.(Projecto nº34).

O olival de cultivares tradicionais da Beira Interior - demonstração da influência dos factores agronómicos na produtividade e na qualidade do azeite (2001-2004); Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Associação de Agricultores de Protecção Integrada de Frutos de Montanha, Associação de Protecção e Produção Integrada do Zêzere, Associação dos Produtores de Azeite da Beira Interior; Maria do Céu Pinheiro Alves (ENMP); Maria de Fátima Pratas Peres, João pedro Martins da Luz, António Maria dos Santos Ramos, José Pereira Ribeiro Coutinho, Luís Fernando Regalheiro Henriques, Maria da Conceição Vitorino; Programa AGRO : Medida 8, Acção 8:1 (projecto nº 91).

Efeitos secundários dos pesticidas sobre ácaros predadores, associados às culturas da macieira e da vinha nas regiões do Entre Douro e Minho e da Beira Interior (2001-2004); Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, Direcção Geral de Protecção das Culturas, Direcção Regional de Agricultura do Entre Douro e Minho, Cooperativa Agrícola dos Fruticultores de Braga, Associação de Agricultores do Alto Minho, Associação de Produtores de Uva para Vinho Verde e Associação de Agricultores para Produção Integrada de Frutos de Montanha; José Raul de Oliveira Rodrigues (ESAPL); Carlos Fernando Duarte Silva; Programa AGRO (Projecto nº 317).

Comando do Crescimento da Cerejeira e Valorização das Produções (2001-2004); Universidade de Trás - os- Montes e Alto Douro, Instituto Superior Técnico, Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, Direcção

Regional de Agricultura de Entre - Douro e Minho, Viveiros Riba – Douro, Sociedade Agrícola Quinta de Lamaçais, CERCOBE – Associação de Produtores de Cereja da Cova da Beira e Escola Superior Agrária de Bragança; Alberto Santos (UTAD); Maria de Lurdes S M Carvalho. Programa AGRO (projecto nº 86).

Práticas de controlo da dormência para a regularização das colheitas em pereira, macieira e ameixeira (2001-2004); Instituto Superior de Agronomia, Escola Superior Agrária de Santarém, Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Estação Agronómica Nacional, Direcção Geral de Protecção das Culturas e Unirocha - Associações de Produtores; Nuno Geraldês Barba (ESAS); Maria de Lurdes S M Carvalho e Manuel António Silva. Programa AGRO (projecto nº 60).

Avaliação do efeito da isenção de viroses em pereiras e macieiras portuguesas e fornecimento de material vegetativo com garantia sanitária (2001-2004); Instituto Superior de Agronomia, Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e Direcção Geral de Protecção das Culturas; Maria de Lurdes S M Carvalho (ESACB); Programa AGRO (projecto nº 287).

Aplicação de Compostos de Origem Natural no Combate a Fungos da Videira (2001 - 2004); Instituto Superior de Agronomia: Maria Antonieta Piçarra Pereira (ESACB); Programa AGRO (Projecto nº 28).

Lepidópteros fitófagos em pomares de pomóideas e de prunóideas na Beira Interior (2001-); Associação de Protecção e Produção Integrada do Zêzere (APPIZÊZERE), Associação de Agricultores em Produção Integrada de Frutos de Montanha (AAPIM), Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI), Estação Agronómica Nacional (EAN); José Pereira Ribeiro Coutinho (ESACB).

Separação de sólidos, injeção e tratamento de chorumes de explorações pecuárias leiteiras do Noroeste para a sua eficiente utilização agronómica e ambiental (2002-2004); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Tecnologias e Produtos para a Agricultura e Floresta Lda; Nuno Tavares Moreira (UTAD); José Sarreira Monteiro, Paulo Pires Águas, João José Salavessa; Programa AGRO (projecto n.º 177).

Estratégias para a valorização do Azeite da Beira Interior (2002-2004); Instituto Superior de Agronomia, Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior; Inês Mansinho (ISA); Maria de Fátima Peres, Celestino Morais de Almeida e Nuno Caseiro; Programa AGRO - Medida 8 – Acção 8.1

Salsicharia Tradicional da Zona do Pinhal – Caracterização do Bucho Recheado e dos Maranhos (2002-2005); Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa; António Salvador Barreto (FMVL); João José Salavessa; Programa PRODEP.

Produção de Suínos ao ar livre – Unidade de Demonstração (2002-2005); Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Estação Zootécnica Nacional, Cooperativa de Suinicultores da Beira Interior (SUIBEIRA); Orlando Eduardo Rui Oliveira (EZN); João Pedro Várzea Rodrigues, Maria da Conceição Marinho, Luis Pedro Pinto de Andrade, António Moitinho Rodrigues, Carlos Rebelo de Andrade, Ana Cristina Matos, Edgar Santa Rita Vaz, José Pedro Fragoso de Almeida, Isabel Fernandes Tendinha, Maria do Carmo Horta Monteiro, António Travassos Galvão, Maria de Lurdes Teixeira Pires, Deolinda Fonseca Alberto, Armando Mateus Ferreira e Maria Cândida Viegas Tavares; Programa AGRO, Medida 8 (Projecto nº 254).

Studies on population genetics of maritime pine (*Pinus pinaster* Ait.) using chloroplast and nuclear microsatellites (2002-); Dep. de Melhoramento Genético e Biotecnologia do Centro de Investigaciones Forestales-INIA (Madrid); Santiago González Martínez (CIFOR-INIA) e Maria Margarida A Ribeiro (ESACB). Projecto financiado pela Fundação Calouste Gubenkian.

Avaliação da diversidade genética, da identidade dos ‘ramets’ e da contaminação com pólen estranho de um pomar de sementes clonal de pinheiro bravo utilizando marcadores moleculares (2002-); Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, Grupo Pinus (Oeiras) Maria Margarida A Ribeiro.

Alterações na composição do leite de ovelha e seu rendimento queijeiro durante a lactação. Comparação entre o manejo tradicional e ensaios de nutrição utilizando animais estabulados (2002-); Universidade da Extremadura (Facultad de Veterinária); Pedro Luiz Rodriguez Medina (EU); Valdemar Osório e Castro, Joana Maria da Silva Sobreira.

Optimização do Processo de Secagem Industrial de Madeiras Nacionais (2002-); Universidade de Vila Real e Trás os Montes, Instituto Superior de Agronomia e CTIMM – Centro Tecnológico da Madeira e Mobiliário; José Luís Lousada (UTAD); Ofélia Anjos e Cristina Morais.

Avaliação do Potencial Papeleiro do *Cupressus* sp. (2002-); Universidade da Beira Interior e Instituto Superior de Agronomia; Ofélia Anjos (ESACB); Cristina Morais e Graça Diogo.

- **Outros projectos**

Politique agricole et rurale – les PECO vers l'Union Européenne (1996-2000); École Supérieure d'Agriculture d'Angers, Universidade de Godollo (Hungria), Universidade de Debrecen (Hungria), Universidade de Perugia (Itália), Universidade de Udine (Itália); Jean Saudubray (ESAA); Deolinda Alberto; Programa TEMPUS/PHARE.

Management et commerce des produits de grandes cultures (1998 – 2001); Universidade de Bolonha, Universidade de Parma, Royal Agricultural e Veterinary College de Copenhagen; Jean Yves Carfantan (École Supérieure d'Agriculture d'Angers); Deolinda Alberto ; Programa ERASMUS/SOCRATES (projecto CDA).

Jovens Agricultores – Factores de Sucesso e Insucesso (2001-2004); Instituto Superior de Agronomia, Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, Centro Agrícola e Rural do Oeste, Agrotejo – União agrícola do Norte do Tejo, Sociedade Agrícola Quinta dos Lamaçais, Associação de Produtores de Ovinos do Sul da Beira; Maria Madalena Barreira (ISA); Deolinda Alberto e José Luís Coelho Silva; Programa AGRO medida 8.1 (projecto nº 99).

11.5 Produção científica

De seguida apresenta-se a distribuição do número de publicações e comunicações efectuadas por docentes da ESACB, no período em análise. A lista de todas os artigos publicados encontra-se no Anexo VIII.

Destaque-se o peso das publicações em Revistas Internacionais com *Referee* no total das publicações periódicas. Relativamente às Comunicações apresentadas, a presença em eventos internacionais também se salienta, a par com a presença em eventos de âmbito nacional.

Quadro 11.2. Publicações e comunicações científicas.

Ano	N.º Total	Revistas			Comunicações apresentadas			Outras ¹
		Internacionais Com Referee	Nacionais Com Referee	Outras publicações periódicas	Internacional	Nacional	Regional	
1999/2000	123	15	3	7	39	34	9	16
2000/2001	113	21	7	8	30	34	5	8
2001/2002 ²	106	21	6	11	23	20	3	22

Inclui Teses de mestrado e Doutoramento, relatórios preliminares de trabalhos de investigação.

Durante o período em análise foram actualizados e revistos diversos textos de apoio a aulas.

12. DINÂMICA DE FORMAÇÃO INTERNA

12.1 Dinâmica de qualificação de docentes

A dinâmica de qualificação de docentes é quantificada pelo número de docentes envolvidos em acções institucionais de formação nomeadamente, frequência de mestrado, desenvolvimento de trabalho conducente ao doutoramento, preparação de provas de aptidão pedagógica e outras acções de formação. É apresentado o resultado desta quantificação relativamente aos docentes contratados por período de tempo superior a um ano (Quadro 12.1), aos docentes contratados por período de tempo inferior a um ano (Quadro 12.2), aos docentes contratados por período de tempo superior a um ano e envolvidos no domínio científico do Curso de Engenharia das Ciências Agrárias, ramo Agrícola (Quadro 12.3).

² Até Setembro 2002.

Quadro 12.1. Dinâmica de qualificação de docentes contratados por período de tempo superior a um ano.

Tipo de formação	N.º de docentes		
	1999/00	2000/01	2001/02
Em frequência de Mestrado	8	12	15
Em curso de Doutoramento	11	13	14
Em provas de aptidão pedagógica	0	0	0
Em outras acções de formação	41	40	39

Quadro 12.2. Dinâmica de qualificação de docentes contratados por período de tempo inferior a um ano.

Categoria docente	N.º de docentes		
	1999/00	2000/01	2001/02
Em frequência de Mestrado	2	4	4
Em curso de Doutoramento	1	2	1
Em provas de aptidão pedagógica	0	0	0
Em outras acções de formação	0	0	0

Quadro 12.3. Dinâmica de qualificação de docentes contratados por período de tempo superior a um ano envolvidos no domínio científico do Curso de Engenharia das Ciências Agrárias, ramo Agrícola.

Categoria docente	N.º de docentes		
	1999/00	2000/01	2001/02
Em frequência de Mestrado	1	1	1
Em curso de Doutoramento	2	1	1
Em provas de aptidão pedagógica	0	0	0
Em outras acções de formação	4	2	8

12.2 Dinâmica de qualificação de pessoal não docente

A formação contínua de cada trabalhador é essencial para o bom funcionamento de qualquer organização, daí que a aposta na formação dos mesmos assuma importância estratégica.

Na sequência do que já havia sido encetado em 2001, e sabendo-se que pessoas com mais competências precisam de novas habilitações, a formação para o pessoal não docente da ESACB pretendeu atingir dois objectivos: a) dotar os trabalhadores de ferramentas que lhes permitam um melhor desempenho nas suas actividades quotidianas e, b) sempre que possível, dar-lhes oportunidade para que, ao mesmo tempo que aquele objectivo é conseguido, o seu enriquecimento pessoal se traduza na frequência de acções não directamente relacionadas com o conteúdo funcional das respectivas carreiras (Quadro 12.4).

Como grande polo de oferta de formação, o INA é a entidade que, por razões óbvias se enquadra na nossa procura, não espantando pois que a maioria das acções da área administrativa sejam aí realizadas. Por outro lado, uma vez que o IPCB também vai tendo uma calendarização de formação que se enquadra nalgumas das nossas necessidades, vários trabalhadores da ESACB frequentaram este ano acções aqui promovidas.

Para áreas mais específicas, biblioteca e laboratórios, procuraram-se outros parceiros, tendo, no essencial, a oferta respondido às necessidades.

Apesar do salto qualitativo e quantitativo em 2002, pensa-se poder melhorar e alargar ainda mais o leque de oferta para 2003, na perseguição de uma constante melhoria da capacidade de resposta da instituição.

Quadro 12.4 Cursos de formação do pessoal não docente

TRABALHADOR	CURSO	DURAÇÃO
Cidalisa Serra	Carreiras e Concursos	14 horas
	Código do Pr. Administrativo	35 horas
João Rolão de Carvalho	Carreiras e Concursos	14 horas
Elisa da Cunha Ribeiro	Código do Pr. Administrativo	35 horas
	Técnicas de Secretariado	35 horas
Rosa Castanho Pereira	Código do Pr. Administrativo	35 horas
Fátima Graça	Gestão de Conflitos	35 horas
	Organização e Técnicas de Arquivo	35 horas
Maria Iria Bastos Pinto	Gestão de Conflitos	35 horas
	Introdução ao Acess	21 horas
Maria Helena Silva	Introdução ao Acess	21 horas
	Acess Avançado	14 horas
Telma Brida	Introdução ao Acess	21 horas
Maria do Carmo Ribeiro	Introdução ao Acess	21 horas
José Raposo Nunes	Contabilidade Digráfica	35 horas
	Fundamentos de Programação	60 horas
Leonel Afonso	Implementação do POCE	7 horas
	Gestão do Património	35 horas
M ^a Graça Diogo	Flora e Vegetação	7 horas
M ^a Eduarda Rodrigues	WEB of knowledge	7 horas
	Gestão de Conflitos	35 horas
Félix Rafael	Plataforma microsoft	3 horas
António Barroso	Processamento de abonos	35 horas
Luís Dinis da Rosa	Desenvolver Habilidades Decisão	35 horas
Rui Batista	Gestão do Aprovisionamento	35 horas
Maria Irene Tavares	Eficácia Pessoal	90 horas
	Técnicas de formação - Coaching	28 horas
M ^a Fátima Silva	Ética Profissional: o que é?	14 horas
Laura Ferreira	Novas Tecnologias	30 horas
Cecília Raposo	Ética Profissional: o que é?	14 horas
	Bibliotecas na era digital	7 horas

13. INDICADORES DE INTERNACIONALIZAÇÃO

13.1 Número de Acordos, Protocolos ou Convénios

A ESACB desenvolveu diversos convénios e protocolos da sua responsabilidade executiva directa, com as seguintes entidade nacionais e estrangeiras que passamos a listar:

1. Parque Natural da Serra de S. Mamede do Serviço de Parques, Reservas e Conservação da Natureza;
2. Direcção Geral da Qualidade do Ambiente;
3. Estação Agronómica Nacional;

4. Estação Zootécnica Nacional, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Faculdade de Medicina Veterinária, Instituto Superior de Agronomia, Escolas superiores Agrárias de Santarém, Coimbra, Bragança, Beja e Ponte de Lima, Estação Agronómica Nacional e Estação Nacional de Selecção e Reprodução Animal em representação da Direcção Geral de Pecuária;
5. Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial;
6. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação por intermédio da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior e o Ministério da Educação e Cultura por intermédio do IPCB;
7. Instituto Nacional de Investigação Agrária e Estação Florestal Nacional;
8. Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;
9. Câmara Municipal de Castelo Branco (Serviços Municipalizados);
10. Cooperativa Bandarra;
11. Caixa de Crédito Agrícola dos concelhos do Sabugal e Belmonte;
12. Contrato Profissional com o Centro Nacional de Informação Geográfica;
13. Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais;
14. Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Centro;
15. Instituto Nacional Investigação Agrária, Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior;
16. Universidade de Évora;
17. Associação de Estudantes da ESACB e Associação de Jovens Agricultores de Portugal;
18. Rede Portuguesa de Formação para o Terceiro Sector;
19. Centro de Formação Concelhio do Fundão;
20. Instituto Nacional de Investigação Agrária, Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior;
21. Universidade da Extremadura;
22. Protocolo de constituição do Polo Universitário Transfronteiriço da comunidade de Castilla y León e da Região Centro de Portugal;
23. Comissão de Coordenação da Região Centro, Escola Superior Agrária de Coimbra, Câmaras Municipais de Lousã, Pedrogão Grande e Oleiros;

24. Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial;
25. Beira Serra – Associação Promotora do Desenvolvimento Rural Integrado;
26. QUERCUS – Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco;
27. Adega Cooperativa da Covilhã;
28. Adega Cooperativa do Fundão;
29. ECOCAMPO - Comercialização de Produtos para a Agricultura e Pecuária, Lda.;
30. Associação de Jovens Agricultores da Cova da Beira;
31. Associação de Defesa e Desenvolvimento da Serra da Gardunha;
32. Reserva Natural da Serra da Malcata - Instituto de Conservação da Natureza;
33. Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais;
34. Fakulta Ekonomiky a Manamentu, Slovenská Ponohospodárska Univerzita v Nitre
35. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior;
36. DANONE Portugal SA;
37. PINHAL MAIOR – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul
38. Cooperativa Agrícola dos Olivicultores do Fundão, CRL;
39. Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa.

13.2 Número de alunos envolvidos em modalidades de intercâmbio, com referência a eventuais programas de apoio.

No Quadro 13.1 apresenta-se a mobilidade dos estudantes nos anos lectivos (1999/2000 a 2001/2002), considerando os alunos da Escola que visitaram instituições estrangeiras e também alunos de outros países que frequentaram a ESACB.

Quadro 13.1. Mobilidade de estudantes no triénio de 1999/2002.

	1999/2000	2000/2001	2001/2002
Nº alunos enviados	3 Erasmus	2 Erasmus	5 Erasmus
País(es)	Rep. Checa França	França Espanha	Espanha Rep. Checa
Nº Alunos recebidos	2 Erasmus	2 Erasmus	5 Erasmus
País(es) origem	Itália	Espanha	Espanha Rep. Checa Itália

Do número de alunos constantes no quadro anterior que visitaram outras escolas, há a referir que, no ano lectivo de 1999/2000, um aluno era do curso de Eng. Ciências Agrárias, opção Agrícola.

No ano de 2001/2002, outro dos cinco alunos da Escola que frequentaram escolas estrangeiras ao abrigo de programas de intercâmbio, frequentava o curso de Eng. Ciências Agrárias, opção Animal.

No que toca à mobilidade de docentes o quadro 13.2 refere os movimentos verificados no triénio em apreço.

Quadro 13.2. Mobilidade de docentes com apoios programas.

	1999/2000	2000/2001	2001/2002
Nº docentes enviados	1 Erasmus	2 Erasmus	3 Erasmus 4 Leonardo da Vinci
País(es)	Polónia	Itália Espanha	Espanha Rep. Checa Itália Reino Unido
Nº docentes recebidos	1 Erasmus	-	2 Erasmus
País(es) origem	Itália	-	Rep. Eslovaca

13.3 Intercâmbio científico

O intercâmbio científico de âmbito internacional é apresentado no quadro 13.3 tendo sido dividido em acções de ensino, investigação, conferências e cursos por países da União Europeia, restantes países da Europa e países fora da Europa.

Quadro 13.3. Número de acções de investigação, conferências e cursos de formação/actualização em Portugal e no Estrangeiro em que participaram docentes da ESACB durante o quinquénio de 1999/02.

Ano		Conferências	Investigação	Cursos	Total
1999/00	Portugal	83	-	37	120
	EU	14	6	3	23
	Europa não EU	-	-	-	-
	Outros	3	3	-	6
2000/01	Portugal	60	1	30	91
	EU	11	10	6	27
	Europa não EU	1	1	-	2
	Outros	2	1	1	4
2001/02	Portugal	87	-	41	128
	EU	14	5	2	21
	Europa não EU	2	2	2	6
	Outros	1	3	1	5

14. INDICADORES DE RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

Neste ponto identificam-se alguns dos projectos de investigação em desenvolvimento na ESACB, com indicação de Programa de financiamento e período de execução. Alguns desses projectos desenvolveram-se em parceria com instituições estrangeiras e portanto foram referidos no ponto 11.4.

14.1 Prestação de serviços à comunidade, com identificação de projectos, parceiros ou destinatários envolvidos.

Existe uma forte relação entre a ESACB e a comunidade através dos serviços que a primeira presta. Estes trabalhos resultam da actividade das Unidades Departamentais da Escola e dos sectores a estas afectos.

Em termos genéricos destacam-se:

- Realização de análises (solos, microbiologia, parasitologia, nutrição, etc.);
- Consultoria técnica nas diferentes valências científicas da ESACB;
- Prestação de serviços de contabilidade agrícola;
- Venda de produtos plantas, animais, etc.

- Apoio a visitas de estudo desde alunos de cursos de formação profissional, a alunos dos diferentes níveis do ensino básico, secundário e universitário;
- Cedência de instalações equipamentos desportivos.

Outra vertente da interligação da ESACB com a comunidade envolvente prende-se com a presença de recursos humanos da Escola em organismos públicos e privados colaborando em associações científicas, profissionais e de produtores, organismos de investigação, entre outros, de que resultam benefícios claros para ambas as partes.

14.2 Actividades de formação, em qualquer modalidade, dirigidas à população activa.

Apresentam-se no quadro 14.1 as acções de formação ministradas por docentes e técnicos da ESACB no triénio em questão. Torna-se difícil interligar os cursos em análise com as acções de formação ministradas, porém, existe uma forte relação com a área científica dos mesmos.

Quadro 14.1. Cursos de formação ministrados com colaboração do corpo docente da ESACB

Ação	Local	Ano Lectivo
Produção Integrada de Pomóideas	APPIZÊZERE, Fundão	99/00
Doenças, Pragas e Tratamentos da Vinha	FENADEGAS, Covilhã	99/00
Produção Integrada de Pomóideas	APAS, Sobrena, Cadaval	99/00
Protecção Integrada de Prunóideas	APAS, Sobrena, Cadaval	99/00
Técnicos de Produção Hortícola	ESACB	99/00
Etnobotânica	UTAD - Vila Real, Miranda do Douro	99/00
Aproveitamento de resíduos orgânicos e águas depuradas como factores de produção	MEIMOACOOP e ESACB	99/00
Produção integrada de pomóideas	APPIZÊZERE, Fundão	99/00
Doenças, pragas e tratamentos da vinha	FENADEGAS, Covilhã	99/00
Doenças, pragas e tratamentos da vinha	FENADEGAS, Fundão	99/00
Pastagens e Forragens	Pêro Viseu	99/00
A enxertia em videira	FENADEGAS, Covilhã	99/00
Técnicos de Produção Hortícola	ESACB	99/00
Poda e enxertia de videiras	FENADEGAS, Fundão	99/00
Jardinagem e espaços verdes	IEFP, Castelo Branco	99/00
Agroturismo	Penha Garcia	99/00
Management of Organic Residues	Universidade de Praga	99/00
Mecanização em Viticultura	Fundão/Covilhã	99/00
Curso de Formação Profissional de “ <i>Empresários Agrícolas – Módulo de Bovinicultura</i> ” promovido pela Meimôcoop – Cooperativa Agrícola do Bloco de Regadio da Meiomôa.	Freguesia das Quintãs - Fundão	99/00
Curso de Especialização para Técnicos em “ <i>Reprodução de Pequenos Ruminantes</i> ”, em Castelo Branco, promovido pelo IDARC, integrado no Projecto de Desenvolvimento Agro-Industrial do Sector de Lacticínios.	Castelo Branco	99/00
Monitor de formação com o tema “ <i>Sanidade Animal</i> ” no Círculo de Inovação da Cova da Beira, promovido no âmbito do Projecto POLIFEMO – Desenvolvimento Agro-Industrial do sector de Lacticínios Iniciativa Comunitária ADAPT).	Fundão	99/00
II <i>Curso de Formação em Técnicas Laboratoriais na área das águas de Abastecimento e águas Residuais</i>	ESACB/IPAMB,IEF,APDA	99/00
Módulo: “Didáctica Específica da Zootecnia, Produção Vegetal e Industrias Alimentares”	Universidade de Évora	99/01
Introdução aos Sistemas de Posicionamento Global (GPS)	ESACB	00/01
Pastagens e Forragens	Freguesias Quintãs, Salgueiro – Fundão	00/01
Conservação do Solo e da Água	Associação dos Beneficiários da Cova da Beira	00/01
Estatística Informática - Uso de Ferramentas Informáticas no Ensino da Estatística	XVII Encontro Nacional de Professores de Informática, Vila Real	00/01
Agro-turismo	Castelo Novo	00/01
Sistemas de Informação Mestrado de Saúde Pública Veterinária	Fac. Med. Veterinária, Lisboa	00/01
Mesa Redonda: Brucelose em Pequenos Ruminantes Mestrado de Saúde Pública Veterinária	Fac. Med. Veterinária, Lisboa	00/01

Curso de Empresários Agrícolas – Acção de Formação de Caprinicultura	Pinhal Maior, Proença-a-Nova	00/01
Métodos moleculares e estatísticos em inferência filogenética e biogeografia Mestrado em Conservação e Gestão dos Recursos Naturais)	ESACB	01/02
Efeitos ambientais dos sistemas agro-silvo-pastoris Mestrado em Conservação e Gestão dos Recursos Naturais)	ESACB	01/02
Definição de aptidões com recurso à utilização de um Sistema de Informação Geográfica do Módulo: Análise e Ordenamento do Espaço Mestrado em Conservação e Gestão dos Recursos Naturais)	ESACB	01/02
Módulo de Metodologias do Planeamento Biofísico Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza)	ESACB	01/02
Módulo de Análise e Ordenamento do Espaço Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza)	ESACB	01/02
Produção Integrada do Olival	Castelo Branco	01/02
Dia da Poda da Oliveira AGRO-DED-91	Idanha-a-Nova	01/02
Plantas Aromáticas- Produção	BIOAROMA-Nisa	01/02
Agricultura e Ambiente	APPIZÉZERE – Fundão	01/02
Protecção Integrada de Prunóideas	APPIZÉZERE, Fundão	01/02
Protecção Integrada do Olival	AJAP, Alcaria	01/02
Fitossanidade	AARTVC, Meda	01/02
Protecção Integrada do Olival	AJAP, Beja	01/02
Protecção Integrada do Olival	APPIZÉZERE, Fundão	01/02
Produção Integrada do Olival	APPIZÉZERE, Castelo Branco	01/02
Protecção Integrada de Pomóideas	APPIZÉZERE, Fundão	01/02
Produção Integrada em Viticultura	APUVE, Penafiel	01/02
Protecção integrada do olival	APPIZÉZERE, Fundão	01/02
Protecção integrada do olival	AJAP – Caria	01/02
Protecção integrada de pomóideas	APPIZÉZERE, Fundão	01/02
Produção integrada do olival	APPIZÉZERE, Castelo Branco	01/02
Agricultura biológica	AGROBIO, Castelo Branco	01/02
Produção Integrada do Olival	ESACB	01/02
Produção Integrada da Vinha – Fertilização da vinha e manutenção do solo	Fundão	01/02
Simulação numérica da drenagem	Universidade de Évora – Mestrado em Engenharia do solo e da água.	01/02
Agro-Turismo	Meimoa Coop.	01/02
Erosão do solo – Curso de Mestrado em conservação da Natureza.	ESA, Castelo Branco	01/02
“Caprinicultura”: temas “Sanidade animal” e “Bem estar Animal”	Freguesia de Vale d’Água, Proença-a-Nova	01/02

15. INDICADORES RELATIVOS A ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR.

15.1 Evolução do número de bolseiros nos últimos três anos.

A evolução do número de Bolseiros é a que se apresenta no Quadro 15.1, destacando-se os alunos do cursos em análise.

Quadro 15.1. Total de bolseiros da Escola e do Curso Engenharia das Ciências Agrárias - Ramo Agrícola e Ramo Animal

Ano	Total	Opção Agrícola	Opção Animal
1999/2000	316	73	64
2000/2001	345	72	83
2001/2002	284	53	69

15.2 Disponibilidade de residências, com referência ao número de lugares disponíveis.

Existe uma residência de estudantes para todos os estudantes do IPCB, dispondo esta de 414 lugares. A utilização deste serviço por alunos da ESACB é a que se discrimina no Quadro 15.2, distribuído pelo triénio em análise. A desagregação por curso não foi possível por esses dados não estarem disponíveis.

Quadro 15.2. Número de alunos da ESACB em Residências de Estudantes

Ano	1999/2000	2000/2001	2001/2002
Alunos alojados	61	65	66

15.3 Identificação de outros apoios disponíveis aos estudantes.

Os estudantes têm ainda ao seu dispor dois bares, funcionando um no edifício principal e outro no edifício antigo da Escola, durante o horário lectivo. No serviço de bar os alunos podem usufruir de refeições rápidas. Existem ainda no parque de máquinas equipamentos de venda automática de bebidas e café.

A cantina funciona no edifício principal e serve refeições apenas ao almoço. Os alunos podem escolher entre três pratos – carne, peixe e dieta – podendo adquirir uma senha a preço social, na véspera, em locais designados para o efeito. Para o jantar os alunos

podem recorrer à cantina da Escola Superior de Educação, podendo adquirir a senha para o mesmo, na ESACB.

Existe ainda um serviço de cópias disponibilizado pela Associação de Estudantes, ao qual recorrem para fotocopiar material de apoio às aulas, distribuído pelos docentes.

Os alunos têm ainda ao dispor de 2 salas de informática com computadores actuais e diverso software técnico, ligados em rede e com acesso à Internet, que podem utilizar para a realização de trabalhos e investigação.

Destacam-se ainda as excelentes instalações disponíveis para a prática de actividades desportivas, nomeadamente campos de jogos e circuito de manutenção.

III ANÁLISE DESCRITIVA DO CURSO E RESPECTIVO FUNCIONAMENTO

16. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Como já foi referido, o Decreto-lei n.º 513-T/79 estabelece a criação do IPCB e ao mesmo tempo da Escola Superior Agrária (ESACB). A partir daquele momento iniciaram-se os estudos conducentes à determinação dos cursos, à aquisição de propriedades agrícolas, à realização de várias construções, aquisição de equipamento, bem como à contratação de docentes para a ESACB.

A existência de um bacharelato em Produção Agrícola justificou-se pela importância que aquele sector de actividade tem na zona de influência da ESACB, onde a produção de arvenses, pastagens, fruteiras (com especial destaque para a oliveira) e hortícolas de ar livre e a comercialização dos seus produtos tinha um considerável peso económico elevado. Assim, a criação do Curso de Engenharia em *produção agrícola* teve como principal objectivo a formação de técnicos qualificados no domínio da produção pecuária, que pudessem, quer como empresários individuais, quer como técnicos integrados em empresas ou organismos e entidades públicas e privadas, contribuir para o desenvolvimento da região, para a melhoria das condições sócio-económicas das explorações agrícolas e para a fixação de um número crescente de indivíduos, procurando-se, assim, atenuar a tendência que, desde há anos, tem levado ao decréscimo da população activa nesta região do país.

A criação deste curso, regulamentado pela portaria N.º 855/83 de 26 de Agosto, teve como objectivo abranger alunos provenientes dos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, onde a maior percentagem da população activa se encontra envolvida na agricultura.

O objectivo principal deste curso foi conferir formação superior no domínio agro-pecuário, preparando os diplomados para que se estabeleçam por conta própria ou por conta de outrem, e para responderem aos desafios económicos e ambientais que hoje permanentemente se colocam.

Especial ênfase foi dada a disciplinas do conhecimento de base, necessárias para a compreensão dos aspectos produtivos. O curso possuía uma componente prática bastante acentuada, podendo as actividades práticas das disciplinas específicas de produção, decorrer nos diferentes sectores da ESACB, principalmente nos terrenos agrícolas.

A formação ministrada utilizando modernas técnicas de produção, como por exemplo a rega e o condicionamento ambiental, enquadrou o bacharelato em Produção Agrícola num contexto da agricultura que se queria modernizar.

- **Organização curricular**

1.º Ano

Disciplina	Tipo	Escolaridade (horas semanais)	
		Teórica	Práticas
Actividades Agrícolas	Anual		4
Matemática e Elem. Estatística	Sem 1	2	3
Química Orgânica I	Sem 1	2	3
Química Física	Sem 1	2	3
Mesologia	Sem 1	3	2
Biologia	Sem 1	2	3
Motores e Tractores	Sem 2	3	2
Botânica Agrícola	Sem 2	2	3
Microbiologia	Sem 2	2	3
Solos e Fertilidade	Sem 2	3	3
Topografia	Sem 2	1	3
Inglês I	Anual		2

2º Ano

Disciplina	Tipo	Escolaridade (horas semanais)	
		Teórica	Prática
Agricultura Geral e Máq. Agric e Cult. arvenses	Anual	3	4
Protecção Vegetal I	Anual	2	2
Arboricultura	Anual	2	3
Horticultura I	Anual	2	22
Produção Animal I	Sem 1	2	3
Economia Agrícola	Sem 21	2	2
Inglês II	Anual	-	2

3º Ano

Disciplina	Tipo	Escolaridade (horas semanais)	
		Teórica	Prática
Instalações e Equipamentos Agrícolas	Sem 1	2	3
Economia Agrícola II	Sem 1	2	2
Organização e Gestão de Empresa Agrícola	Sem 2	2	2
Técnicas de Regadio	Sem 2	2	3
Um grupo de Disciplinas Optativas (quatro disciplinas)			
1. Protecção Vegetal II	Anual	1	3
2. Produção Animal II	Anual	1	3
3. Prados e Pastagens	Sem.1	1	3
4. Tecn. Conserv. de Forragem	Sem.2	1	2
Ou:			
Protecção Vegetal III	Anual	1	3
Fruticultura Especial e Viticultura	Anual	1	3
Culturas Protegidas	Sem.1	1	3
Floricultura e Jardinagem	Sem.2	1	2
Estágio (Trabalho de Fim de Curso)			

No ano lectivo de 1994/95 o curso foi sujeito a uma reestruturação do plano de estudos, através da Portaria n.º 969/94 de 28 de Outubro, tendo a designação do *Curso de Bacharelato em Produção Agrícola* sido alterada para *Curso de Bacharelato em Engenharia de Produção Agrícola*. Esta reestruturação visou garantir o reconhecimento dos bacharéis pela Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos (APET), uniformizar o regime de funcionamento das várias disciplinas que integram o plano de estudos, que passou a ser então exclusivamente semestral, reduzir o número de horas lectivas semanais, eliminar a existência de disciplinas precedentes e eliminar os coeficientes de ponderação. Em substituição do regime de precedências, foram estabelecidas algumas normas, que constam do Regulamento Interno da ESACB. O plano de estudos passou a ser o seguinte:

1.º Ano

Disciplina	Tipo	Escolaridade (horas semanais)		
		Teórica	Teórico-prática	Prática
Actividades Agrícolas I	Sem 1			3
Matemática	Sem 1	2		2
Química I	Sem 1	2		2
Motores e Tractores	Sem 1	2		2
Mesologia	Sem 1	2		2
Biologia	Sem 1	2		2
Inglês I	Sem 1		2	
Actividades Agrícolas II	Sem 2			3
Química II	Sem 2	2		2
Botânica Agrícola	Sem 2	2		2
Microbiologia	Sem 2	2		2
Solos e Fertilidade	Sem 2	2		3
Topografia	Sem 2	1		2
Inglês II	Sem 2		2	

2º Ano

Disciplina	Tipo	Escolaridade (horas semanais)		
		Teórica	Teórico-prática	Prática
Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	Sem 1	1	3	
Estatística	Sem 1	1		2
Protecção Vegetal I	Sem 1	2	2	
Arboricultura I	Sem 1	2		2
Horticultura I	Sem 1	1	2	
Culturas Arvenses I	Sem 1	1	2	
Produção Animal I	Sem 1	2		2
Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	Sem 2	1	3	
Protecção Vegetal II	Sem 2	2	2	
Arboricultura II	Sem 2	1	2	
Horticultura II	Sem 2	2		2
Int. aos Computadores e Programação	Sem 2		3	
Economia Agrícola I	Sem 2	1	2	
Culturas Arvenses II	Sem 2	1	2	

3º Ano					
Disciplina	Tipo	Escolaridade (horas semanais)			
		Teórica	Teórico-prática	Prática	Estágio
Instalações e Equipamentos Agrícolas	Sem 1	1		2	
Economia Agrícola II	Sem 1	1	2		
Fruticultura Especial e Viticultura I	Sem 1		3		
Protecção Vegetal III	Sem 1		3		
Pastagens	Sem 1	1		2	
Estágio (Trabalho de Fim de Curso)					7
Protecção Vegetal IV	Sem 2		3		
Fruticultura Especial e Viticultura II	Sem 2		2	2	
Organização e Gestão de Empresa Agrícola	Sem 2	2		2	
Técnicas de Regadio	Sem 2	2		2	
Estágio (Trabalho de Fim de Curso)					7
Disciplinas Optativas (duas disciplinas)					
Produção Animal II	Sem 1	1		2	
Culturas Protegidas	Sem 1	1		2	
Integração Europeia	Sem 1	1		2	
Tec. Produtos Agrícolas I (Óleos Alimentares e Vinhos)	Sem 1	1		2	
Floricultura e Jardinagem	Sem 2	1		2	
Tec. Conservação de Forragens	Sem 2	1		2	
Apicultura	Sem 2	1		2	
Tec. Produtos Agrícolas II (Prod. Horto-Frutícolas e Moagem)	Sem 2	1		2	
Tópicos de Melhoramento de Plantas	Sem 2	1		2	
Extensão Rural	Sem 2	1		2	

O plano de estudos referente a este curso de bacharelato enquadrou-se na estrutura curricular definida para o conjunto dos cursos de *produção* leccionados na ESACB (Produções Animal, Agrícola e Florestal). Esta estrutura baseou-se num primeiro ano comum para a quase totalidade das disciplinas leccionadas em cada Curso, destinando-se os 2º e 3º anos ao estudo das matérias específicas relacionadas com a temática dos diferentes cursos.

Durante o ano lectivo de 97/98 foi elaborada uma proposta de criação de um Curso bietápico de licenciatura em Ciências Agrárias, com os Ramos Agrícola e Animal. Este Curso foi aprovado pela Portaria 413-E/98 de 17 de Julho (que extingue o Curso de Engenharia de Produção Agrícola).

O curso de licenciatura em Ciências Agrárias - Ramo Agrícola tem a duração de 5 anos, dividido em 10 semestres lectivos, sendo um curso de tipo bi-etápico e, portanto, organizado em dois ciclos. Aos alunos que obtenham aprovação na totalidade das unidades curriculares que integram o plano de estudos do primeiro ou do segundo ciclo é conferido o grau de Bacharel ou de Licenciado, respectivamente.

17. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ACTUAL

A licenciatura em Ciências Agrárias - ramo Agrícola teve início no ano lectivo de 1998/99, segundo a estrutura curricular que se segue e que se mantém, actualmente:

Engenharia das Ciências Agrárias – Opção Agrícola 1º Ciclo

1.º Ano

Disciplina	Semestre	Carga horária semanal			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminário Estágio
Biologia Celular	1	2		2	
Estatística	1	2		2	
Física Ambiental	1	2		2	
Química Orgânica	1	2		2	
Matemática	1	2		2	
Motores e Tractores	1	2		2	
Actividades Agrícolas	2			3	
Botânica	2	2		2	
Inglês	2		3		
Microbiologia	2	2		2	
Química Analítica	2	2		2	
Solos	2	2		2	
Topografia Geral	2	1		2	

2.º Ano

Disciplina	Semestre	Carga horária semanal			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminário Estágio
Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	3	1	3		
Arboricultura I	3	2		2	
Culturas Arvenses I	3	2		2	
Fertilidade do Solo e Fertilização	3	2		2	
Fisiologia e Nutrição Vegetal	3	2		2	
Protecção Vegetal	3	2		2	
Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	4	1	3		
Arboricultura II	4	2		2	
Culturas Arvenses II	4	2		2	
Economia Agrícola I	4	1	2		
Informática	4	1		3	
Genética	4	1	2		
Protecção Integrada	4	2		2	

3.º Ano

Disciplina	Semestre	Carga horária semanal			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminário Estágio
Economia Agrícola II	5	1	2		
Extensão e Desenvolvimento Rural	5		3		
Fruticultura e Olivicultura	5	1	2		
Horticultura Geral	5	1		2	
Instalações e Equipamentos	5	1		2	
Pastagens	5	2		2	
Produção Animal	5	2		2	
Protecção Integrada das Culturas I	5		3		
Culturas Protegidas	6	1		2	
Olericultura	6	2		2	
Organização e Gestão da Empresa Agrícola	6	2		2	
Protecção Integrada das Culturas II	6		4		
Técnicas de Regadio	6	2		2	
Viticultura	6	1	2		
Seminário	6				3

Nota: o plano curricular que se completa com o 3.º ano confere o grau de Bacharel em Engenharia das Ciências Agrárias - Opção Agrícola.

2º Ciclo**4.º Ano**

Disciplina	Semestre	Carga horária semanal			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminário Estágio
Agricultura Biológica	7	2		2	
Modelação Matemática e Programação	7	2		2	
Paisagismo	7	2		2	
Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas					
Termodinâmica	7	2		2	
Opção	7	2		2	
Opção	7	1		2	
Opção	7	1		2	
Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	8	2		2	
Hidráulica	8	2		2	
Melhoramento Vegetal	8	2		2	
Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	8	2		2	
Tecnologia dos Produtos Vegetais	8	2		2	
Opção	8	1		2	
Opção	8	1		2	

5.º Ano

Disciplina	Semestre	Carga horária semanal			
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminário Estágio
Agricultura Sustentável	9	2		2	
Gestão e Controlo da Qualidade	9	2		2	
Mercados, Comercialização e Marketing	9	2		2	
Ordenamento do Espaço Rural	9	2		2	
Projectos de Investimento e Modernização	9	2		2	
Opção	9	1		2	
Estágio	10				20

Disciplinas optativas para os 4º e 5º anos:

Disciplina	Semestre	Tipo	Carga horária semanal		
			Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas
Integração Europeia	7	Geral	1		2
Sistemas de Informação Geográfica	7	Geral	1		2
Higiene e Segurança no Trabalho	8	Geral	1		2
Apicultura	8	Geral			2
Agricultura Tropical	8	Geral	1		2
Instalações e Equipamentos Agro-Industriais	8	Geral	1		2
Investigação Operacional	8	Geral	1		2
Turismo em Espaço Rural	8	Geral	1		2
Tecnologia do Frio Industrial	9	Geral	1		2
Tecnologia do Azeite	7	R. Agrícola	1		2
Tecnologias de Multiplicação de Plantas	7	R. Agrícola	1		2
Patologia Vegetal	7	R. Agrícola	1		2
Plantas Aromáticas e Medicinais	7	R. Agrícola	1		2
Conservação do Solo e da Água	8	R. Agrícola	1		2
Entomologia Agrícola	8	R. Agrícola	1		2
Pequenos Frutos	8	R. Agrícola	1		2
Tecnologia da Conservação de Forragens	8	R. Agrícola	1		2
Enologia	9	R. Agrícola	1		2
Herbologia	9	R. Agrícola	1		2
Plantas Ornamentais	9	R. Agrícola	1		2

Nota: o plano curricular que se completa com o 5.º ano confere o grau de Licenciado em Engenharia das Ciências Agrárias - Ramo Agrícola.

Os estudos professados neste curso têm por objectivo proporcionar uma sólida preparação geral que permita a racional percepção dos processos produtivos e tecnológicos, nomeadamente no sector da Agricultura, bem como a gestão sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente em geral.

A formação conferida pelo curso de Licenciatura em Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola, é de índole vincadamente profissionalizante. Desta forma, o ensino tem uma componente prática muito acentuada, de modo a que os alunos que completem o curso

disponham de conhecimentos indispensáveis para a resolução de problemas concretos com que se defrontam as explorações e empresas agrícolas, e as entidades ligadas ao ordenamento de recursos naturais do país.

O primeiro ciclo dos cursos de Licenciatura, compreende um conjunto de disciplinas de formação geral ou propedêutica, leccionadas nos 1.º e 2.º semestres. Nos 3.º e 4.º semestres lecciona-se um grupo de disciplinas de formação complementar e de aplicação, que visa transmitir aos alunos conhecimentos em matérias de especialização.

No segundo ciclo o aluno tem oportunidade de complementar e aprofundar conhecimentos adquiridos durante o primeiro ciclo, sendo leccionadas novas matérias de índole científica e de especialização técnica, ao mesmo tempo que se desenvolvem matérias de carácter socio-económico e de protecção ao ambiente. O 10.º semestre está destinado à realização de um estágio curricular/Trabalho de Fim de Curso, cuja frequência e avaliação se regem por regulamento próprio.

As disciplinas semestrais introduzidas ou modificadas relativamente ao *curriculum* anterior visam permitir uma melhor adaptação das matérias a leccionar à conjuntura actual da agricultura, nomeadamente no que respeita às questões ambientais. Assim, as disciplinas de Protecção Vegetal I, II, III e IV, evoluíram para disciplinas de Protecção Integrada, bem como disciplinas na área de Produção Agrícola evoluíram para Produção Integrada de Culturas, Agricultura Sustentável e Agricultura Biológica. Neste contexto foram ainda introduzidas disciplinas de análise e protecção ambiental como sejam Paisagismo, Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente, Ordenamento do Espaço Rural e Conservação do Solo e da Água.

As disciplinas de opção são oferecidas, na globalidade, aos alunos nos semestres respectivos, regendo-se por um regime de inscrições efectuado pelo alunos directamente no Conselho Pedagógico. A leccionação de determinada disciplina só ocorrerá se houver um número mínimo de 15 alunos inscritos.

18. UNIDADES CURRICULARES

Dos objectivos definidos para o Curso, resultou um plano de estudos composto por 56 disciplinas obrigatórias, um seminário e 20 disciplinas optativas, distribuídas por 9 semestres. No último semestre é realizado o estágio curricular, ao qual corresponde o trabalho de Fim de Curso, caracterizado mais detalhadamente no quadro 18.6.

18.1 Caracterização das disciplinas

No Quadro 18.1 apresentam-se as disciplinas constantes no plano curricular do Curso de Licenciatura Bi-etápica em Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola, caracterizadas segundo a sua modalidade, classificação, regime de frequência e natureza curricular.

As disciplinas que integram o plano curricular são todas semestrais. No 1.º Ciclo do Curso as disciplinas são obrigatórias. As disciplinas optativas estão integradas no 4.º e no 5.º anos do Curso sendo, maioritariamente, de natureza Aplicada.

As disciplinas de natureza curricular Básica concentram-se no primeiro ano do Curso, as de natureza Estruturante distribuem-se pelos restantes anos curriculares e as disciplinas de natureza Aplicada apresentam-se distribuídas pelos diferentes anos, predominando no último ano do Curso. As disciplinas de natureza Instrumental têm uma expressão muito reduzida (5 disciplinas).

Quadro 18.1. Caracterização das disciplinas do Curso de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola.

Ano	Disciplina	Modalidade		Classificação		Regime de Frequência			Natureza curricular				
		Disciplina	Seminário	Obrigatória	Opcional	Presença obrigatória	Presença parcialmente obrigatória	Presença facultativa	Básica	Estruturante	Instrumental	Aplicada	Outra
1	Actividades Agrícolas	√		√		√			√				
	Biologia Celular	√		√		√			√				
	Botânica	√		√		√			√				
	Estatística	√		√			√		√				
	Física Ambiental	√		√		√			√				
	Inglês	√		√		√					√		
	Matemática	√		√		√			√				
	Microbiologia	√		√		√			√				
	Motores e Tractores	√		√		√				√			
	Química Analítica	√		√		√			√				
	Química Orgânica	√		√		√			√				
	Solos	√		√		√			√				
2	Topografia Geral	√		√		√				√			
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	√		√			√			√			
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	√		√			√			√			
	Arboricultura I	√		√		√						√	
	Arboricultura II	√		√		√						√	
	Culturas Arvenses I	√		√		√						√	
	Culturas Arvenses II	√		√		√						√	
	Economia Agrícola I	√		√			√			√			
	Fertilidade do Solo e Fertilização	√		√		√				√			
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	√		√		√				√			
	Genética	√		√		√				√			
	Informática	√		√		√				√			
	Protecção Integrada	√		√		√				√			
	Protecção Vegetal	√		√		√				√			

III Análise descritiva do Curso e respectivo funcionamento

3	Culturas Protegidas	✓		✓		✓				✓			
	Economia Agrícola II	✓		✓		✓				✓			
	Extensão e Desenvolvimento Rural	✓		✓		✓					✓		
	Fruticultura e Olivicultura	✓		✓		✓					✓		
	Horticultura Geral	✓		✓			✓			✓			
	Instalações e Equipamentos	✓		✓		✓						✓	
	Olericultura	✓		✓			✓			✓			
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	✓		✓		✓				✓			
	Pastagens	✓		✓			✓			✓			
	Produção Animal	✓		✓		✓				✓			
	Protecção integrada das Culturas I	✓		✓		✓						✓	
	Protecção integrada das Culturas II	✓		✓		✓						✓	
	Seminário		✓	✓			✓			✓			
	Técnicas de Regadio	✓		✓		✓				✓			
4	Viticultura	✓		✓		✓						✓	
	Agricultura Biológica	✓		✓		✓						✓	
	Agricultura Tropical	✓			✓		✓			✓			
	Apicultura	✓			✓	✓						✓	
	Conservação do Solo e da Água	✓			✓	✓					✓		
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	✓		✓		✓				✓			
	Entomologia Agrícola	✓			✓	✓				✓			
	Hidráulica	✓		✓		✓				✓			
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola	✓			✓	✓							✓
	Instalações e Equipamentos Agro-Industriais	✓		✓	✓						✓		
	Integração Europeia	✓			✓	✓							✓
	Investigação Operacional	✓			✓	✓				✓			
	Melhoramento Vegetal	✓		✓		✓				✓			
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	✓			✓		✓			✓			
	Modelação Matemática e Programação	✓		✓		✓				✓			
	Paisagismo	✓		✓		✓				✓			
	Patologia Vegetal	✓			✓		✓					✓	
	Pequenos Frutos	✓			✓	✓						✓	
	Plantas Aromáticas e Medicinais	✓			✓	✓						✓	
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	✓		✓		✓				✓			
	Sistemas de Informação Geográfica	✓			✓		✓			✓			
	Tecnologia da Conservação de Forragens	✓			✓	✓						✓	
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	✓			✓	✓						✓	
	Tecnologia do Azeite	✓			✓	✓				✓			
	Tecnologia do Frio Industrial	✓			✓	✓						✓	
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	✓		✓		✓				✓			
	Termodinâmica	✓		✓			✓		✓				
	Turismo em Espaço Rural	✓			✓		✓					✓	

5	Agricultura Sustentável	√			√		√					√	
	Enologia	√			√	√						√	
	Gestão e Controlo de Qualidade	√		√		√				√			
	Herbologia	√			√	√						√	
	Mercados, Comercialização e Marketing	√		√		√				√			
	Ordenamento do Espaço Rural	√		√			√					√	
	Plantas Ornamentais	√			√	√						√	
	Projectos de Investimento e Modernização	√		√		√						√	

18.2 Conteúdos programáticos das disciplinas

Os conteúdos programáticos de cada disciplina apresentam-se no Anexo IX. Para cada disciplina, o programa, bem como os textos de apoio elaborados, as referências bibliográficas aconselhadas e/ou fornecidas e as provas elaboradas, encontram-se compilados nos respectivos dossiês pedagógicos. Relativamente às disciplinas específicas do curso em análise todos os docentes fornecem aos alunos elementos de estudo baseados em apontamentos coligidos directamente para cada tema do programa. De seguida apresentamos as sebatas e/ou textos de apoio a módulos específicos, elaborados pelos docentes da Unidade Departamental de Fitotecnia produzidas durante este triénio:

Simões, M.P.(1999) - Textos de apoio à disciplina de Melhoramento Vegetal. ESACB.

Castelo Branco.

Delgado-Sousa, F.(2000) – Texto de apoio do módulo “*Cultura do Morangueiro*” da Disciplina de Pequenos Frutos. ESACB.Castelo Branco

Delgado-Sousa, F.(2000) – Textos de apoio do módulo “*Viveiros , estufas e propagação vegetativa de espécies herbáceas*” para a disciplina de Tecnologia de Multiplicação de Plantas ESACB. Castelo Branco.

Caldeira, M.R.(2001) - Criação de uma base de dados de imagens das espécies leccionadas na disciplina de Flora e Vegetação.ESACB.Castelo Branco

Carneiro, J. P. B. (2001) - *Equipamentos de mobilização*. Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Castelo Branco.

Carneiro, J. P. B. (2001) – *Efeitos Ambientais dos Sistemas Agro-Silvo-Pastoris – O efeito de práticas agrícolas sobre propriedades do solo*. Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Castelo Branco.

Carneiro, J. P.B. (2002) – *Equipamentos para fenação –gadanbeiras, condicionadores, volta-fenos e viradores-juntadores de feno*. Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Castelo Branco.

Carneiro, J. P.B. (2002) – *Equipamentos para distribuição de fertilizantes*. Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Castelo Branco.

A avaliação de cada unidade curricular segue o regime explicitado no Regulamento Interno da ESACB, sendo as provas de avaliação periódicas marcadas pelo Conselho Pedagógico que, para o efeito, elabora o calendário de provas de avaliação (Anexo X).

18.3 Funcionamento das disciplinas e frequência das aulas

Nos quadros 18.2 , 18.3 e 18.4 apresenta-se o número de aulas previstas e realizadas para, respectivamente os anos lectivos de 1999/2000, 2000/2001 e 2001/2002. Em todos os quadros é realizada uma discriminação por tipo de aula (Aulas teóricas, Aulas práticas, Aulas teórico-práticas, Aulas práticas-laboratoriais e Aulas práticas-aplicadas).

No Capítulo IV é realizada uma análise crítica dos dados apresentados.

Quadro 18.2. Aulas previstas e efectivamente realizadas por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).

Ano	Disciplina	Aulas Previstas					Aulas Realizadas									
							N.º de Aulas					%				
		T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl
1	Actividades Agrícolas		15					14					93			
	Biologia Celular	12	12		12		11	12		12		92	100		100	
	Botânica	15	15		15		14	14		14		93	93		93	
	Estatística	14	14				11	14				79	100			
	Física Ambiental	14	13				14	13				100	100			
	Inglês			15					15					100		
	Matemática	14	14				12	11				86	79			
	Microbiologia	15			14		15			14		100			100	
	Motores e Tractores	13	13				13	13				100	100			
	Química Analítica	14		2	12		14		2	12		100		100	100	
	Química Orgânica	14		9	4		14		8	4		100		89	100	
2	Solos	14	13		13		14	13		13		100	100		100	
	Topografia Geral	15	15				14	15				93	100			
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	12		13			11		13			92		100		
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	13		13			13		13			100		100		
	Arboricultura I	15	15				15	15				100	100			
	Arboricultura II	15	15				15	15				100	100			
	Culturas Arvenses I	15	15				14	10				93	67			
	Culturas Arvenses II	15	15				14	10				93	67			
	Economia Agrícola I	14	14				14	14				100	100			
	Fertilidade do Solo e Fertilização	15	13				15	13				100	100			
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	14	13				14	13				100	100			
	Genética	13		14			12		12			92		86		
	Informática	14	14				11	14				79	100			
	Protecção Integrada	15	15				14	14				93	93			
	Protecção Vegetal	14	14		9		14	13		8		100	93		89	
3	Culturas Protegidas	15		15			14		14			93		93		
	Economia Agrícola II	14	14				14	14				100	100			
	Extensão e Desenvolvimento Rural			13					13							
	Fruticultura e Olivicultura			14					14							
	Instalações e Equipamentos	14	14				13	13				93	93			
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	15	14				15	14				100	100			
	Pastagens	15	14				15	14				100	100			
	Protecção integrada das Culturas I			14					14							
	Protecção integrada das Culturas II			12					12							
	Seminário	3					3					100				
	Técnicas de Regadio	14	14				14	14				100	100			
	Viticultura			14					14							

4	Agricultura Biológica	13	12				13	12				100	100			
	Agricultura Tropical	15		15			14		14			93		93		
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	17	16				16	15				94	94			
	Entomologia Agrícola	14	15				14	15				100	100			
	Hidráulica	14	15				14	15				100	100			
	Integração Europeia	15	14				15	14				100	100			
	Investigação Operacional	14	15				14	15				100	100			
	Melhoramento Vegetal	12	13				12	12				100	92			
	Métodos Estatísticos e Delinamento Experimental	15	15				14	15				93	100			
	Modelação Matemática e Programação	11	12				11	12				100	100			
	Paisagismo	10	10				10	10				100	100			
	Patologia Vegetal	14	14				11	11				79	79			
	Pequenos Frutos	15	15				15	15				100	100			
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	13	13				13	13				100	100			
	Sistemas de Informação Geográfica	15	13				15	13				100	100			
	Tecnologia da Conservação de Forragens	14	14				14	14				100	100			
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	14	3		10		13	3		10		93	100		100	
	Tecnologia do Azeite	14	14				14	14				100	100			
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	14	14				14	14				100	100			
	Termodinâmica	13	13				13	13				100	100			
	Turismo em Espaço Rural	15	15				15	14				100	93			
5	Agricultura Sustentável	15	15				15	15				100	100			
	Gestão e Controlo de Qualidade	14	13				14	13				100	100			
	Herbologia	13	13				12	12				92	92			
	Mercados, Comercialização e Marketing	14	14				14	14				100	100			
	Ordenamento do Espaço Rural	15	14				15	14				100	100			
	Plantas Ornamentais	10	10				10	10				100	100			
	Projectos de Investimento e Modernização	15	15				15	15				100	100			

Quadro 18.3. Aulas previstas e efectivamente realizadas por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).

Ano	Disciplina	Aulas Previstas					Aulas Realizadas									
							N.º de Aulas					%				
		T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl
1	Actividades Agrícolas		15					14					93			
	Biologia Celular	15	15		15		12	13		13		80	87		87	
	Botânica	15	15		15		13	14		14		87	93		93	
	Estatística	15	15				14	13				93	87			
	Física Ambiental	14	13				14	13				100	100			
	Inglês			15					15					100		
	Matemática	14	14				14	13				100	93			
	Microbiologia	15	14				15	14				100	100			
	Motores e Tractores	14	13				13	13				93	100			
	Química Analítica	14		2	12		14		2	12		100		100	100	
	Química Orgânica	14		9	4		14		9	4		100		100	100	
	Solos	15	14		13		15	14		13		100	100		100	
	Topografia Geral	15	15				14	15				93	100			
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	14		14			14		14			100		100		
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	15		14			14		14			93		100		
	Arboricultura I	13	14				13	14				100	100			
	Arboricultura II	15	14				14	13				93	93			
	Culturas Arvenses I	15	15				14	10				93	67			
	Culturas Arvenses II	15	15				14	10				93	67			
	Economia Agrícola I	14	14				14	13				100	93			
	Fertilidade do Solo e Fertilização	16	15				16	15				100	100			
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	13	13				13	13				100	100			
	Genética	13	14				12	12				92	86			
	Informática	14	14				14	14				100	100			
	Protecção Integrada	13	12				12	15				92	125			
	Protecção Vegetal	13	13				13	13				100	100			
3	Culturas Protegidas	12	14				12	14				100	100			
	Economia Agrícola II	14	12				12	12				86	100			
	Extensão e Desenvolvimento Rural			14					14					100		
	Fruticultura e Olivicultura			14					14					100		
	Horticultura Geral	15	4	11			14	4	10			93	100	91		
	Instalações e Equipamentos	14	14				14	14				100	100			
	Olericultura	15	4	8		3	14	4	7		3	93	100	88		100
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	15	15				15	14				100	93			
	Pastagens	15	14				14	13				93	93			
	Produção Animal	14	13				14	13				100	100			
	Protecção integrada das Culturas I			13					11					85		
	Protecção integrada das Culturas II			13					11					85		
	Seminário	3					3					100				
	Técnicas de Regadio	14	13				14	13				100	100			
	Viticultura			13					13					100		

4	Agricultura Biológica	11	11				11	11				100	100			
	Agricultura Tropical	15		15			13		13			87		87		
	Conservação do Solo e da Água	14	13				13	13				93	100			
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	16	16				14	14				88	88			
	Hidráulica	14	15				14	15				100	100			
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola			14					14					100		
	Integração Europeia	14	14				14	14				100	100			
	Melhoramento Vegetal	13	14				12	14				92	100			
	Métodos Estatísticos e Delimitação Experimental	15	15				14	14				93	93			
	Modelação Matemática e Programação	12	12				12	12				100	100			
	Paisagismo	10	14				10	12				100	86			
	Patologia Vegetal	13	13			13	10	10			10	77	77			77
	Pequenos Frutos	15	14				15	14				100	100			
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	13	10		3		13	10		3		100	100		100	
	Sistemas de Informação Geográfica	15	15				15	15				100	100			
	Tecnologia da Conservação de Forragens	14	14				14	14				100	100			
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	14	3		10		14	3		10		100	100		100	
	Tecnologia do Azeite	14	14				14	14				100	100			
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	14	14				14	14				100	100			
	Termodinâmica	14	13				14	13				100	100			
	Turismo em Espaço Rural	15	15				15	15				100	100			
5	Agricultura Sustentável	16	16				15	15				94	94			
	Enologia	15	14				15	14				100	100			
	Gestão e Controlo de Qualidade	14	13				14	13				100	100			
	Herbologia	11	11			11	8	8			8	73	73			73
	Mercados, Comercialização e Marketing	13	14				13	14				100	100			
	Ordenamento do Espaço Rural	15	14				15	14				100	100			
	Plantas Ornamentais	10	10				10	10				100	100			
	Projectos de Investimento e Modernização	15	15				15	15				100	100			

Quadro 18.4. Aulas previstas e efectivamente realizadas por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).

Ano	Disciplina	Aulas Previstas					Aulas Realizadas									
							N.º de Aulas					%				
		T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl
1	Actividades Agrícolas		15					15					100			
	Biologia Celular	13	13		13		11	13		13		85	100		100	
	Botânica	15	15		15		13	13		13		87	87		87	
	Estatística	15	15				15	15				100	100			
	Física Ambiental	13	13				13	13				100	100			
	Inglês			14					14					100		
	Matemática	13	13				13	13				100	100			
	Microbiologia	13			14		13			14		100			100	
	Motores e Tractores	12	12				12	12				100	100			
	Química Analítica	14		2	12		14		2	12		100		100	100	
	Química Orgânica	12		7	5		12		7	5		100		100	100	
	Solos	15	14				15	14				100	100			
	Topografia Geral	15	15				15	15				100	100			
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	14		14			14		14			100		100		
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	13		13			12		12			92		92		
	Arboricultura I	15	15				14	14				93	93			
	Arboricultura II	13	15			13	13	15			13	100	100			100
	Culturas Arvenses I	15	15				14	10				93	67			
	Culturas Arvenses II	15	15				14	10				93	67			
	Economia Agrícola I	14	14				14	14				100	100			
	Fertilidade do Solo e Fertilização	11		11			11		11			100		100		
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	15	14				15	14				100	100			
	Genética	13		14			12		12			92		86		
	Informática	14	14				14	14				100	100			
	Protecção Integrada	14	14		2	12	14	14		2	12	100	100		100	100
	Protecção Vegetal	13	13		8	5	13	13		8	5	100	100		100	100
	Culturas Protegidas	14				14	14				14	100				100
	Economia Agrícola II	15	14				15	14				100	100			
3	Extensão e Desenvolvimento Rural			14					14					100		
	Fruticultura e Olivicultura			15					15					100		
	Horticultura Geral	15	15				14	14				93	93			
	Instalações e Equipamentos	15	15				14	15				93	100			
	Olericultura	15	15				14	14				93	93			
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	15	15				13	14				87	93			
	Pastagens	14	14				9	14				64	100			
	Produção Animal	14	14				14	14				100	100			
	Protecção integrada das Culturas I			13					11					85		
	Protecção integrada das Culturas II			12					12					100		
	Seminário	3	11				3	8				100	73			
	Técnicas de Regadio	13	15				13	15				100	100			
	Viticultura			14					14					100		

4	Agricultura Biológica	12	13				12	13				100	100			
	Agricultura Tropical	15		15			14		14			93		93		
	Conservação do Solo e da Água	15	14				15	14				100	100			
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	14	14				14	14				100	100			
	Hidráulica	14	14				14	14				100	100			
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola			14					14					100		
	Instalações e Equipamentos Agro-Industriais	14	14				14	14				100	100			
	Integração Europeia	14	14				14	14				100	100			
	Melhoramento Vegetal	13	14				13	14				100	100			
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	14	14				14	14				100	100			
	Modelação Matemática e Programação	12	12				11	13				92	108			
	Paisagismo	11	11				11	11				100	100			
	Patologia Vegetal	13	13				11	11				85	85			
	Pequenos Frutos	13	13				13	13				100	100			
	Plantas Aromáticas e Medicinais	12	12				12	12				100	100			
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	13	13	1	3	10	13	13	1	3	10	100	100	100	100	100
	Sistemas de Informação Geográfica	14	14				14	14				100	100			
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	13	5		8		13	5		8		100	100		100	
	Tecnologia do Azeite	12	12				12	12				100	100			
	Tecnologia do Frio Industrial	15		15			14		14			93		93		
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	13	13				13	13				100	100			
	Termodinâmica	13	13				13	13				100	100			
	Turismo em Espaço Rural	15	15				14	14				93	93			
5	Agricultura Sustentável	15	15				14	14				93	93			
	Enologia	15	14				15	14				100	100			
	Gestão e Controlo de Qualidade	15	15				15	15				100	100			
	Mercados, Comercialização e Marketing	14	14				14	14				100	100			
	Ordenamento do Espaço Rural	15	14				15	14				100	100			
	Projectos de Investimento e Modernização	15	15				15	15				100	100			

Nos quadros 18.5, 18.6 e 18.7 dá-se conta da participação dos alunos nas aulas, apresentando o número de alunos inscritos e presentes, respectivamente nos anos lectivos de 1999/2000, 2000/2001 e 2001/2002.

Quadro 18.5. Número de Alunos inscritos e número médio de alunos por aula por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).

Ano	Disciplina	Alunos Inscritos					Alunos Presentes (n.º médio)					Participação dos Alunos (%)				
		T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl
1	Actividades Agrícolas		60					42					70			
	Biologia Celular	95	95		95		X	65		65			68		68	
	Botânica	96	96		96		X	X		X						
	Estatística	151	151				30	23				20	15			
	Física Ambiental	83	83				50	25				60	30			
	Inglês			78					48					62		
	Matemática	109	109				22	24				20	22			
	Microbiologia	80			80		20			X		25				
	Motores e Tractores	75	75				X	X								
	Química Analítica	109		109	109		25		70	70		23		64	64	
	Química Orgânica	108		108	108		45		100	100		42		93	93	
	Solos	83	83		83		40	X		X		48				
2	Topografia Geral	79	61				60	18				76	30			
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	38		38			20		32			53		84		
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	34		34			20		30			59		88		
	Arboricultura I	34	34				20	27				59	79			
	Arboricultura II	30	30				20	27				67	90			
	Culturas Arvenses I	34	34				26	31				76	91			
	Culturas Arvenses II	36	36				27	30				75	83			
	Economia Agrícola I	40	40				30	20				75	50			
	Fertilidade do Solo e Fertilização	49	49				X	X								
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	41	41				28	31				68	76			
	Genética	22	2				2	2				9	100			
	Informática	44	44				10	20				23	45			
	Protecção Integrada	41	41				20	33				49	80			
	Protecção Vegetal	42	18		18		15	15		15		36	83		83	
3	Culturas Protegidas	48		48			20		25			42		52		
	Economia Agrícola II	33	33				18	33				55	100			
	Extensão e Desenvolvimento Rural			47					38					81		
	Fruticultura e Olivicultura			31					26					84		
	Instalações e Equipamentos	32	32				18	24				56	75			
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	33	33				23	24				70	73			
	Pastagens	39	39				X	X								
	Protecção integrada das Culturas I			37					30					81		
	Protecção integrada das Culturas II			39					26					67		
	Seminário	55					30					55				
	Técnicas de Regadio	42	42				20	30				48	71			
	Viticultura			32					23					72		

4	Agricultura Biológica	87	87				30	30				34	34			
	Agricultura Tropical	72		72			20		15			28		21		
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	92	92				X	X								
	Entomologia Agrícola	22	22				10	12				45	55			
	Hidráulica	96	96				30	38				31	40			
	Integração Europeia	20	20				10	10				50	50			
	Investigação Operacional	7	7				5	7				71	100			
	Melhoramento Vegetal	96	96				50	50				52	52			
	Métodos Estatísticos e Delincamento Experimental	114	114				100	90				88	79			
	Modelação Matemática e Programação	90	90				40	40				44	44			
	Paisagismo	105	105				13	57				12	54			
	Patologia Vegetal	30	24				24	22				80	92			
	Pequenos Frutos	53	53				18	22				34	42			
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	83	83				70	78				84	94			
	Sistemas de Informação Geográfica	13	13				2	4				15	31			
	Tecnologia da Conservação de Forragens	7	7				1	1				14	14			
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	72	72		72		X	X		X						
	Tecnologia do Azeite	56	56				30	38				54	68			
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	95	53				20	53				21	100			
	Termodinâmica	106	106				60	X				57	X			
	Turismo em Espaço Rural	17	17				10	12				59	71			
5	Agricultura Sustentável	30	30				23	28				77	93			
	Gestão e Controlo de Qualidade	30	30				25	21				83	70			
	Herbologia	13	12				8	10				62	83			
	Mercados, Comercialização e Marketing	30	30				20	30				67	100			
	Ordenamento do Espaço Rural	30	30				15	20				50	67			
	Plantas Ornamentais	26	26				15	17				58	65			
	Projectos de Investimento e Modernização	30	28				20	26				67	93			

Quadro 18.6. Número de Alunos inscritos e número médio de alunos por aula por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).

Ano	Disciplina	Alunos Inscritos					Alunos Presentes (n.º médio)					Participação dos Alunos (%)				
		T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl
1	Actividades Agrícolas		49					30					61			
	Biologia Celular	50	50		50		X	49		49			98		98	
	Botânica	49	49		49		X	42		42			86		86	
	Estatística	130	130				90	97				69	75			
	Física Ambiental	48	48				35	20				73	42			
	Inglês			77					45					58		
	Matemática	72	72				30	22				42	31			
	Microbiologia	75	75				20	75				27	100			
	Motores e Tractores	62	62				X	X								
	Química Analítica	80		80	80		25		45	45		31		56	56	
	Química Orgânica	86		86	86		70		60	60		81		70	70	
	Solos	58	58		58		X	X		X						
	Topografia Geral	54	44				35	18				65	41			
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	39		39			20		30			51		77		
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	39		39			20		30			51		77		
	Arboricultura I	38	38				25	33				66	87			
	Arboricultura II	43	43				28	38				65	88			
	Culturas Arvenses I	36	36				27	32				75	89			
	Culturas Arvenses II	38	38				28	34				74	89			
	Economia Agrícola I	39	39				20	35				51	90			
	Fertilidade do Solo e Fertilização	38	38				X	X								
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	50	50				32	34				64	68			
	Genética	32	30				20	25				63	83			
	Informática	42	42				21	18				50	43			
	Protecção Integrada	47	47				20	35				43	74			
	Protecção Vegetal	49	49				15	36				31	73			
	Culturas Protegidas	35	35				21	25				60	71			
3	Economia Agrícola II	35	35				21	34				60	97			
	Extensão e Desenvolvimento Rural			36					28					78		
	Fruticultura e Olivicultura			31					24					77		
	Horticultura Geral	24	22	22			12	22	22			50	100	100		
	Instalações e Equipamentos	31	31				22	25				71	81			
	Olericultura	27	27	27		27	12	23	23		23	44	85	85		85
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	34	34				21	24				62	71			
	Pastagens	34	34				5	25				15	74			
	Produção Animal	27	27				20	22				74	81			
	Protecção integrada das Culturas I			38					22					58		
	Protecção integrada das Culturas II			41					23					56		
	Seminário	50					20					40				
	Técnicas de Regadio	41	41				18	25				44	61			
	Viticultura			31					23					74		

4	Agricultura Biológica	68	68				24	24				35	35			
	Agricultura Tropical	30		30			10		10			33		33		
	Conservação do Solo e da Água	14	14				X	X								
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	71	71				X	X								
	Hidráulica	93	93				25	30				27	32			
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola			1					1					100		
	Integração Europeia	19	19				10	10				53	53			
	Melhoramento Vegetal	73	73				30	30				41	41			
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	105	105				50	55				48	52			
	Modelação Matemática e Programação	47	47				X	X								
	Paisagismo	37	37				10	16				27	43			
	Patologia Vegetal	30	30			30	3	4			4	10	13			13
	Pequenos Frutos	35	35				18	18				51	51			
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	76	76		76		30	33		33		39	43		43	
	Sistemas de Informação Geográfica	23	23				8	8				35	35			
	Tecnologia da Conservação de Forragens	1	1				1	1				100	100			
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	30	30		30		X	25		25			83		83	
	Tecnologia do Azeite	47	47				25	25				53	53			
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	78	78				15	28				19	36			
	Termodinâmica	99	99				X	22					22			
	Turismo em Espaço Rural	11	11				6	7				55	64			
5	Agricultura Sustentável	50	50				30	43				60	86			
	Enologia	27	27				15	18				56	67			
	Gestão e Controlo de Qualidade	58	58				25	38				43	66			
	Herbologia	10	10			10	7	6			6	70	60			60
	Mercados, Comercialização e Marketing	51	51				31	51				61	100			
	Ordenamento do Espaço Rural	55	55				30	35				55	64			
	Plantas Ornamentais	12	12				5	5				42	42			
	Projectos de Investimento e Modernização	51	49				35	45				69	92			

Quadro 18.7. Número de Alunos inscritos e número médio de alunos por aula por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 (T- Aulas teóricas; P- Aulas práticas; TP- Aulas teórico-práticas; P-Lab - Aulas práticas - laboratoriais; P-Apl - Aulas práticas - aplicadas).

Ano	Disciplina	Alunos Inscritos					Alunos Presentes (n.º médio)					Participação dos Alunos (%)				
		T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl	T	P	TP	P-Lab	P-Apl
1	Actividades Agrícolas		16					10					63			
	Biologia Celular	26	26		26		X	16		16			62		62	
	Botânica	26	26		26		X	14		14			54		54	
	Estatística	103	103				X	X								
	Física Ambiental	23	23				10	10				43	43			
	Inglês			38					22					58		
	Matemática	36	36				X	X								
	Microbiologia	48			48		10			48		21			100	
	Motores e Tractores	26	26				X	X								
	Química Analítica	50		50	50		15		25	25		30		50	50	
	Química Orgânica	52		52	52		25		40	40		48		77	77	
2	Solos	30	30				X	X								
	Topografia Geral	45	45				8	X				18				
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	26		26			12		23			46		88		
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	25		25			12		22			48		88		
	Arboricultura I	30	30				X	X								
	Arboricultura II	29	29			29	16	20			22	55	69			76
	Culturas Arvenses I	24	24				18	20				75	83			
	Culturas Arvenses II	25	25				19	21				76	84			
	Economia Agrícola I	39	39				20	35				51	90			
	Fertilidade do Solo e Fertilização	24		22			X		X							
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	30	30				21	24				70	80			
3	Genética	27		27			16		20			59		74		
	Informática	30	30				5	25				17	83			
	Protecção Integrada	34	34		34	34	15	23		23	23	44	68		68	68
	Protecção Vegetal	36	36		36	36	15	24		24	24	42	67		67	67
	Culturas Protegidas	43				43	25				33	58				77
	Economia Agrícola II	41	41				20	35				49	85			
	Extensão e Desenvolvimento Rural			39					33					85		
	Fruticultura e Olivicultura			36					31					86		
	Horticultura Geral	34	34				22	32				65	94			
	Instalações e Equipamentos	39	39				18	25				46	64			
	Olericultura	37	37				22	33				59	89			
3	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	45	45				20	15				44	33			
	Pastagens	41	41				5	28				12	68			
	Produção Animal	38	38				26	X				68				
	Protecção integrada das Culturas I			44					29					66		
	Protecção integrada das Culturas II			49					33					67		
	Seminário	59	59				25	27				42	46			
	Técnicas de Regadio	45	45				X	20				44				
	Viticultura			37					28					76		

4	Agricultura Biológica	54	54				15	20				28	37			
	Agricultura Tropical	15		15			6		4			40		27		
	Conservação do Solo e da Água	10	10				X	X								
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	72	28				X	28					100			
	Hidráulica	86	86				20	28				23	33			
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola			2					1					50		
	Instalações e Equipamentos Agro-Industriais	3	3				1	1				33	33			
	Integração Europeia	15	15				X	X								
	Melhoramento Vegetal	68	68				25	25				37	37			
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	94	94				40	32				43	34			
	Modelação Matemática e Programação	115	115				30	30				26	26			
	Paisagismo	66	13				10	11				15	85			
	Patologia Vegetal	21	21				9	9				43	43			
	Pequenos Frutos	27	27				10	10				37	37			
	Plantas Aromáticas e Medicinais	29	29				14	14				48	48			
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	60	60	60	60	60	23	25	25	25	25	38	42	42	42	42
	Sistemas de Informação Geográfica	10	10				4	4				40	40			
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	47	47		47		X	X		X						
	Tecnologia do Azeite	22	10				10	10				45	100			
	Tecnologia do Frio Industrial	5		5			5		5			100		100		
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	79	31				20	31				25	100			
	Termodinâmica	74	74				X	X								
	Turismo em Espaço Rural	39	40				20	30				51	75			
5	Agricultura Sustentável	40	40				20	30				50	75			
	Enologia	34	34				14	17				41	50			
	Gestão e Controlo de Qualidade	41	41				15	27				37	66			
	Mercados, Comercialização e Marketing	39	39				25	30				64	77			
	Ordenamento do Espaço Rural	40	40				25	35				63	88			
	Projectos de Investimento e Modernização	47	47				30	25				64	53			

18.4 Avaliação das disciplinas

Como já se referiu a avaliação baseia-se, essencialmente, em provas de avaliação periódicas marcadas pelo Conselho Pedagógico que, para o efeito, elabora calendário de provas de avaliação (Anexo X).

No quadro 18.9 apresenta-se, por disciplina, o número total de alunos, o número de alunos que se submeteu a avaliação e o número de alunos aprovados. A taxa de aprovação foi calculada considerando o número de alunos aprovados relativamente aos submetidos à avaliação.

Quadro 18.8. Número de alunos e Taxas de aprovação, por Disciplina.

Ano	Disciplina	1999/2000				2000/2001				2001/2002			
		Alunos			Taxa Aprov. (%)	Alunos			Taxa Aprov. (%)	Alunos			Taxa Aprov. (%)
		Inscritos	Avaliados	Aprovados		Inscritos	Avaliados	Aprovados		Inscritos	Avaliados	Aprovados	
1	Actividades Agrícolas	60	47	43	91,5	49	34	33	97,1	16	11	11	100,0
	Biologia Celular	95	65	47	72,3	50	49	38	77,6	26	16	8	50,0
	Botânica	96	56	45	80,4	49	48	43	89,6	26	14	10	71,4
	Estatística	151	148	44	29,7	130	99	25	25,3	103	74	17	23,0
	Física Ambiental	83	55	37	67,3	48	46	41	89,1	23	15	6	40,0
	Inglês	78	58	25	43,1	77	61	42	68,9	38	25	15	60,0
	Matemática	109	98	30	30,6	72	72	20	27,8	36	30	12	40,0
	Microbiologia	80	57	30	52,6	75	55	23	41,8	48	30	19	63,3
	Motores e Tractores	75	61	41	67,2	62	43	36	83,7	26	18	12	66,7
	Química Analítica	109	59	50	84,7	80	46	30	65,2	50	24	16	66,7
	Química Orgânica	108	87	44	50,6	86	56	30	53,6	52	44	22	50,0
	Solos	83	60	53	88,3	58	36	25	69,4	30	18	8	44,4
	Topografia Geral	79	54	24	44,4	54	44	28	63,6	45	28	21	75,0
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	38	36	33	91,7	39	38	37	97,4	26	25	24	96,0
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	34	31	29	93,5	39	36	35	97,2	25	24	18	75,0
	Arboricultura I	34	32	29	90,6	38	34	32	94,1	30	26	22	84,6
	Arboricultura II	30	28	23	82,1	43	40	39	97,5	29	26	22	84,6
	Culturas Arvenses I	34	32	32	100,0	36	34	34	100,0	24	23	22	95,7
	Culturas Arvenses II	36	32	30	93,8	38	37	36	97,3	25	23	23	100,0
	Economia Agrícola I	40	32	30	93,8	39	35	23	65,7	39	36	26	72,2
	Fertilidade do Solo e Fertilização	49	47	46	97,9	38	37	36	97,3	24	22	14	63,6
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	41	37	23	62,2	50	45	43	95,6	30	27	25	92,6
	Genética	22	18	18	100,0	32	29	27	93,1	27	24	23	95,8
	Informática	44	39	26	66,7	42	42	38	90,5	30	26	20	76,9
	Protecção Integrada	41	33	26	78,8	47	41	35	85,4	34	28	26	92,9
	Protecção Vegetal	42	38	26	68,4	49	42	35	83,3	36	29	27	93,1

III Análise descritiva do Curso e respectivo funcionamento

3	Culturas Protegidas	48	41	41	100,0	35	27	27	100,0	43	36	32	88,9
	Economia Agrícola II	33	33	25	75,8	35	31	29	93,5	41	38	33	86,8
	Extensão e Desenvolvimento Rural	47	38	38	100,0	36	28	28	100,0	39	34	34	100,0
	Fruticultura e Olivicultura	31	29	29	100,0	31	28	28	100,0	36	34	34	100,0
	Horticultura Geral	-	-	-	-	24	22	22	100,0	34	34	34	100,0
	Instalações e Equipamentos	32	29	27	93,1	31	30	18	60,0	39	39	37	94,9
	Olericultura	-	-	-	-	27	25	24	96,0	37	33	33	100,0
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	33	28	25	89,3	34	26	21	80,8	45	38	37	97,4
	Pastagens	39	37	34	91,9	34	31	27	87,1	41	38	36	94,7
	Produção Animal	-	-	-	-	27	24	22	91,7	38	35	34	97,1
	Protecção integrada das Culturas I	37	30	28	93,3	38	28	26	92,9	44	39	33	84,6
	Protecção integrada das Culturas II	39	29	23	79,3	41	29	27	93,1	49	40	35	87,5
	Seminário	55	32	32	100,0	50	24	24	100,0	59	29	29	100,0
	Técnicas de Regadio	42	32	27	84,4	41	29	27	93,1	45	37	22	59,5
4	Viticultura	32	29	29	100,0	31	28	28	100,0	37	34	34	100,0
	Agricultura Biológica	87	66	60	90,9	68	47	43	91,5	54	36	33	91,7
	Agricultura Tropical	72	58	58	100,0	30	23	23	100,0	15	9	9	100,0
	Conservação do Solo e da Água	-	-	-	-	14	4	4	100,0	10	5	5	100,0
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	92	63	60	95,2	71	34	25	73,5	72	43	28	65,1
	Entomologia Agrícola	22	18	16	88,9	-	-	-	-	-	-	-	-
	Hidráulica	96	45	35	77,8	93	43	36	83,7	86	41	34	82,9
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola	-	-	-	-	1	1	1	100,0	2	2	2	100,0
	Instalações e Equipamentos Agro-Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	1	100,0
	Integração Europeia	20	18	16	88,9	19	12	10	83,3	15	11	10	90,9
	Investigação Operacional	7	7	7	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Melhoramento Vegetal	96	61	59	96,7	73	38	35	92,1	68	30	27	90,0
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	114	64	36	56,3	105	64	44	68,8	94	31	11	35,5
	Modelação Matemática e Programação	90	43	32	74,4	47	47	45	95,7	115	43	20	46,5
	Paisagismo	105	97	97	100,0	37	36	25	69,4	66	38	27	71,1
	Patologia Vegetal	30	19	19	100,0	30	6	5	83,3	21	14	14	100,0
	Pequenos Frutos	53	47	46	97,9	35	25	25	100,0	27	15	14	93,3
	Plantas Aromáticas e Medicinais	-	-	-	-	-	-	-	-	29	19	17	89,5
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	83	83	78	94,0	76	47	43	91,5	60	32	24	75,0
	Sistemas de Informação Geográfica	13	5	4	80,0	23	10	2	20,0	10	5	1	20,0
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	72	72	49	68,0	30	30	28	93,3	47	33	33	100,0
	Tecnologia do Azeite	56	48	43	89,6	47	31	29	93,5	22	12	12	100,0
	Tecnologia do Frio Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	5	100,0
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	95	58	55	94,8	78	35	27	77,1	79	40	30	75,0
	Tecnologia da Conservação de Forragens	7	3	3	100,0	1	1	1	100,0	-	-	-	-
	Termodinâmica	106	96	45	46,9	99	60	54	90,0	74	40	29	72,5
	Turismo em Espaço Rural	17	15	10	66,7	11	7	6	85,7	39	26	25	96,2

5	Agricultura Sustentável	30	30	28	93,3	50	49	45	91,8	40	33	33	100,0
	Enologia	-	-	-	-	27	26	26	100,0	34	25	25	100,0
	Gestão e Controlo de Qualidade	30	26	21	80,8	58	56	54	96,4	41	31	26	83,9
	Herbologia	13	12	12	100,0	10	10	10	100,0	-	-	-	-
	Mercados, Comercialização e Marketing	30	30	29	96,7	51	48	48	100,0	39	33	33	100,0
	Ordenamento do Espaço Rural	30	27	23	85,2	55	54	52	96,3	40	34	28	82,4
	Plantas Ornamentais	26	25	25	100,0	12	12	12	100,0	-	-	-	-
	Projectos de Investimento e Modernização	30	28	28	100,0	51	49	49	100,0	47	37	27	73,0

No quadro seguinte apresentam-se as classificações atribuídas aos alunos, por disciplina.

Quadro 18.9. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000
– Alunos aprovados por dispensa.

Ano	Disciplina	N.º de alunos					%				
		=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	Total	=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	% dos alunos aprovados
1	Actividades Agrícolas	0	1	42	0	43	0	2	98	0	100
	Biologia Celular	9	16	3	0	28	32	57	11	0	60
	Botânica	12	24	3	0	39	31	62	8	0	87
	Estatística	5	17	1	0	23	22	74	4	0	52
	Física Ambiental	11	11	0	0	22	50	50	0	0	45
	Inglês	3	9	4	0	16	19	56	25	0	64
	Matemática	3	8	4	0	15	20	53	27	0	50
	Microbiologia	3	9	4	0	16	19	56	25	0	53
	Motores e Tractores	7	5	2	0	14	50	36	14	0	34
	Química Analítica	0	25	9	0	34	0	74	26	0	68
	Química Orgânica	12	19	1	0	32	38	59	3	0	71
	Solos	5	19	4	0	28	18	68	14	0	53
	Topografia Geral	1	4	2	0	7	14	57	29	0	29
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	3	12	2	0	17	18	71	12	0	52
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	8	8	4	0	20	40	40	20	0	69
	Arboricultura I	0	15	5	0	20	0	75	25	0	69
	Arboricultura II	4	9	4	0	17	24	53	24	0	74
	Culturas Arvenses I	5	8	12	0	25	20	32	48	0	78
	Culturas Arvenses II	2	8	0	0	10	20	80	0	0	33
	Economia Agrícola I	4	12	5	0	21	19	57	24	0	70
	Fertilidade do Solo e Fertilização	5	8	3	0	16	31	50	19	0	35
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	1	8	2	0	11	9	73	18	0	48
	Genética	3	12	1	0	16	19	75	6	0	89
	Informática	1	15	2	0	18	6	83	11	0	69
	Protecção Integrada	3	9	3	0	15	20	60	20	0	58
	Protecção Vegetal	1	10	3	0	14	7	71	21	0	54
	Culturas Protegidas	0	24	2	0	26	0	92	8	0	63
3	Economia Agrícola II	6	10	7	0	23	26	43	30	0	92
	Extensão e Desenvolvimento Rural	5	20	3	0	28	18	71	11	0	74
	Fruticultura e Olivicultura	0	16	7	0	23	0	70	30	0	79
	Instalações e Equipamentos	6	4	2	0	12	50	33	17	0	43
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	6	4	3	0	13	46	31	23	0	52
	Pastagens	2	4	0	0	6	33	67	0	0	18
	Protecção integrada das Culturas I	5	5	0	0	10	50	50	0	0	36
	Protecção integrada das Culturas II	5	6	1	0	12	42	50	8	0	52
	Seminário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnicas de Regadio	3	4	2	0	9	33	44	22	0	33
	Viticultura	0	23	6	0	29	0	79	21	0	100

4	Agricultura Biológica	16	18	1	0	35	46	51	3	0	58
	Agricultura Tropical	0	24	11	1	36	0	67	31	3	62
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	5	14	3	0	22	23	64	14	0	37
	Entomologia Agrícola	0	3	11	0	14	0	21	79	0	88
	Hidráulica	8	12	2	0	22	36	55	9	0	63
	Integração Europeia	0	6	6	1	13	0	46	46	8	81
	Investigação Operacional	1	1	2	0	4	25	25	50	0	57
	Melhoramento Vegetal	4	24	8	1	37	11	65	22	3	63
	Métodos Estatísticos e Delincamento Experimental	8	13	2	0	23	35	57	9	0	64
	Modelação Matemática e Programação	1	1	7	1	10	10	10	70	10	31
	Paisagismo	2	26	41	7	76	3	34	54	9	78
	Patologia Vegetal	0	8	5	0	13	0	62	38	0	68
	Pequenos Frutos	3	21	10	2	36	8	58	28	6	78
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	1	35	16	0	52	2	67	31	0	67
	Sistemas de Informação Geográfica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	12	4	3	0	19	63	21	16	0	39
	Tecnologia do Azeite	0	7	17	4	28	0	25	61	14	65
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	4	12	8	2	26	15	46	31	8	47
	Tecnologia da Conservação de Forragens	1	1	0	0	2	50	50	0	0	67
	Termodinâmica	4	14	5	0	23	17	61	22	0	51
	Turismo em Espaço Rural	2	2	5	0	9	22	22	56	0	90
5	Agricultura Sustentável	0	13	4	0	17	0	76	24	0	61
	Gestão e Controlo de Qualidade	2	3	1	0	6	33	50	17	0	29
	Herbologia	0	0	3	0	3	0	0	100	0	25
	Mercados, Comercialização e Marketing	0	8	11	0	19	0	42	58	0	66
	Ordenamento do Espaço Rural	2	8	1	0	11	18	73	9	0	48
	Plantas Ornamentais	1	11	5	1	18	6	61	28	6	72
	Projectos de Investimento e Modernização	2	5	4	1	12	17	42	33	8	43

Quadro 18.10. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 1999/2000 – Alunos aprovados por exame.

Ano	Disciplina	N.º de alunos					%				
		=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	Total	=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	% dos alunos avaliados
1	Actividades Agrícolas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Biologia Celular	9	9	1	0	19	47	47	5	0	40
	Botânica	1	5	0	0	6	17	83	0	0	13
	Estatística	13	8	0	0	21	62	38	0	0	48
	Física Ambiental	14	10	3	0	27	52	37	11	0	55
	Inglês	6	3	0	0	9	67	33	0	0	36
	Matemática	8	6	1	0	15	53	40	7	0	50
	Microbiologia	2	12	0	0	14	14	86	0	0	47
	Motores e Tractores	11	15	1	0	27	41	56	4	0	66
	Química Analítica	4	8	4	0	16	25	50	25	0	32
	Química Orgânica	8	5	0	0	13	62	38	0	0	29
	Solos	6	14	5	0	25	24	56	20	0	47
	Topografia Geral	1	10	6	0	17	6	59	35	0	71
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	5	11	0	0	16	31	69	0	0	48
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	1	6	2	0	9	11	67	22	0	31
	Arboricultura I	2	7	0	0	9	22	78	0	0	31
	Arboricultura II	4	2	0	0	6	67	33	0	0	26
	Culturas Arvenses I	2	3	2	0	7	29	43	29	0	22
	Culturas Arvenses II	2	10	8	0	20	10	50	40	0	67
	Economia Agrícola I	6	3	0	0	9	67	33	0	0	30
	Fertilidade do Solo e Fertilização	6	18	5	1	30	20	60	17	3	65
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	7	5	0	0	12	58	42	0	0	52
	Genética	1	1	0	0	2	50	50	0	0	11
	Informática	3	5	0	0	8	38	63	0	0	31
	Protecção Integrada	6	5	0	0	11	55	45	0	0	42
	Protecção Vegetal	3	9	0	0	12	25	75	0	0	46
3	Culturas Protegidas	4	11	0	0	15	27	73	0	0	37
	Economia Agrícola II	1	1	0	0	2	50	50	0	0	8
	Extensão e Desenvolvimento Rural	2	6	2	0	10	20	60	20	0	26
	Fruticultura e Olivicultura	0	6	0	0	6	0	100	0	0	21
	Instalações e Equipamentos	4	10	2	0	16	25	63	13	0	57
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	6	4	2	0	12	50	33	17	0	48
	Pastagens	7	20	1	0	28	25	71	4	0	82
	Protecção integrada das Culturas I	4	14	0	0	18	22	78	0	0	64
	Protecção integrada das Culturas II	3	7	1	0	11	27	64	9	0	48
	Seminário	0	19	13	0	32	0	59	41	0	100
	Técnicas de Regadio	4	10	4	0	18	22	56	22	0	67
	Viticultura	0	0	0	0	0					0

4	Agricultura Biológica	9	14	2	0	25	36	56	8	0	42
	Agricultura Tropical	0	15	7	0	22	0	68	32	0	38
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	8	23	7	0	38	21	61	18	0	63
	Entomologia Agrícola	0	2	0	0	2	0	100	0	0	13
	Hidráulica	8	2	3	0	13	62	15	23	0	37
	Integração Europeia	1	2	0	0	3	33	67	0	0	19
	Investigação Operacional	1	1	1	0	3	33	33	33	0	43
	Melhoramento Vegetal	7	14	1	0	22	32	64	5	0	37
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	6	4	3	0	13	46	31	23	0	36
	Modelação Matemática e Programação	7	8	6	1	22	32	36	27	5	69
	Paisagismo	7	6	7	1	21	33	29	33	5	22
	Patologia Vegetal	0	4	2	0	6	0	67	33	0	32
	Pequenos Frutos	3	5	2	0	10	30	50	20	0	22
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	3	20	3	0	26	12	77	12	0	33
	Sistemas de Informação Geográfica	1	1	2	0	4	25	25	50	0	100
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	14	10	5	1	30	47	33	17	3	61
	Tecnologia do Azeite	5	8	2	0	15	33	53	13	0	35
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	12	13	4	0	29	41	45	14	0	53
	Tecnologia da Conservação de Forragens	0	1	0	0	1	0	100	0	0	33
	Termodinâmica	8	13	0	1	22	36	59	0	5	49
	Turismo em Espaço Rural	1	0	0	0	1	100	0	0	0	10
5	Agricultura Sustentável	1	5	4	1	11	9	45	36	9	39
	Gestão e Controlo de Qualidade	6	7	2	0	15	40	47	13	0	71
	Herbologia	1	5	3	0	9	11	56	33	0	75
	Mercados, Comercialização e Marketing	2	4	2	2	10	20	40	20	20	34
	Ordenamento do Espaço Rural	4	4	4	0	12	33	33	33	0	52
	Plantas Ornamentais	2	4	1	0	7	29	57	14	0	28
	Projectos de Investimento e Modernização	6	8	2	0	16	38	50	13	0	57

Quadro 18.11. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 – Alunos aprovados por dispensa.

Ano	Disciplina	N.º de alunos					%				
		=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	Total	=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	% dos alunos avaliados
1	Actividades Agrícolas	0	0	30	3	33	0	0	91	9	100
	Biologia Celular	6	12	5	0	23	26	52	22	0	61
	Botânica	10	24	9	2	38	26	63	24	5	88
	Estatística	5	4	3	0	12	42	33	25	0	48
	Física Ambiental	5	8	2	0	15	33	53	13	0	35
	Inglês	5	17	7	0	29	17	59	24	0	69
	Matemática	1	1	2	0	4	25	25	50	0	20
	Microbiologia	3	11	0	0	14	21	79	0	0	61
	Motores e Tractores	3	14	7	0	24	13	58	29	0	67
	Química Analítica	1	12	1	0	14	7	86	7	0	47
	Química Orgânica	8	5	0	0	13	62	38	0	0	43
2	Solos	7	6	1	0	14	50	43	7	0	56
	Topografia Geral	2	1	0	0	3	67	33	0	0	11
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	6	14	2	0	22	27	64	9	0	59
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	4	14	8	1	27	15	52	30	4	77
	Arboricultura I	0	14	5	0	19	0	74	26	0	59
	Arboricultura II	6	20	3	0	29	21	69	10	0	74
	Culturas Arvenses I	10	4	1	0	15	67	27	7	0	44
	Culturas Arvenses II	5	14	4	0	23	22	61	17	0	64
	Economia Agrícola I	3	9	0	0	12	25	75	0	0	52
	Fertilidade do Solo e Fertilização	5	14	2	0	21	24	67	10	0	58
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	2	29	4	0	35	6	83	11	0	81
3	Genética	2	16	8	0	26	8	62	31	0	67
	Informática	5	12	2	0	19	26	63	11	0	50
	Protecção Integrada	4	14	0	0	18	22	78	0	0	51
	Protecção Vegetal	7	12	1	0	20	35	60	5	0	59
	Culturas Protegidas	2	9	4	2	17	12	53	24	12	63
	Economia Agrícola II	3	10	7	1	21	14	48	33	5	72
	Extensão e Desenvolvimento Rural	0	17	10	0	27	0	63	37	0	96
	Fruticultura e Olivicultura	0	6	21	0	27	0	22	78	0	96
	Horticultura Geral	3	17	2	0	22	14	77	9	0	100
	Instalações e Equipamentos	6	3	0	0	9	67	33	0	0	50
	Olericultura	0	14	0	0	14	0	100	0	0	58
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	7	7	2	0	16	44	44	13	0	62
	Pastagens	6	10	1	0	17	35	59	6	0	63
	Produção Animal	4	8	1	0	13	31	62	8	0	59
3	Protecção integrada das Culturas I	5	10	0	0	15	33	67	0	0	58
	Protecção integrada das Culturas II	4	14	0	0	18	22	78	0	0	67
	Seminário	0	3	8	0	11	0	27	73	0	46
	Técnicas de Regadio	5	5	3	0	13	38	38	23	0	48
	Viticultura	1	5	21	0	27	4	19	78	0	96

4	Agricultura Biológica	3	16	3	0	22	14	73	14	0	51
	Agricultura Tropical	0	6	4	0	10	0	60	40	0	43
	Conservação do Solo e da Água	0	2	0	0	2	0	100	0	0	50
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	1	3	0	0	4	25	75	0	0	16
	Hidráulica	5	10	2	0	17	29	59	12	0	47
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Integração Europeia	0	6	2	0	8	0	75	25	0	80
	Melhoramento Vegetal	0	22	1	0	23	0	96	4	0	66
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	7	15	6	1	29	24	52	21	3	66
	Modelação Matemática e Programação	4	11	1	0	16	25	69	6	0	36
	Paisagismo	0	3	1	0	4	0	75	25	0	16
	Patologia Vegetal	1	1	0	0	2	50	50	0	0	40
	Pequenos Frutos	1	7	7	1	16	6	44	44	6	64
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	1	21	3	0	25	4	84	12	0	58
	Sistemas de Informação Geográfica	0	0	1	0	1	0	0	100	0	50
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	4	8	2	0	14	29	57	14	0	50
	Tecnologia do Azeite	1	7	9	1	18	6	39	50	6	62
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	4	6	3	0	13	31	46	23	0	48
	Tecnologia da Conservação de Forragens	0	0	1	0	1	0	0	100	0	100
	Termodinâmica	5	9	6	0	20	25	45	30	0	37
	Turismo em Espaço Rural	1	2	0	0	3	33	67	0	0	50
5	Agricultura Sustentável	2	13	11	1	27	7	48	41	4	60
	Enologia	1	13	4	0	18	6	72	22	0	69
	Gestão e Controlo de Qualidade	5	17	5	1	28	18	61	18	4	52
	Herbologia	0	3	4	0	7	0	43	57	0	70
	Mercados, Comercialização e Marketing	4	10	15	0	29	14	34	52	0	60
	Ordenamento do Espaço Rural	0	13	2	0	15	0	87	13	0	29
	Plantas Ornamentais	0	3	4	0	7	0	43	57	0	58
	Projectos de Investimento e Modernização	0	5	10	1	16	0	31	63	6	33

Quadro 18.12. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2000/2001 – Alunos aprovados por exame.

Ano	Disciplina	N.º de alunos					%				
		=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	Total	=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	% dos alunos avaliados
1	Actividades Agrícolas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Biologia Celular	10	5	0	0	15	67	33	0	0	39
	Botânica	3	2	0	0	5	60	40	0	0	12
	Estatística	6	5	2	0	13	46	38	15	0	52
	Física Ambiental	7	13	7	1	28	25	46	25	4	65
	Inglês	4	8	1	0	13	31	62	8	0	31
	Matemática	11	2	3	0	16	69	13	19	0	80
	Microbiologia	2	7	0	0	9	22	78	0	0	39
	Motores e Tractores	6	6	0	0	12	50	50	0	0	33
	Química Analítica	9	6	1	0	16	56	38	6	0	53
	Química Orgânica	14	3	0	0	17	82	18	0	0	57
	Solos	4	7	0	0	11	36	64	0	0	44
	Topografia Geral	15	7	3	0	25	60	28	12	0	89
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	8	7	0	0	15	53	47	0	0	41
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	2	5	1	0	8	25	63	13	0	23
	Arboricultura I	1	10	2	0	13	8	77	15	0	41
	Arboricultura II	2	8	0	0	10	20	80	0	0	26
	Culturas Arvenses I	4	13	2	0	19	21	68	11	0	56
	Culturas Arvenses II	0	4	9	0	13	0	31	69	0	36
	Economia Agrícola I	6	5	0	0	11	55	45	0	0	48
	Fertilidade do Solo e Fertilização	2	9	4	0	15	13	60	27	0	42
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	3	5	0	0	8	38	63	0	0	19
	Genética	1	0	0	1	13	8	0	0	8	33
	Informática	4	13	2	0	19	21	68	11	0	50
	Protecção Integrada	6	8	3	0	17	35	47	18	0	49
	Protecção Vegetal	5	7	2	0	14	36	50	14	0	41
3	Culturas Protegidas	4	5	1	0	10	40	50	10	0	37
	Economia Agrícola II	4	3	1	0	8	50	38	13	0	28
	Extensão e Desenvolvimento Rural	0	1	0	0	1	0	100	0	0	4
	Fruticultura e Olivicultura	0	1	0	0	1	0	100	0	0	4
	Horticultura Geral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Instalações e Equipamentos	1	7	1	0	9	11	78	11	0	50
	Olericultura	2	8	0	0	10	20	80	0	0	42
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	2	7	1	0	10	20	70	10	0	38
	Pastagens	2	1	5	2	10	20	10	50	20	37
	Produção Animal	3	4	2	0	9	33	44	22	0	41
	Protecção integrada das Culturas I	4	7	0	0	11	36	64	0	0	42
	Protecção integrada das Culturas II	2	7	0	0	9	22	78	0	0	33
	Seminário	0	5	7	1	13	0	38	54	8	54
	Técnicas de Regadio	7	6	1	0	14	50	43	7	0	52
	Viticultura	0	0	1	0	1	0	0	100	0	4

4	Agricultura Biológica	6	15	0	0	21	29	71	0	0	49
	Agricultura Tropical	1	7	3	0	13	8	54	23	0	57
	Conservação do Solo e da Água	1	0	1	0	2	50	0	50	0	50
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	6	13	2	0	21	29	62	10	0	84
	Hidráulica	9	9	1	0	19	47	47	5	0	53
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola	1	0	0	0	1	100	0	0	0	100
	Integração Europeia	1	1	0	0	2	50	50	0	0	20
	Melhoramento Vegetal	7	4	0	0	12	58	33	0	0	34
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	4	9	2	0	15	27	60	13	0	34
	Modelação Matemática e Programação	7	16	6	0	29	24	55	67	0	64
	Paisagismo	8	13	0	0	21	38	62	0	0	84
	Patologia Vegetal	0	3	0	0	3	0	100	0	0	60
	Pequenos Frutos	1	6	2	0	9	11	67	22	0	36
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	4	14	0	0	18	22	78	0	0	42
	Sistemas de Informação Geográfica	0	1	0	0	1	0	100	0	0	50
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	4	6	4	0	14	29	43	29	0	50
	Tecnologia do Azeite	3	8	0	0	11	27	73	0	0	38
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	7	5	1	1	14	50	36	7	7	52
	Tecnologia da Conservação de Forragens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Termodinâmica	8	12	13	1	34	24	35	38	3	63
	Turismo em Espaço Rural	2	1	0	0	3	67	33	0	0	50
5	Agricultura Sustentável	7	9	2	0	18	39	50	11	0	40
	Enologia	1	4	3	0	8	13	50	38	0	31
	Gestão e Controlo de Qualidade	8	14	4	0	26	31	54	15	0	48
	Herbologia	0	0	3	0	3	0	0	100	0	30
	Mercados, Comercialização e Marketing	8	6	5	0	19	42	32	26	0	40
	Ordenamento do Espaço Rural	9	22	6	0	37	24	59	16	0	71
	Plantas Ornamentais	2	3	0	0	5	40	60	0	0	42
	Projectos de Investimento e Modernização	6	18	9	0	33	18	55	27	0	67

Quadro 18.13. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 – Alunos aprovados por dispensa.

Ano	Disciplina	N.º de alunos					%				
		=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	Total	=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	% dos alunos avaliados
1	Actividades Agrícolas	0	0	10	1	11	0	0	91	9	100
	Biologia Celular	1	3	1	0	5	20	60	20	0	63
	Botânica	1	2	2	0	5	20	40	40	0	50
	Estatística	1	0	1	0	2	50	0	50	0	12
	Física Ambiental	0	2	0	0	2	0	100	0	0	33
	Inglês	3	4	0	0	7	43	57	0	0	47
	Matemática	0	1	1	0	2	0	50	50	0	17
	Microbiologia	2	7	1	0	10	20	70	10	0	53
	Motores e Tractores	0	2	3	0	5	0	40	60	0	42
	Química Analítica	1	6	1	1	9	11	67	11	11	56
	Química Orgânica	3	5	0	2	10	30	50	0	20	45
	Solos	4	3	0	0	7	57	43	0	0	88
2	Topografia Geral	3	11	3	2	19	16	58	16	11	90
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	3	3	5	0	11	27	27	45	0	46
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	2	9	3	0	14	14	64	21	0	78
	Arboricultura I	0	16	4	0	20	0	80	20	0	91
	Arboricultura II	4	11	0	0	15	27	73	0	0	68
	Culturas Arvenses I	0	6	13	2	21	0	29	62	10	95
	Culturas Arvenses II	2	7	8	1	18	11	39	44	6	78
	Economia Agrícola I	9	4	1	0	14	64	29	7	0	54
	Fertilidade do Solo e Fertilização	1	2	1	0	4	25	50	25	0	29
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	3	7	2	0	12	25	58	17	0	48
	Genética	0	2	11	9	22	0	9	50	41	96
	Informática	3	4	1	0	8	38	50	13	0	40
3	Protecção Integrada	3	10	1	0	14	21	71	7	0	56
	Protecção Vegetal	4	1	0	0	5	80	20	0	0	20
	Culturas Protegidas	2	7	4	0	13	15	54	31	0	41
	Economia Agrícola II	3	5	0	0	8	38	63	0	0	24
	Extensão e Desenvolvimento Rural	1	14	16	2	33	3	42	48	6	97
	Fruticultura e Olivicultura	0	16	16	0	32	0	50	50	0	94
	Horticultura Geral	2	15	1	0	18	11	83	6	0	53
	Instalações e Equipamentos	10	9	1	0	20	50	45	5	0	54
	Olericultura	3	20	1	0	24	13	83	4	0	73
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	9	15	0	0	24	38	63	0	0	65
	Pastagens	11	10	1	0	22	50	45	5	0	61
	Produção Animal	4	14	0	0	18	22	78	0	0	53
	Protecção integrada das Culturas I	7	10	3	0	20	35	50	15	0	61
	Protecção integrada das Culturas II	4	17	4	0	25	16	68	16	0	71
	Seminário	0	2	6	0	8	0	25	75	0	28
	Técnicas de Regadio	3	4	0	0	7	43	57	0	0	32
	Viticultura	0	13	19	0	32	0	41	59	0	94

4	Agricultura Biológica	4	5	4	0	13	31	38	31	0	43
	Agricultura Tropical	0	2	1	0	3	0	67	33	0	33
	Conservação do Solo e da Água	0	0	4	0	4	0	0	100	0	80
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	1	3	0	0	4	25	75	0	0	14
	Hidráulica	8	10	3	0	21	38	48	14	0	62
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola	0	1	0	0	1	0	100	0	0	50
	Instalações e Equipamentos Agro-Industriais	0	1	0	0	1	0	100	0	0	100
	Integração Europeia	0	2	1	0	3	0	67	33	0	30
	Melhoramento Vegetal	5	18	3	0	26	19	69	12	0	96
	Métodos Estatísticos e Delineamento Experimental	1	0	0	0	1	100	0	0	0	
	Modelação Matemática e Programação	3	7	2	1	13	23	54	15	8	65
	Paisagismo	0	5	1	0	6	0	83	17	0	22
	Patologia Vegetal	1	4	1	0	6	17	67	17	0	43
	Pequenos Frutos	0	6	4	0	10	0	60	40	0	71
	Plantas Aromáticas e Medicinais	4	7	2	0	13	31	54	15	0	76
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	2	16	6	0	24	8	67	25	0	77
	Sistemas de Informação Geográfica	1	0	0	0	1	100	0	0	0	100
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	6	7	3	0	16	38	44	19	0	48
	Tecnologia do Azeite	0	4	6	0	10	0	40	60	0	83
	Tecnologia do Frio Industrial	2	2	0	0	4	50	50	0	0	80
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	0	10	11	0	21	0	48	52	0	70
	Termodinâmica	2	8	8	5	23	8	35	35	22	79
	Turismo em Espaço Rural	3	13	0	0	16	19	81	0	0	64
5	Agricultura Sustentável	1	12	7	0	20	5	60	35	0	61
	Enologia	2	8	4	1	15	13	53	27	7	60
	Gestão e Controlo de Qualidade	3	8	0	0	11	27	73	0	0	42
	Mercados, Comercialização e Marketing	0	14	7	0	21	0	67	33	0	64
	Ordenamento do Espaço Rural	0	3	0	0	3	0	100	0	0	11
	Projectos de Investimento e Modernização	0	7	3	0	10	0	70	30	0	37

Quadro 18.14. Classificações atribuídas por disciplina no Ano Lectivo 2001/2002 – Alunos aprovados por exame.

Ano	Disciplina	N.º de alunos					%				
		=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	Total	=10 val.	De 11 a 13 val.	De 14 a 16 val.	De 17 a 20 val.	% dos alunos avaliados
1	Actividades Agrícolas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Biologia Celular	1	2	0	0	3	33	67	0	0	38
	Botânica	1	1	3	0	5	20	20	60	0	50
	Estatística	6	7	2	0	15	40	47	13	0	88
	Física Ambiental	3	1	0	0	4	75	25	0	0	67
	Inglês	5	3	0	0	8	63	38	0	0	53
	Matemática	2	8	0	0	10	20	80	0	0	83
	Microbiologia	1	8	0	0	9	11	89	0	0	47
	Motores e Tractores	4	3	0	0	7	57	43	0	0	58
	Química Analítica	2	2	3	0	7	29	29	43	0	44
	Química Orgânica	8	4	0	0	12	67	33	0	0	55
	Solos	1	0	0	0	1	100	0	0	0	13
	Topografia Geral	0	2	0	0	2	0	100	0	0	10
2	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I	7	6	0	0	13	54	46	0	0	54
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II	0	3	1	0	4	0	75	25	0	22
	Arboricultura I	2	2	0	0	2	100	100	0	0	9
	Arboricultura II	1	5	2	0	7	14	71	29	0	32
	Culturas Arvenses I	0	1	0	0	1	0	100	0	0	5
	Culturas Arvenses II	0	4	1	0	5	0	80	20	0	22
	Economia Agrícola I	7	5	0	0	12	58	42	0	0	46
	Fertilidade do Solo e Fertilização	2	8	0	0	10	20	80	0	0	71
	Fisiologia e Nutrição Vegetal	2	10	1	0	13	15	77	8	0	52
	Genética	0	0	1	0	1	0	0	100	0	4
	Informática	8	4	0	0	12	67	33	0	0	60
	Protecção Integrada	1	9	1	0	11	9	82	9	0	44
	Protecção Vegetal	12	6	2	0	20	60	30	10	0	80
3	Culturas Protegidas	9	7	3	0	19	47	37	16	0	59
	Economia Agrícola II	11	12	2	0	25	44	48	8	0	76
	Extensão e Desenvolvimento Rural	0	1	0	0	1	0	100	0	0	3
	Fruticultura e Olivicultura	0	1	1	0	2	0	50	50	0	6
	Horticultura Geral	2	13	1	0	16	13	81	6	0	47
	Instalações e Equipamentos	13	4	0	0	17	76	24	0	0	46
	Olericultura	0	8	1	0	9	0	89	11	0	27
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola	10	3	0	0	13	77	23	0	0	35
	Pastagens	2	9	3	0	14	14	64	21	0	39
	Produção Animal	7	9	0	0	16	44	56	0	0	47
	Protecção integrada das Culturas I	9	4	0	0	13	69	31	0	0	39
	Protecção integrada das Culturas II	6	3	1	0	10	60	30	10	0	29
	Seminário	0	7	12	0	21	0	33	57	0	72
	Técnicas de Regadio	9	6	0	0	15	60	40	0	0	68
	Viticultura	2	0	0	0	2	100	0	0	0	6

4	Agricultura Biológica	1	13	3	0	17	6	76	18	0	57
	Agricultura Tropical	0	5	1	0	6	0	83	17	0	67
	Conservação do Solo e da Água	0	1	0	0	1	0	100	0	0	20
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente	8	7	9	0	24	33	29	38	0	86
	Hidráulica	6	6	1	0	13	46	46	8	0	38
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola	0	1	0	0	1	0	100	0	0	50
	Instalações e Equipamentos Agro-Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Integração Europeia	3	3	1	0	7	43	43	14	0	70
	Melhoramento Vegetal	1	0	0	0	1	100	0	0	0	4
	Métodos Estatísticos e Delinamento Experimental	2	6	2	0	10	20	60	20	0	
	Modelação Matemática e Programação	4	3	0	0	7	57	43	0	0	35
	Paisagismo	13	6	2	0	21	62	29	10	0	78
	Patologia Vegetal	3	5	0	0	8	38	63	0	0	57
	Pequenos Frutos	0	2	2	0	4	0	50	50	0	29
	Plantas Aromáticas e Medicinais	0	3	1	0	4	0	75	25	0	24
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	1	6	0	0	7	14	86	0	0	23
	Sistemas de Informação Geográfica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas	4	7	6	0	17	24	41	35	0	52
	Tecnologia do Azeite	1	0	1	0	2	50	0	50	0	17
	Tecnologia do Frio Industrial	1	0	0	0	1	100	0	0	0	20
	Tecnologia dos Produtos Vegetais	2	6	1	0	9	22	67	11	0	30
	Termodinâmica	2	3	1	0	6	33	50	17	0	21
	Turismo em Espaço Rural	3	5	1	0	9	33	56	11	0	36
5	Agricultura Sustentável	6	6	1	0	13	46	46	8	0	39
	Enologia	4	6	0	0	10	40	60	0	0	40
	Gestão e Controlo de Qualidade	9	5	1	0	15	60	33	7	0	58
	Mercados, Comercialização e Marketing	2	5	5	0	12	17	42	42	0	36
	Ordenamento do Espaço Rural	7	16	2	0	25	28	64	8	0	89
	Projectos de Investimento e Modernização	8	9	0	0	17	47	53	0	0	63

18.5 Docentes que ministram as disciplinas

No quadro seguinte apresenta-se o número, formação e categoria do pessoal docente, por disciplina.

Os elementos de caracterização dos docentes com responsabilidades na leccionação de disciplina do Curso em análise encontram-se no Anexo XIII.

Quadro 18.15. Formação e categoria do pessoal docente (BAC- Bacharel; LIC - licenciado; MES- Mestre; DOU- doutorado).

Ano	Categoria Formação Disciplina	Enc. de trab./ Técnico Superior		Assistentes 1º Triênio		Assistentes 2º triênio		Prof. Adjuntos			Prof. Coor.	Total
		LIC	BAC	MES	LIC	MES	LIC	DOU	MES	LIC	DOU	
1	Actividades Agrícolas	5	1						1*			7
	Biologia Celular								3		1*	4
	Botânica								3*			3
	Estatística			1		1*			1			3
	Física Ambiental			1	1		1					3
	Inglês								1*			1
	Matemática				1				1*			2
	Microbiologia	1							2*			3
	Motores e Tractores				2				1*			3
	Química Analítica						1		1*			2
	Química Orgânica						1		1		1*	3
	Solos				1		1		1*			3
2	Topografia Geral				2				1*			3
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas I								1*			1
	Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas II								1*			1
	Arboricultura I	1							1*			2
	Arboricultura II								1*			1
	Culturas Arvenses I								1*			1
	Culturas Arvenses II								3*			3
	Economia Agrícola I			1						1*		2
	Fertilidade do Solo e Fertilização								1*			1
	Fisiologia e Nutrição Vegetal								1		2*	3
	Genética				1				1		1*	3
	Informática				1				2*			3
3	Protecção Integrada								1*			1
	Protecção Vegetal								1*		1	2
	Culturas Protegidas								1*			1
	Economia Agrícola II			1					1	1*		3
	Extensão e Desenvolvimento Rural				1						1*	2
	Fruticultura e Olivicultura		1						2*			3
	Horticultura Geral								1*			1
	Instalações e Equipamentos				2				1*			3
	Olericultura								1*			1
	Organização e Gestão da Empresa Agrícola			1		1			1*			3
	Pastagens								2*			2
	Produção Animal			1					1		1*	3
	Protecção integrada das Culturas I										1*	1
	Protecção integrada das Culturas II										1*	1
	Seminário				1				1*		1	3
	Técnicas de Regadio				1				1*			2
	Viticultura								2*			2

4	Agricultura Biológica								1*			1
	Agricultura Tropical								1*			1
	Conservação do Solo e da Água			1					1*			2
	Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente								3*		1	4
	Entomologia Agrícola								1*			1
	Hidráulica								1*			1
	Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola	1	1						2*			4
	Instalações e Equipamentos Agro-Industriais								1*			1
	Integração Europeia									1*		1
	Investigação Operacional					1*						1
	Melhoramento Vegetal								1*		2	3
	Métodos Estatísticos e Delimitação Experimental					1			2*			3
	Modelação Matemática e Programação				1	1*						2
	Paisagismo				1				1*			2
	Patologia Vegetal										1*	1
	Pequenos Frutos								2*		1	3
	Plantas Aromáticas e Medicinais								1*			1
	Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas								2*			2
	Sistemas de Informação Geográfica				1				1*			2
	Tecnologia da Conservação de Forragens								1*			1
	Tecnologias de Multiplicação de Plantas			1					1		1*	3
	Tecnologia do Azeite								1*			1
	Tecnologia dos Produtos Vegetais								1*			1
	Termodinâmica				1*							1
	Turismo em Espaço Rural								1*			1
5	Agricultura Sustentável								1*			1
	Enologia								2*			2
	Gestão e Controlo de Qualidade				1			1	2*			4
	Herbologia										1*	1
	Mercados, Comercialização e Marketing			1					1*			2
	Ordenamento do Espaço Rural		1					1*				2
	Plantas Ornamentais	1							1*			2
	Projectos de Investimento e Modernização										1*	1
	TOTAL	9	4	9	19	5	4	2	80	3	19	154

* Coordenador da equipa docente

Verifica-se que a leccionação de 25% das disciplinas envolve a participação de doutorados. As disciplinas que são leccionadas por docentes com o grau de mestre ou superior correspondem a cerca de 97% do total.

18.6 Seminário

O *Seminário* consiste na realização de um trabalho individual elaborado e apresentado no âmbito das temáticas abordadas no Curso. Este é baseado numa pesquisa bibliográfica, podendo ser complementado por uma componente prática. O Seminário tem por objectivo permitir a integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do 1º Ciclo do Curso,

valorizando e enquadrando as diversas temáticas leccionadas. Permite ainda o contacto com as empresas e instituições na perspectiva de integração profissional. Toda a regulamentação acerca do Seminário encontra-se descrita no Regulamento Interno da ESACB. No âmbito da unidade curricular é organizado um módulo inicial onde são abordados os conceitos, métodos e instrumentos de base da realização e comunicação de informação. O docente responsável pela disciplina realiza um acompanhamento semanal da evolução dos trabalhos dos alunos.

18.7 Estágio

O *Trabalho de Fim de Curso*, também designado por *Estágio*, é um trabalho individual sobre um tema relacionado com a formação conferida pelo Curso que o aluno frequenta e realizado na fase terminal do Curso. O Estágio tem por *objectivo* o aprofundamento dos conhecimentos previamente adquiridos, preparando e desenvolvendo a capacidade do aluno para a realização de tarefas próprias da especialidade que seguiu, habilitando-o para o exercício da actividade profissional. Toda a regulamentação sobre o estágio encontra-se descrita no Regulamento Interno da ESACB. A *Orientação do Estágio* é da responsabilidade de um docente da ESACB proposto pelo aluno ou designado pela Comissão de Estágios. O(s) Orientador(es) do Estágio têm como função colaborar com o aluno na definição e elaboração do plano de Estágio, orientar o aluno e providenciar suficiente acompanhamento dos trabalhos inicialmente definidos. A *prova de avaliação* tem lugar em data marcada pela Comissão de Estágios, durante todo o ano lectivo, com excepção do período entre 15 de Julho e 1 de Setembro. Esta prova compreende uma exposição do trabalho realizado e um período de discussão com o aluno, sendo-lhe dada a possibilidade de responder às questões e críticas formuladas.

Durante os anos lectivos em análise, foram realizados 47 estágios de licenciatura, um em 1999/00, 17 em 2000/01 e 29 em 2001/02. Oito destes estágios tiveram a parte experimental realizada na ESACB, 13 nas Direcções Regionais de Agricultura, 11 em Institutos de Investigação nacionais e estrangeiros e 10 efectivaram-se em empresas públicas e privadas nacionais.

No que diz respeito ao tempo de duração 8 decorreram com a duração de 6 meses, período considerado aceitável para a maioria dos ensaios desenvolvidos nas áreas agrícolas, 29 decorreram com uma duração superior a 6 meses e inferior a 12 meses e 11 uma duração igual ou superior a 12 meses.

A maioria dos ensaios realizaram-se no período estival, por se tratar de um período em que as explorações agrícolas de ar livre se encontram em plena actividade.

As classificações obtidas nos trabalhos de estágio foram todas superiores a 13 valores. Destaca-se a obtenção de uma nota de 20 valores, 7 notas de 19 valores e 11 notas de 18 valores.

Os títulos dos trabalhos de fim de Curso terminados no período compreendido entre 1999 e 2002, bem como a descrição da sua duração encontram-se resumidos no Anexo XII.

19. ACTIVIDADES ASSOCIADAS AO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Entre as actividades associadas ao funcionamento do curso destacam-se as actividades de investigação desenvolvidas por docentes da ESACB que estão directamente relacionadas com matérias de inovação para a produção agrícola e, por isso, com aspectos actuais no âmbito do curso em análise. Assim, discriminam-se, com base nos projectos já referidos no ponto 11.3, os projectos de investigação directamente relacionados com o curso, bem como os docentes envolvidos:

Influência das Técnicas de Não-Mobilização na Produção do Olival e Evolução da Flora Espontânea (1986-); João Pedro Martins da Luz (ESACB);

Optimização das Operações de Pós-Colheita para um aumento de Rentabilidade na Comercialização de Cerejas (1997-2000); Maria de Lurdes Carvalho; Maria de Fátima Pratas Peres; Maria Filomena Pinto da Rocha e Valdemar Osório e Castro; Programa PAMAF– IED (projecto nº 6006).

O olival de azeitona Galega, Bical e Cordovil na parte Sul do distrito de Castelo Branco – Seleção de morfotipos, caracterização isoenzimática e qualidade dos azeites elementares (1997-2000); Maria de Fátima Peres, Luís Henriques, Carlos Reis, Armando Ferreira, Maria Paula Simões, Maria Filomena Pinto da Rocha, Valdemar Castro, José Coutinho e Maria da Conceição Vitorino; Programa PAMAF – IED (projecto nº 6025).

Uso de resíduos orgânicos na melhoria dos solos agrícolas sujeitos a diferentes sistemas de mobilização (1995-1999); João Paulo Baptista Carneiro, Paulo Pires Águas, Pedro Sousa Lopes; Programa PAMAF I&D (projecto nº 4048).

Frutificación del olivo (1995-2000); António Santos Ramos; Programa CICYT (projecto AGF95-0374).

Utilização sustentável de águas residuais e resíduos orgânicos (1997-2000); Maria do Carmo Horta Monteiro, João Paulo Baptista Carneiro, José Sarreira Monteiro, Fernanda Delgado de Sousa, Francisco Franco Frazão, Paulo Pires Águas, Pedro Manuel Sousa Lopes; Programa PAMAF I&D (projecto n.º 8064).

Uso eficiente e sustentável da água na agricultura, com integração de tecnologias de rega, da drenagem e da avaliação das necessidades hídricas das culturas (1997-2000); António Canatário Duarte; Programa PRAXIS XXI (projecto nº 33.2/AGR/2306/95).

Caracterização e multiplicação de porta-enxertos tolerantes à doença da tinta (*Phytophthora* spp) e de variedades nacionais de castanheiro. Adaptação e comportamento (1997-2000); José Carlos Dias Duarte Gonçalves (ESACB); Teresa Maria Pita Pegado Rodrigues Coelho, Paula Albuquerque Simões, José Pereira Coutinho; Programa PAMAF (projecto nº6127).

Cultivares de oliveira (*Olea europaea* L.): Características Agronómicas, Adaptação e Tecnologia do Azeite (2000-2002); António Santos Ramos, Maria de Fátima Pratas Peres e Manuel António Martins Silva; Programa PIDDAC (projecto nº 418/2000).

Uso da água na Agricultura: Integração de tecnologias de rega e drenagem com a qualidade da água de rega; (2000-2003); Isabel Castanheira e Silva, Paulo Jorge Castanheira; Programa FCT, Sapiens Proj99 (projecto nº 32847).

Azeites Virgens Loteados de Cultivares do Norte Alentejano - Efeito do Armazenamento na sua Qualidade (2001-2003); Maria de Fátima Pratas Peres e Luís Regalheiro Henriques; Programa PIDDAC (projecto nº 408/01).

Etnobotânica, o uso e a gestão das plantas aromáticas e medicinais e a sua utilização sustentável como contributo para a valorização do meio rural (2001-2004); Fernanda Delgado Sousa, Maria Raquel Bento Rainho Caldeira, Maria da Conceição Lopes Amaro Martins Silva; Programa AGRO da Medida 8, Acção 8.1.(Projecto nº34).

O olival de cultivares tradicionais da Beira Interior - demonstração da influência dos factores agronómicos na produtividade e na qualidade do azeite (2001-2004); Maria de Fátima Pratas Peres, João pedro Martins da Luz, António Maria dos Santos Ramos, José Pereira Ribeiro Coutinho, Luís Fernando Regalheiro Henriques, Maria da Conceição Vitorino; Programa AGRO : Medida 8, Acção 8:1 (projecto nº 91).

Efeitos secundários dos pesticidas sobre ácaros predadores, associados às culturas da macieira e da vinha nas regiões do Entre Douro e Minho e da Beira Interior (2001-2004); Carlos Fernando Duarte Silva; Programa AGRO (Projecto nº 317).

Lepidópteros fitófagos em pomares de pomóideas e de prunóideas na Beira Interior (2001-); José Pereira Ribeiro Coutinho (ESACB).

Estratégia para a Valorização do Azeite da Beira Interior (2002-2004); Maria de Fátima Pratas Peres; Celestino Morais de Almeida e Nuno Caseiro; Programa AGRO (projecto nº 98).

No âmbito das disciplinas específicas do curso em análise, foram realizadas conferências, palestras e visitas de estudo integradas nos conteúdos programáticos que proporcionaram aos alunos uma formação complementar de elevado interesse teórico, técnico e prático. Discriminam-se no Quadro 19.1 as acções efectuadas no triénio analisado.

Quadro 19.1. Ligações com o exterior no apoio à docência.

Disciplina	Ano Lectivo	Visitas	Palestras/Conferências	Aulas
Agricultura Biológica	1999/2000			Colaboração de técnicos da DGDR, AGRO-SANUS, AGROBIO, ARABBI, DGV e URZE/LOURICOOP na leccionação da disciplina
	2000/2001			Colaboração de técnicos da AGRO-SANUS, AGROBIO, ARABBI, BIO ANA e URZE/LOURICOOP na leccionação da disciplina
	2001/2002			Colaboração de técnicos da AGRO-SANUS, AGROBIO, URZE/LOURICOOP /BIOFRADE e SATIVA na leccionação da disciplina
Arboricultura I	1999/2000	Visitas de estudo a explorações na região da Cova da Beira Visitas de estudo a explorações na região da Cova da Beira		
	2000/2001			
	2001/2002		Palestra dada pelo Presidente do Clube de Produtores da Sonae sobre produção e comercialização de frutos em Portugal	
Arboricultura II	1999/2000	Visitas a centrais		

	2000/2001	fruteiras, participação na colheita e acondicionamento de várias frutos, Beirabaga (Pequenos Frutos); LamaçaisFruta; Cooperativa de Fruticultores da Cova da Beira; Quinta da Fadagosa; Quinta das Pedralvas; Alberto Martins Mendes Frutas; entre outros.		
	2001/2002	Visita de estudo a uma central fruteira, participação na colheita e acondicionamento de cereja - Beirabaga (Pequenos Frutos); LamaçaisFruta; Quinta da Fadagosa; Alberto Martins Mendes Frutas; entre outros.		
Culturas Arvenses I	1999/2000	Visita de estudo a uma exploração agrícola na região de Coruche		
	2000/2001			
	2001/2002			
Culturas Arvenses II	1999/2000	Visita de estudo a uma exploração agrícola na região de Coruche		
	2000/2001			
	2001/2002			
Culturas Protegidas	2000/2001	Visita de estudo interdisciplinar à região do Douro e do Minho		
Enologia	2000/2001	Visita de estudo à Adega Cooperativa da Covilhã, à Estação Vitivinícola da Bairrada, ao Centro de Estudos Vitivinícola do Douro e às Caves Raposeira		
	2001/2002	Visita de estudo às Adegas Cooperativas do Fundão e da Covilhã Visita de estudo à Estação Vitivinícola Nacional, em Dois-Portos		
Fisiologia e Nutrição Vegetal	1999/2000			Aula prática sobre métodos laboratoriais para a determinação de trocas gasosas (IRGA) e do estado hídrico das plantas, com a colaboração de

				docentes do Instituto Superior de Agronomia
Fruticultura e Olivicultura	2000/2001	Visita de estudo interdisciplinar à região do Douro e do Minho		
Melhoramento Vegetal	1999/2000	Visita à Estação Nacional de Melhoramento de Plantas (Elvas)		
	2000/2001			
	2001/2002	Visita ao Centro Português de Germoplasma Vegetal.		
Paisagismo	2000/2001	Visita à Estação Nacional de Melhoramento de Plantas (Elvas)	Palestra proferida pelo Prof. Dr. Carlos Pinto Gomes da Universidade de Évora “A Vegetação Natural, na Paisagem Portuguesa”	
	2001/2002		Palestra proferida pela Architecta Paisagista M ^a da Paz Correia Moura – PNSE- “Paisagismo e conservação da natureza”	
Pastagens	2000/2001	Visita à Estação Nacional de Melhoramento de Plantas (Elvas)		
	2001/2002	Visita de estudo à Fertiprado (Vaiamonte)		
Pequenos Frutos	1999/2000	Participação no I Congresso Nacional de Pequenos Frutos, que decorreu na Estação Agronómica Nacional em Oeiras	Dia da Uva de Mesa (2000/05/19)	
	2000/2001	Visita técnica à região de Odemira, e que incluiu a visita à Herdade da Fataca, pertença do INIA, e às maiores explorações e empresas de Pequenos Frutos de Portugal		

	2001/2002	Visita realizada à Beirabaga (Fundão e Alpedrinha)		Aulas leccionadas pelo Eng. Luís Lopes da Fonseca e pelo investigador Eng. Pedro Brás de Oliveira (INIA)
Plantas Aromáticas e Medicinais	2001/2002	Visita de estudo à Empresa Ervital-Plantas aromáticas e medicinais		
Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas	2000/2001		Organização das Jornadas de Fruticultura 2000 Dia do Pêssego (2000/10/11) Dia da Castanha (2000/11/08)	
	2001/2002	Visita de estudo para participação nas IV Jornadas de Fruticultura de Las Vegas del Guadiana		
Protecção Integrada	2000/2001	Visita de estudo interdisciplinar à região do Douro e do Minho		
	2001/2002	Visita de estudo à Associação de Protecção Integrada – APPIZÉZERE Visitas a Explorações agrícolas na Cova da Beira e a Sul da Serra da Gardunha		
Protecção Vegetal	1999/2000	Visita ao Laboratório de Apoio Regional da DRABI		
	2001/2002	Visita a explorações agrícolas em Couço e Mora		Aula prática no Laboratório da DRABI – Alcains
Viticultura	1999/2000			Colaboração do Eng. Nuno Galvão (Adega Cooperativa da Covilhã) numa aula de prova de vinhos

	2000/2001			Colaboração dos Engs. Nuno Galvão (Adega Cooperativa da Covilhã), António Madaleno (Adega Cooperativa do Fundão) e José Luis Marmelo (Adega Cooperativa de Portalegre), na caracterização do “térroir” e na prova de vinhos das respectivas adegas
	2001/2002			Colaboração do Eng. Nuno Galvão (Adega Cooperativa da Covilhã) numa aula de prova de vinhos

No Anexo XI encontram-se discriminadas as publicações directamente relacionadas com o curso de Engenharia de Ciências Agrárias - Ramo Agrícola. Do conjunto das publicações indicadas no Quadro 11.2, podemos dizer que aproximadamente 23,9 % se ligam directamente com o Ramo Agrícola.

20. DESENVOLVIMENTO SEQUENCIAL DO CURSO

A formação proposta pela licenciatura bi-etápica em Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola é orientada para o planeamento agrícola, bem como para a promoção da modernidade e desenvolvimento rural sustentáveis, tanto a nível regional como nacional, pressupondo o crescimento da produtividade baseada nas técnicas culturais mais eficazes e adequadas. A maior parte das unidades curriculares do âmbito da produção agrícola têm que ser leccionadas no 1.º ciclo, reservando-se para a composição do 2.º ciclo as áreas complementares como sejam as tecnologias alimentares, economia, planeamento e mercados. Além disso, no 2.º ciclo da licenciatura, foi conferido ao curso um cariz bastante forte de protecção do ambiente e da paisagem que, aliás, já tinha sido iniciado no 1.º ciclo com diversas unidades curriculares nessa temática, como por exemplo: Agricultura Biológica; Paisagismo; Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas; Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente; Agricultura Sustentável; Ordenamento do Espaço Rural; além da optativa, Turismo em Espaço Rural.

No 2.º ciclo são oferecidas cinco unidades curriculares optativas de entre um leque de 20, as quais têm funcionado numa percentagem bastante elevada. O aparecimento de várias unidades curriculares optativas permite aos alunos personalizarem o seu curso de acordo com os interesses que manifestam, principalmente pelo elevado número de trabalhadores-estudantes a frequentar o 2.º ciclo.

Aos diplomados que terminam o 2º ciclo, a ESACB possibilita formação pós-graduada através da frequência do curso de mestrado em Gestão e Conservação da Natureza. Este curso decorre do protocolo de colaboração entre a ESACB e a Universidade dos Açores. A Escola é responsável pela organização e gestão do curso, bem como participa na sua comissão científica. A parte curricular é ministrada na ESACB com recurso aos seus doutorados envolvendo também outros especialistas convidados.

21. RECURSOS AFECTOS AO CURSO

21.1 Espaços

Para o desenvolvimento do Curso de Licenciatura em Engenharia de Ciências Agrárias, ramo Agrícola, a ESACB dispõe de um conjunto de espaços que abrangem salas de aula, auditórios, oficinas, laboratórios e espaços específicos como pomares e estufas.

Alguns destes espaços são comuns aos restantes cursos leccionados na Escola, enquanto que outros são, predominantemente, utilizados pelos alunos do Curso de Engenharia de Ciências Agrárias, Ramo Agrícola.

A caracterização dos espaços e instalações foi realizada anteriormente e é apresentada no Anexo III.

Os alunos dispõem de uma biblioteca onde, para além da consulta e requisição de livros e outras obras, têm a possibilidade de consulta de bases de dados e de acesso à Internet. A caracterização dos Serviços de Documentação e Biblioteca encontra-se no Anexo IV.

Nos Quadros 21.1 a 21.5 discrimina-se para cada disciplina, na componente prática e teórico-prática, a sala onde decorreu, bem como o índice de ocupação, calculado com base na relação entre n.º de alunos por turma/n.º de lugares disponíveis.

Quadro 21.1. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 1º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.

Disciplinas	Turma	Alunos inscritos	Alunos presentes	Sala	Índice de ocupação (%)	
					inscritos	presentes
1º Ano - 1º Semestre						
Biologia Celular	1	13	8	LB	65	40
	2	13	8	LB	65	40
Estatística	1	34	-	110	106	-
	2	34	-	112	85	-
	3	35	-	110	109	-
Física Ambiental	1	11	5	4	26	12
	2	12	5	93	29	12
Química Orgânica	1	17	13	145	35	27
	2	17	13	145	35	27
	3	18	14	145	38	29
Matemática	1	17	-	2	49	-
	2	18	-	98	41	-
Motores e Tratores	1	20	-	SM	59	-
	2	21	-	SM	62	-
	3	21	-	SM	62	-
1º Ano - 2º Semestre						
Actividades Agrícolas	1	16	10	Campo	-	-
Botânica	1	26	14	LB	130	70
Inglês	1	19	11	98	43	25
	2	19	11	98	43	25
Microbiologia	1	48	-	LM	240	-
Química analítica	1	50	25	145	104	52
Solos	1	30	-	LS	200	-
Topografia Geral	1	45	-	SD	180	-

Quadro 21.2. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 2º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.

Disciplinas	Turma	Alunos inscritos	Alunos presentes	Índice de ocupação (%)		
				Sala	inscritos	presentes
2º ano – 1º semestre						
Agric. Geral e Máquinas Agrícolas I	1	13	11	4	31	26
	2	13	12	1	31	29
Arboricultura I	1	15	-	93	36	-
	2	15	-	96	33	-
Culturas Arvenses I	1	12	10	97	24	20
	2	12	10	97	24	20
Fertilidade do Solo e Fertilização	1	12	-	4	29	-
	2	12	-	93	29	-
Fisiologia e Nutrição vegetal	1	15	12	96	33	26
	2	15	12	96	33	26
Protecção Vegetal	1	18	12	LP	90	60
	2	18	12	LP	90	60
2º Ano – 2º Semestre						
Agric. Geral e Máquinas Agrícolas II	1	25	22	93	60	52
Arboricultura II	1	29	20	96	63	43
Culturas Arvenses II	1	25	21	96	54	46
Economia Agrícola I	1	39	35	A5	33	30
Informática	1	30	25	C116	94	78
Genética	1	27	20	92	45	33
Protecção Integrada	1	34	23	LP	170	115

Quadro 21.3. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 3º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.

Disciplinas	Turma	Alunos inscritos	Alunos presentes	Índice de ocupação (%)		
				Sala	inscritos	presentes
3º ano - 1º Semestre						
Economia Agrícola II	1	20	17	3	50	43
	2	21	18	110	66	56
Extensão e Desenv. Rural	1	19	16	4	45	38
	2	20	17	92	33	28
Fruticultura e Olivicultura	1	36	31	4	86	74
Horticultura Geral	1	34	32	112	85	80
Instalações e Equipamentos	1	19	12	2	54	34
	2	20	13	98	45	30
Pastagens	1	20	14	Lab2	100	70
	2	21	14	Lab2	105	70
Produção Animal	1	19	-	3	48	-
	2	19	-	5	48	-
Protecção Integrada das Culturas I	1	35	29	94	70	58
3º Ano - 2º Semestre						
Culturas Protegidas	1	21	-	112	53	-
	2	22	-	97	44	-
Olericultura	1	18	16	112	45	40
	2	19	17	112	48	43
Organização e Gestão da Emp. Agríc.	1	22	7	C118	92	29
	2	23	8	C118	96	33
Protecção Integrada das Culturas II	1	37	33	94	74	66
Técnicas de Regadio	1	22	10	93	52	24
	2	23	10	97	46	20
Viticultura	1	-	28	94	-	56
Seminário	1	59	27	94	118	54

Quadro 21.4. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 4º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.

Disciplinas	Turma	Alunos inscritos	Alunos presentes	Sala	Índice de ocupação (%)	
					inscritos	presentes
4º Ano - 1º Semestre						
Agricultura Biológica	1	27	10	94	54	20
	2	27	10	94	54	20
Modelação Matemática e Programação	1	57	15	C113	178	47
	2	58	15	C116	181	47
Paisagismo	1	33	11	112	83	28
	2	33	11	147	66	22
Produção Integ. Pomóideas e Prunóideas	1	30	12	Lab1	100	40
	2	30	13	Lab1	100	43
Termodinâmica	1	-	-	2	-	-
	2	-	-	5	-	-
Integração europeia	1	15	-	1	36	-
Tecnologia do Azeite	1	10	10	145	21	21
Sistemas de Informação Geográfica	1	10	4	C113	31	13
Plantas Aromáticas e Medicinais	1	29	14	2	83	40
Tecnologia de Multiplicação de Plantas	1	47	-	Lab1	157	-
4º Ano - 2º Semestre						
Ecologia da Produção e Prot. do Ambiente	1	36	14	93	86	33
	2	36	14	93	86	33
Hidráulica	1	43	14	94	86	28
	2	43	14	96	93	30
Melhoramento Vegetal	1	34	12	93	81	29
	2	34	13	94	68	26
Mét. Estatísticos e Delineam. Experimental	1	47	16	C113	147	50
	2	47	16	C117	147	50
Tecnologia dos Produtos Vegetais	1	39	15	145	81	31
	2	40	16	145	83	33
Turismo em Espaço Rural	1	40	30	A3	44	33
Pequenos Frutos	1	27	10	1	64	24
Patologia Vegetal	1	13	9	2	37	26
Instalações e Equipam. Agro-Industriais	1	3	1	3	8	3
Agricultura Tropical	1	15	4	112	38	10
Conservação do Solo e da Água	1	10	-	A3	11	-

Quadro 21.5. Índice de ocupação dos espaços utilizado para aulas práticas e teórico-práticas no 5º ano do Curso de Engenharias das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola durante o ano lectivo 2001-2002.

Disciplinas	Turma	Alunos inscritos	Alunos presentes	Índice de ocupação (%)		
				Sala	inscritos	presentes
5º Ano – 1º Semestre						
Agricultura Sustentável	1	40	30	96	87	65
Gestão e Controlo da Qualidade	1	41	27	LH	256	169
Mercados Comercialização e Marketing	1	39	30	92	65	50
Ordenamento do Espaço Rural	1	40	35	SD	160	140
Projectos de Investimento e Modernização	1	47	25	112	118	63
Enologia	1	34	17	145	71	35

21.2 Equipamentos

À semelhança do que acontece em relação aos espaços físicos, também muitos dos equipamentos de que a ESACB dispõe para garantir o adequado funcionamento do Curso de Licenciatura em Engenharia de Ciências Agrárias - Ramo Agrícola são comuns a outros cursos leccionados na Escola.

No Anexos VI e VII foi apresentada a lista dos vários equipamentos, quer o equipamento específico deste Curso, quer o comum a outros, agrupados pelos departamentos e sectores aos quais se encontram afectos.

21.3 Recursos Humanos

21.3.1 Docentes

A descrição do pessoal docente afecto ao curso, em lista nominal, apresenta-se no Anexo XIII, onde são referidos os seguintes elementos:

a) de natureza pessoal:

- idade;
- habilitações académicas;

b) de natureza funcional:

- regime em que presta serviço;
- categoria docente;
- tempo de serviço docente no ensino superior;

- tempo de serviço na categoria
- unidades curriculares que ministra na Escola e correspondente número de horas lectivas semanais;
- outros cargos ou funções que exerce na Escola;
- outras actividades exercidas em regime cumulativo.

21.3.2. Pessoal não docente

Nos Quadros 21.6 e 21.7 caracteriza-se o número de funcionários não docentes da ESACB afectos ao Curso de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola

Quadro 21.6. Pessoal não docente da ESACB, afecto ao curso de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola, com e sem formação superior.

	2000	2001	2002
Licenciados	1	2	2
Bacharéis	2	2	2
Sem formação superior	5	5	5
Total	8	9	9

Quadro 21.7. Pessoal não docente da ESACB afecto ao curso de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola, agrupado por categorias.

Carreira	2000	2001	2002
Técnica Superior		1	1
Técnica	2	2	2
Técnica Profissional	1	1	1
Operário	3	3	3
Tractorista	2	2	2
Total	8	9	9

No Anexo XIV encontram-se os dados relativos ao pessoal não docente.

22. PROCURA DO CURSO

A procura do curso tem vindo a diminuir ao longo dos anos lectivos em análise, em concordância com o que se tem verificado na maioria dos curso do ensino superior.

Nos Quadros 22.1 a 22.10 apresentam-se os indicadores da procura do curso.

Quadro 22.1. O número de candidatos ao Curso na 1ª e 2ª Fase

Anos		N.º Candidaturas	Nº Colocados	Nº Matriculados	1ª opção	2ª opção	3ª opção	4ª opção	5ª opção	6ª opção
1999/00	1ª fase	239	60	57	37	13	4	2	2	2
	2ª fase	149	17		10	3	2	0	0	2
2000/01	1ª fase	144	30	43	21	0	4	1	3	1
	2ª fase	81	23		8	10	2	2	1	0
2001/02	1ª fase	61	8	11	3	1	2	1	0	1
	2ª fase	48	4		3	0	1	0	0	0

Quadro 22.2. Números *clausus* fixados e número de ingressos.

Anos	Números Clausus	Nº de Ingressos
1999/00	60	53
2000/01	60	43
2001/02	60	11

Quadro 22.3. Etapa Colocação (Contingente) - 1999/2000 (1ª fase).

	Etapa colocação	Candidatos	%	Colocados	%	Nota
4	Açores Outros 1	3	1	2	3	90.8
8	Madeira Outros	6	3	2	3	121.7
12	Emigrantes	3	1	1	2	112.7
13	Militares	2	1	1	2	93
14	Prefª Regional 1	27	11	7	12	86.2
17	Geral	239		47	78	97.1
	Total	280		60		

Quadro 22.4. Etapa Colocação (Contingente) - 1999/2000 (2ª fase).

Etapa colocação		Candidatos	%	Colocados	%	Nota
17	Geral	149	100	17	100	107.3
Total		149		17		

Quadro 22.5. Etapa Colocação (Contingente) -2000/2001 (1ª fase).

Etapa colocação		Candidatos	%	Colocados	%	Nota
4	Açores Outros 1	1	1	0	0	
8	Madeira Outros	4	3	0	0	
12	Emigrantes	1	1	0	0	
13	Militares	1	1	1	3	115.3
14	Prefª Regional 1	27	19	9	30	90.8
17	Geral	144		20	67	93.6
Total		178		30		

Quadro 22.6. Etapa Colocação (Contingente) - 2000/2001 (2ª fase).

Etapa colocação		Candidatos	%	Colocados	%	Nota
17	Geral	81	100	23	100	91.5
Total		81		23		

Quadro 22.7. Etapa Colocação (Contingente) -2001/2002.

Etapa colocação		Candidatos	%	Colocados	%	Nota
4	Açores Outros 1	1	2	1	13	114.1
8	Madeira Outros	1	2	0	0	
14	Prefª Regional 1	8	13	0	0	
17	Geral	61	100	7	88	106.7
Total		71		8		

Quadro 22.8. Etapa Colocação (Contingente) - 2001/2002 (2ª fase).

Etapa colocação		Candidatos	%	Colocados	%	Nota
17	Geral	48	100	4	100	89.9
Total		48		4		

Quadro 22.9. Tipo de curso de 12º ano (15 mais frequentes) 1999/2000.

Tipo de curso 12 ano	1ª fase				2ª fase			
	Candidaturas	%	Colocações	%	Candidaturas	%	Colocações	%
Agrupamento 1 / geral	96	40	20	33	62	42	8	47
Agrupamento 3 / geral					1	1	1	6
Ensino Secundário recorrente	31	13	13	22	10	7	1	6
1º Curso (via de ensino)	16	7	0	0	16	11	0	0
2º curso (via de ensino)					1	1	0	0
3º curso (via de ensino)	5	2	1	2	3	2	0	0
Emigrantes	3	1	1	2				
Técnico-profissionais								
P436 – Técnico de gestão agrícola	29	12	11	18	22	15	6	35
P432 – Técnico de viticultura e enologia	10	4	5	8	6	4	0	0
P349 – Técnico de gestão equina	7	3	1	2	4	3	0	0
P334 – Técnico de produção vegetal	7	3	0	0	5	3	0	0
P747 – Técnico de gestão agrícola	6	3	4	7	3	2	0	0
P316 – Técnico de controlo de qualidade	5	2	2	3				
P550 – Técnico de indústrias agro-alimentares	4	2	1	2				
P338 – Técnico de vitivinicultura	2	1	1	2				
P353 – Técnico de gestão do ambiente	2	1	0	0				
T105 – Técnico de agro-pecuária	1	0	0	0				
P332 – Técnico de produção animal					4	3	0	0
P350 – Técnico de gestão cinegética					1	1	1	6
P434 – Técnico de construção civil					1	1	0	0
Técnico-profissionais (Total)	(73)	(31)	(25)	(42)	(46)	(32)	(7)	(41)

Quadro 22.10. Tipo de curso de 12º ano (15 mais frequentes) 2000/2001.

Tipo de curso 12 ano	1ª fase				2ª fase			
	Candidaturas	%	Colocações	%	Candidaturas	%	Colocações	%
Agrupamento 1 / geral	99	69	18	60	62	77	15	65
Agrupamento 1 / electrotecnia	2	1	1	3				
Agrupamento 1 / química	1	1	1	3				
Agrupamento 2 / geral					1	1	1	4
Agrupamento 3 / geral	3	2	2	7				
Ensino Secundário recorrente	21	15	3	10	6	7	0	0
Ens. Sec. Recorrente privado e coop.	1	1	0	0				
1º Curso (via de ensino)	7	5	2	7	5	6	2	9
3º curso (via de ensino)	1	1	0	0	2	2	1	4
Emigrantes	1	1	0	0				
Técnico-profissionais								
P436 - Técnico de gestão agrícola	3	2	1	3	1	1	1	4
P349 - Técnico de gestão equina					1	1	0	0
P334 - Técnico de produção vegetal					1	1	1	4
P550 – Técnico de indústrias agro-alimentares	1	1	0	0				
P353 - Técnico de gestão do ambiente					1	1	1	4
T105 - Técnico de agro-pecuária	1	1	1	3	1	1	1	4
P350 - Técnico de gestão cinegética	2	1	0	0				
Técnico-profissionais (Total)	(7)	(5)	(2)	(6)	(5)	(5)	(4)	(16)

Quadro 22.11. Tipo de curso de 12º ano (15 mais frequentes) 2001/2002.

Tipo de curso 12º ano	1ª fase				2ª fase			
	Candidaturas	%	Colocações	%	Candidaturas	%	Colocações	%
Agrupamento 1 / geral	40	66	5	63	22	46	1	25
Agrupamento 1 / química	1	2	0	0				
Agrupamento 3 / administração					1	2	1	25
Ensino Secundário recorrente	15	25	2	25	19	40	2	50
1º Curso (via de ensino)					2	4	0	0
Técnico-profissionais								
P436 – Técnico de gestão agrícola	2	3	1	13				
P747 – Técnico de gestão agrícola	1	2	0	0	1	2	0	0
P550 – Técnico de indústrias agro-alimentares					1	2	0	0
T105 – Técnico de agro-pecuária					1	2	0	0
P750 – Técnico de gestão pecuária					1	2	0	0
P333 – Técnico de produção animal/transf	1	2	0	0				
P350 – Técnico de gestão cingética	1	2	0	0				
Técnico-profissionais (Total)	(5)	(9)	(1)	(13)	(4)	(8)	(0)	(0)

O número de candidatos decresceu substancialmente no último ano em análise, tendo sido generalizado para todos os cursos relacionados com o ensino Agro-pecuário, mas mais acentuado no curso de Engenharia de Ciências Agrárias – Ramo Agrícola. No período em análise o *números clausus* nunca foi preenchido tendo vindo a decrescer o número de alunos colocados. Este aspecto levou ao estudo de uma estratégia diferente em termos de oferta para os alunos e para o mercado de trabalho, tendo resultado na reformulação do curso para o que existe actualmente.

A preferência regional verificou-se em todos os anos mas nunca foi superior a 27% (1999/00).

No ano 1999 verificou-se que aproximadamente 40% dos alunos colocados, tanto na 1ª fase como na 2ª fase, provinham do ensino técnico-profissional nas suas múltiplas vertentes. Essa situação altera-se para uma percentagem muito mais baixa nos anos 2000/2001 e 2001/2002, predominado o ensino secundário-geral e depois o ensino secundário recorrente.

23. INDICADORES DE SUCESSO EDUCATIVO NO CURSO, NO MESMO HORIZONTE TEMPORAL

23.1 Regimes de conclusão de curso e cálculo da classificação final

O número de diplomados apresentam-se no Quadro 23.1.

Quadro 23.1. Número de diplomados nos anos em análise.

Ano Lectivo	N.º de Diplomados Bacharelato	N.º de Diplomados Licenciatura
1999/00	40	1
2000/01	28	17
2001/02	27	30*

* até 31 de Julho de 2002

A classificação final do grau de Bacharel é obtida pela média aritmética das classificações alcançadas na totalidade das unidades curriculares que integram o plano de estudos do primeiro ciclo, arredondada às unidades.

A classificação final do segundo ciclo da Licenciatura é obtido pela média ponderada das classificações alcançadas na totalidade das unidades curriculares que integram o plano de estudos do segundo ciclo, arredondada às unidades. Os coeficientes de ponderação das unidades curriculares são os seguintes:

- média aritmética de todas as disciplinas do 7º, 8º e 9º semestres - peso 3;
- classificação do estágio final – peso 1.

A classificação final do grau de Licenciado é a resultante do cálculo da expressão seguinte, arredondada às unidades:

$$\text{Classificação final} = \frac{3P + 2S}{5}$$

em que:

P é a classificação final do grau de Bacharel;

S é a classificação final do segundo ciclo da Licenciatura.

Os graus académicos de bacharel e licenciado obtidos na ESACB certificam-se por carta de curso.

23.2 Tempo para a conclusão do curso

Quadro 23.2. Número de anos para conclusão do curso (BAC e LIC).

Ano escolar	N.º de anos até à conclusão	Bacharelato (n=3)	Licenciatura (n=2)
1999/00	n	15	1
	n+1	10	0
	n+2	8	0
	>n+2	7	0
2000/01	n	16	5
	n+1	7	12
	n+2	1	0
	>n+2	4	0
2001/02	n	19	22
	n+1	5	8
	n+2	1	0
	>n+2	2	0

Tendo a licenciatura em análise início no ano lectivo de 1998/99 a maioria dos alunos que se licenciou neste triénio são alunos que, por obrigatoriedade em termos de transição tiveram que efectuar dois estágios curriculares, um para terminar o bacharelato e outro para terminar a licenciatura. Como anteriormente referido (ponto 18.2.2) a duração do estágio ao ser, por vezes, foi superior a um ano, levou a que estes alunos apresentassem um período de tempo para conclusão do curso superior a qualquer outro que tenha entrado por reingresso ou directamente após ter entrado na licenciatura actual, como é o caso dos alunos que terminarão no ano lectivo de 2002/03.

No ano lectivo 2001/02 verificou-se que a maioria dos alunos abrangidos pela reestruturação curricular terminaram a licenciatura. O número de alunos que terminaram a licenciatura em mais do que 2 anos são alunos que, como acontece em muitos casos, têm o estatuto de trabalhadores-estudantes com reduzida disponibilidade para frequência de aulas e de realização de provas de avaliação. No seguimento desta ideia verificou-se que, dos 95 alunos inscritos no 2º ciclo em 1999/00 (Quadro 24.3), só 49% concluíram a licenciatura nos anos de 2000/01e 2001/02.

Pode observar-se pelo quadro 23.2 que a maioria dos alunos termina a fase de bacharelato nos 3 anos lectivos, o que não sucedia antes da existência da licenciatura bi-etéptica o que demonstra que a maioria dos alunos deseja prosseguir os seus estudos de imediato.

Pela análise do quadro 23.3, pode verificar-se que dos alunos inscritos no 3º ano do curso em 1999/00 só 50% obtiveram o grau de bacharel nesse ano e que só 75% se inscreveram na licenciatura, tendo porém obtido o grau de licenciado 73% desses alunos no período de 2 anos considerado ideal. Podemos inferir que, tendo como base os anos em

que se pode fazer o percurso curricular dos alunos que estão a terminar o bacharelato, só 27,5% dos alunos seguem até à obtenção do grau de licenciado num período de 2 anos considerado como ideal.

Quadro 23.3. Alunos inscritos comparando com a obtenção de grau no período em análise

Ano lectivo	3º ano		% Bacharéis	5º ano		% Licenciados
	Inscritos	Grau		Inscritos	Grau	
1999/2000	80	40	50	30	1	3
2000/2001	59	28	47	66	17	26
2001/2002	64	27	42	30	30	100

Destaca-se a conclusão da licenciatura de todos os alunos inscritos no 5º ano, com a maioria dos mesmos (73%) a concluir em 2 anos, o que indicia um excelente comportamento dos alunos para a licenciatura em análise, após 4 anos do início da mesma. A análise da evolução dos alunos que entraram no 1º ano em que teve início a licenciatura (1998/99) só poderá ser efectuada no ano lectivo de 2002/03.

24. FREQUÊNCIA ACTUAL DO CURSO

Relativamente ao ano escolar em curso (2002/2003), os requisitos de ingresso, classificação mínima e máxima dos novos ingressos e o número de alunos inscritos estão apresentados nos quadros 24.1 e 24.2.

a) Requisitos de ingresso no curso

O curso em questão com o código de candidatura 3051/1254, curso reformulado e com a designação de Engenharia das Ciências Agrárias e Ambiente (Bac.+ Lic), apresentou o número de 60 vagas com as provas de ingresso em uma das seguintes disciplinas: Biologia; Matemática ou Química. A classificação mínima fixada para as provas de ingresso seguiu as recomendações do CCISP 97 (Média do secundário: 65% e provas de ingresso: 35%). Incluía ainda, preferência regional de 40% para os distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre.

b) Classificação mínima e máxima dos novos ingressos (regime normal).

Quadro 24.1. Classificações dos ingressados em 2002/03.

Total de Ingressos	Classificação mínima	Classificação máxima
39 (1ª, 2ª e 3ª fases)	84,8*	100,9*

c) Número de alunos inscritos por ano curricular

Actualmente encontram-se matriculados 251 alunos no curso em análise.

Quadro 24.2. Número de alunos inscritos por ano curricular em 2002/03.

Curso	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Engenharia de Ciências Agrárias e Ambiente	62	0	0	0	0
Engenharia de Ciências Agrárias –Ramo Agrícola	0	26	46	56	61

Quadro 24.3. Número de alunos inscritos por ano curricular no horizonte temporal de 1999/00 no curso de Engenharia de Ciências Agrárias –Ramo Agrícola.

Ano Lectivo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
2002/03	62	26	46	56	61
2001/02	41	31	64	73	69
2000/01	73	44	59	84	66
1999/00	85	41	80	95	30

25. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A informação contido neste ponto resulta do estudo que a ESACB tem realizado ao longo dos anos com o intuito de conhecer a inserção profissional dos seus diplomados. Apresenta-se uma breve síntese relativa aos indicadores considerados mais caracterizadores desta problemática.

25.1 Considerações preliminares: expectativa original no respeitante a soluções profissionais no âmbito regional ou nacional

Os dados reportam-se a um curso de Engenharia de Produção, o que significa que o curso foi criado com enquadramento no âmbito mais lato do Ensino Superior Politécnico, para a formação de profissionais competentes, com uma forte componente prática e conhecimentos teóricos necessários à execução de suas tarefas. São fundamentalmente destinado a gestores (por conta própria ou de outrem) de empresas agrícolas de grande ou média dimensão, técnicos de associações e agrupamentos de produtores, de instituições públicas, nomeadamente de Direcções Regionais de Agricultura, e Câmaras Municipais, além da vertente ligada ao ensino técnico-profissional e profissionalizante.

Em face da crise do sector primário nacional, que tem conduzido a dificuldades de viabilidade de uma grande parte das “empresas” agrícolas, acarretando, nomeadamente, problemas de gestão das explorações agrícolas como verdadeiras empresas, resultando reduzido o papel dos técnicos como gestores destas.

Neste contexto, os actuais bacharéis ainda poderão ser vítimas de um efeito negativo decorrente da associação de que são alvo relativamente aos extintos cursos de Regentes Agrícolas. Embora, numa simples apreciação curricular seja evidente a diferença entre aqueles e os actuais Cursos ministrados nos Institutos Politécnicos pelas Escolas Superiores Agrárias, a inexistência de uma categoria própria na função pública, também provoca uma certa instabilidade e dificuldade de afirmação no mercado de trabalho.

25.2 Iniciativa da Escola no processo de inserção dos novos diplomados no mercado de trabalho

A complementar a actividade da UNIVA que funciona em, termos globais, para todas as escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, a Direcção da Escola, a Comissão de Estágios, através dos docentes e alunos representantes de cada Curso, e os docentes da Escola Superior Agrária, em geral, divulgam propostas e ofertas, quer de estágios quer de empregos, que chegam ao seu conhecimento. Também tomam a iniciativa de incentivar e divulgar “*curriculae*” dos recém-diplomados e do Curso, apoiando-os no início da sua nova vida profissional, quer através de aconselhamento e de cedência de bibliografia, quer de conhecimentos técnicos.

Mas, é essencialmente pela inserção dos alunos finalistas em estágios profissionais, que esta iniciativa apresenta melhores resultados. Existem até prémios instituídos para o melhor aluno finalista dos vários Cursos ministrados na Escola, prémios esses atribuídos por várias instituições regionais, como Câmara Municipal de Castelo Branco, Ovibeira (Associação dos Produtores de Ovinos da Beira Baixa), ADIRA (Associação para o Desenvolvimento Integrado da Raia) e a própria ESACB.

25.3 A inserção profissional dos diplomados pela ESACB

Desde que começou a formar os seus primeiros diplomados (1987/88) a ESACB tem vindo a fazer o estudo da sua inserção profissional. Estes estudos têm-se revelado de uma importância significativa para ajudar a compreender a realidade do mercado de trabalho para o qual estão especificamente direccionados os cursos que se ministram. Informações como o tipo de emprego e as funções desempenhadas no emprego, constituem indicadores importantes tanto para o planeamento curricular como para o desenvolvimento dos programas das disciplinas do curso.

Apesar de as informações produzidas pelos estudos mais antigos terem sempre um valor indicativo é, no entanto, a informação mais recente aquela que melhor contributo poderá dar em situações de planeamento da formação, para um futuro próximo. Assim, o presente trabalho irá fundamentalmente ter como base o estudo da inserção profissional dos diplomados pela ESACB no período de 1999 a 2001.

25.3.1 Aspectos metodológicos

Os dados que se apresentam são relativos à inserção profissional dos diplomados pela ESACB durante o período de Julho de 1999 a Julho de 2001. O inquérito foi enviado a todos os ex-alunos que se diplomaram durante o referido período em Engenharia das Ciências Agrárias - Ramo Agrícola, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 48.4% (correspondente a 93 inquéritos enviado dos quais se obtiveram 45 respostas), com distribuição da resposta por género e por grau como se pode observar no Quadro 25.1. De salientar que esta taxa de resposta é bastante satisfatória atendendo à metodologia que se utilizou. Assim, parece-nos que os valores que se apresentam podem ser considerados, com alguma segurança, como indicadores representativos da população a que se referem, e como tal conferem alguma credibilidade às reflexões que sobre eles se possam desenvolver.

Quadro 25.1. Distribuição da taxa de resposta por género

		Taxa de resposta
Género	Feminino	64.4 %
	Masculino	35.6 %
Grau académico	Bacharelato	73,3 %
	Licenciatura	26,7 %

25.3.2. Situação perante o emprego

A população estudantil da ESACB é essencialmente formada por alunos em regime de matrícula e frequência ordinária. Contudo, com a introdução do sistema de licenciaturas bi-etápicas o número de alunos com o estatuto de estudantes trabalhadores aumentou significativamente. Tal facto justifica a considerável percentagem, 38% de diplomados, que referiram que já estavam empregados, ou desenvolviam uma actividade profissional no momento em que ingressaram no curso da ESACB. Durante a parte lectiva cerca de 64.4% dos alunos não tiveram qualquer acção que conduzisse à obtenção de emprego ou actividade profissional.

A situação perante o emprego durante a parte lectiva do curso apenas começa a despertar interesse nos alunos quando estes iniciam o processo de estágio. Esta situação ocorreu em cerca de 37.8% dos casos, e pode ser considerada normal, dado que é nessa altura que surgem as perspectivas de entrada no mercado de trabalho. Daí que os alunos reforcem a sua preocupação de encontrar um emprego na parte terminal do curso. Contudo, ainda nos parece um pouco alta a percentagem de diplomados (35.6%) que esperam o final de curso (fim do estágio) para iniciar as acções de procura de emprego. (Algumas razões para tal facto poderão estar relacionadas com o desejo de alguns diplomados continuarem a carreira académica).

Uma vez terminado o estágio os diplomados encontram-se efectivamente em posse de um documento que os poderá acreditar como técnicos capazes de desempenharem as funções que lhe são atribuídas pela natureza da formação. No quadro 25.2 podemos verificar que, nesta altura um quarto dos diplomados já se encontravam empregados. Porém, e embora os valores do quadro se possam considerar satisfatórios, não podemos deixar de relevar a percentagem de indivíduos que no momento ainda não tinham encontrado o seu primeiro emprego. Um outro aspecto que, de igual modo pensamos merecer a nossa especial atenção, é a falta de referência à criação do próprio emprego. Cremos que este será um dos aspectos a valorizar e, como tal, sugerir particular atenção ao desenho da formação no sentido de ir ao encontro das capacidades que poderão e deverão ser desenvolvidas a fim de potenciar nos diplomados a criação do seu próprio emprego.

Quadro 25.2. Situação perante o emprego após terminar o estágio.

Situação perante o emprego	(%)
Já se encontrava empregado	14,0
Empregou-se no local onde estagiou	10,0
Não procurou emprego	18,1
Ainda não encontrou emprego	22,2
Conseguiu encontrar emprego em 6 meses	15,3
Conseguiu encontrar emprego em 12 meses	6,4
Conseguiu encontrar emprego em mais de 12 meses	2,9
Sem resposta	11,1
Total	100,0

Atendendo a que o período de tempo a que se reporta o estudo é relativamente longo apresentamos, no quadro seguinte a distribuição do emprego no momento actual onde se destaca o valor de 15,6 % de diplomados que ainda se encontram sem emprego.

Quadro 25.3. Situação profissional actual.

Situação profissional actual	(%)
Empregado	46,7
Desempregado	15,6
A trabalhar por conta própria	2,2
Estudar	20,0
Outra	15,6
Total	100,0

Como se pode observar no quadro 3.40, cerca de 41,2% dos diplomados empregados ainda se encontram no seu primeiro emprego, tendo os restantes mudado pelo menos uma vez de emprego. Estas mudanças devem-se, fundamentalmente, ao facto de o primeiro emprego ter sido um contrato a prazo ou à tarefa. Uma outra razão para a mudança de emprego é o desejo dos diplomados tentarem encontrar empregos onde as tarefas a desempenhar estejam relacionadas com o âmbito do curso que tiraram. Assim, de uma forma geral, os diplomados que mudaram de emprego encontram-se a desempenhar funções no sector agrário. Os que respondem de forma indefinida são fundamentalmente diplomados que estão a trabalhar por conta própria.

Quadro 25.4. Distribuição do número do emprego.

Número de emprego	(%)
Primeiro emprego	41,2
Segundo emprego	26,5
Terceiro emprego	2,9
Quarto emprego	5,9
Superior ao quarto	8,8
Indefinida	14,7

N=34

Como seria de esperar, a mobilidade no emprego verificou-se fundamentalmente nos diplomados há mais tempo. Assim, a taxa mais elevada regista-se nos diplomados durante 1999 e 2000.

25.3.3 Caracterização do primeiro emprego

A diversidade de funções que os técnicos diplomados pela ESACB desempenham é bastante abrangente, podendo-se dizer que existem diplomados a exercer actividade profissional em quase todas as áreas do meio rural e agrário. Convém ainda realçar o facto

de todos os casos se reportarem ao desempenho de funções profissionais relacionadas com o sector agrícola.

A distribuição das entidades empregadoras apresenta-se, de alguma maneira, relacionada com a política agrícola que se pretende instalar, privilegiando a iniciativa privada e das organizações dos agricultores em detrimento da intervenção do aparelho do Ministério da Agricultura. Assim as entidades empregadoras são na sua maioria empresas de carácter privado ou cooperativas e associações, aparecendo então num plano imediato o Estado como entidade empregadora (Quadro 25.5).

Quadro 25.5. Entidades empregadoras relacionadas com o sector agrícola.

Entidades empregadoras	(%)
Empresas privadas relacionadas com o sector agrícola	42.3
Organismos e Instituições estatais do sector agrícola	11.5
Associações e organizações de Agricultores	23.1
Outras sem qualquer relação com o sector agrícola	23.1
Total	100,0

N 26

25.3.4 Relação do emprego com o curso

A grande maioria dos casos de primeiro emprego ocorrem em situações em que a actividade desempenhada pelos diplomados está integrada no meio agrícola. Isto é, pode-se dizer que mais de metade dos empregos estão relacionados com o Curso.

Numa abordagem mais específica, tentou-se entender em que medida os conhecimentos conferidos durante o curso eram utilizados pelos diplomados nos seus respectivos empregos. Detectou-se que uma parte bastante significativa dos empregos, embora estando relacionados com o sector agrícola, não se configuram com actividades que recorram à utilização específica ou explícita dos conhecimentos teóricos ou práticos que são proporcionados pela Escola durante a obtenção do diploma. O Quadro 25.6 permite ainda verificar que a situação é um pouco mais significativa no que respeita aos conhecimentos de carácter prático, o que desde logo sugere uma profunda reflexão sobre a natureza de formação, bem como sobre a filosofia do ensino politécnico que se configura como sendo tendencialmente vocacionado para a prática.

Quadro 25.6. Utilização dos conhecimentos utilizados pelos diplomados no desempenho da sua actividade profissional (%).

Tipo de conhecimentos	Grau de utilização					
	Nenhuma	Muito pouca	Pouca	Alguma	Muita	Sem resposta
Conhecimentos teóricos						
Parte lectiva	8,9%	11,1%	20,0%	22,2%	6,7%	31.1
Estágio	17,8%	8,9%	11,1%	17,8%	8,9%	35.6
Conhecimentos práticos						
Parte lectiva	8,9%	11,1%	20,0%	20,0%	8,9%	31.1
Estágio	20,0%	11,1%	8,9%	15,6%	8,9%	35.6
Conhecimentos gerais						
Parte lectiva	6,7%	4,4%	28,9%	22,2%	6,7%	31.1
Estágio	17,8%	4,4%	17,8%	17,8%	6,7%	35.6

O eventual desajustamento verificado entre a formação e a actividade profissional vem, de certa forma, a repercutir-se na avaliação que os diplomados fazem do Curso em que estiveram envolvidos (Quadro 25.7). Assim, da análise do quadro podemos verificar que existe uma avaliação que penaliza a componente prática da formação bem como a sua interacção ou ajustamento à realidade. Perante este dado, torna-se importante discutir em que medida se pode ou deve tentar articular a formação com o realidade actual ou com a realidade prospectiva.

Quadro 25.7. Avaliação da satisfação face ao curso segundo os critérios apresentados

Critérios	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Sem opinião
Qualidade da preparação técnica-prática	18.9	47.2	28.2	5.7
Quantidade da formação prática	5.7	32.0	58.5	3.8
Qualidade da preparação científica-teórica	5.7	77.3	11.3	5.7
Quantidade da formação teórica	45.3	44.2	5.7	3.8
Facilidade de relações sociais	35.8	35.8	22.7	5.7
Facilidade de perspectivas de emprego	3.8	22.6	69.8	3.8
Qualidade pedagógica	26.4	50.9	17	5.7
Qualidade científica	34.0	54.6	5.7	5.7
Infra-estruturas e equipamento de apoio	53.8	32.1	10.3	3.8
Material didáctico e pedagógico	33.9	47.2	15.1	3.8
Oportunidades de contacto com a realidade exterior à ESACB	7.5	37.7	49.1	5.7
Conhecimento por parte de potenciais empregadores	1.9	17.0	75.4	5.7
Adequação às necessidades do País	7.6	49.1	37.6	5.7

Independentemente da análise dos quadros anteriores poderem deixar subentender um panorama pouco animador, o grau de satisfação que os diplomados têm relativamente ao seu Curso é francamente positivo. Apesar disso, verifica-se que uma percentagem considerável de indivíduos não comungam deste sentimento o que, por si só, constitui razão mais do que suficiente para que os aspectos em causa sejam alvo de reflexão. Contudo, pensamos que será importante destacar que as questões de mercado de trabalho são as que efectivamente mais pesam na apreciação negativa, e como tal, merecem atenção redobrada.

26. OPINIÕES RECOLHIDAS

26.1. Dos docentes

Nos Quadros 26.1 e 26.2 apresenta-se o modelo do inquérito realizado junto dos docentes juntamente com o resultado, em valores percentuais, das respostas dadas. Foram inquiridos 63 docentes da ESACB de disciplinas afectas aos cursos de Engenharia em Ciências Agrárias, ramos Agrícola e Animal.

Na opinião dos docentes o nível de conhecimentos dos alunos quando ingressam na ESACB é baixo. No entanto, subsiste uma opinião positiva acerca da adequação do regime de acesso destes alunos aos cursos. O nível dos conhecimentos adquiridos na Escola relativos às disciplinas leccionadas continua a ser considerado baixo embora este se revele ligeiramente menos negativo se comparado com a opinião relativa ao aspecto anterior.

As condições de trabalho dos docentes são consideradas, de um modo geral, boas no que se refere ao apoio institucional, à adequação das instalações e à disponibilidade e acessibilidade a equipamento didáctico. A diferença, pequena, encontrada entre a classificação atribuída à disponibilidade e à acessibilidade de equipamento didáctico pode indicar situações pontuais de falta de aproveitamento dos equipamentos existentes. A carência de meios informáticos, detectada em inquéritos anteriores, parece estar a desaparecer.

As diferentes tarefas que integram a actividade docente na Escola, preparação de aulas, leccionação, avaliação, etc., consideram-se compatíveis no horário de trabalho. Existe ainda um elevado grau de facilidades para os docentes poderem participar em acções de formação de curta duração. O mesmo grau não se verifica em relação a acções de formação de longa duração, como seria de esperar.

A participação dos docentes em trabalhos de investigação não encontra, na maior parte dos casos, limitações de tempo, de meios nem de apoios institucionais. Em particular é positiva a acessibilidade a bibliotecas específicas. Os trabalhos e investigação desenvolvidos pelos docentes abrangem uma grande diversidade de áreas científicas e de parcerias com outras instituições. Os grupos de docentes da ESACB que investigam em conjunto são assim muitos e de pequena dimensão. Por esta razão é considerado baixo o espírito de equipa entre os docentes em actividades de investigação.

A opinião sobre a adequação da estrutura, organização e funcionamento dos cursos, no que diz respeito a clarificação de objectivos, composição disciplinar da estrutura curricular, regime de frequências e regime de avaliação é claramente positiva. Considera-se ainda adequado, mas com menor grau de expressão, a carga horária global dos cursos e a carga horária relativa das diferentes disciplinas. Nota-se que mais de um quarto dos docentes inquiridos considerou baixa a carga horária da disciplina que ministra.

Se o modelo de organização e funcionamento dos cursos é adequado, o mesmo não se pode dizer em relação à articulação interdisciplinar praticada. É baixa a participação em reuniões de trabalho relativas aos cursos e é baixo o espírito de equipa entre os docentes em acções interdisciplinares. Esta opinião revela a falta de iniciativa institucional com vista a uma gestão global dos cursos que conte com a participação dos docentes. A figura do coordenador de curso, recentemente instituída na ESACB, ainda não começou a produzir

efeitos, na opinião dos docentes. É contudo de esperar uma boa correspondência às iniciativas deste coordenador já que o espírito de equipa entre os docentes se evidencia bastante elevado nas actividades pedagógicas.

Quadro 26.1. Apreciação, em valores percentuais, das condições de trabalho relacionadas com a actividade docente na ESACB.

Opinião	Muito elevado	Elevado	Regular	Baixo	Muito baixo	Não responde
1.1 Preparação anterior dos alunos:						
– formação de base (conhecimentos à entrada na Escola)	0.0	0.0	31.3	62.5	6.3	0.0
– conhecimento das matérias leccionadas na Escola.	0.0	0.0	26.6	59.4	9.4	4.7
1.2 Participação em reuniões de trabalho relativas aos cursos	3.1	12.5	39.1	21.9	18.8	4.7
1.3 Articulação interdisciplinar praticada em relação aos cursos	0.0	12.5	35.9	29.7	15.6	6.3
1.4 Espírito de equipa entre os docentes dos cursos						
– em actividades pedagógicas	4.7	40.6	29.7	17.2	3.1	4.7
– em actividades de investigação	3.1	18.8	37.5	29.7	4.7	6.3
– em outras acções interdisciplinares	3.1	18.8	39.1	23.4	7.8	7.8
1.5 Apoio institucional ao seu trabalho	4.7	53.1	35.9	1.6	3.1	1.6
1.6 Permuta de experiências relativas ao ensino com outras instituições públicas ou privadas	0.0	4.7	31.3	34.4	21.9	7.8
1.7 Adequação dos espaços disponíveis (instalações) ao exercício das actividades docentes:						
– em quantidade	6.3	57.8	29.7	6.3	0.0	0.0
– em qualidade	6.3	56.3	28.1	7.8	0.0	1.6
1.8 Disponibilidade de material didáctico necessário às actividades docentes:						
– equipamentos e meios audiovisuais	9.4	51.6	31.3	3.1	0.0	4.7
– equipamentos e meios laboratoriais ou demonstrativos	6.3	45.3	29.7	4.7	1.6	12.5
– equipamentos e meios informáticos	4.7	62.5	21.9	3.1	0.0	7.8
1.9 Acessibilidade ao material didáctico necessário às actividades docentes:						
– equipamentos e meios audiovisuais	6.3	42.2	42.2	4.7	0.0	4.7
– equipamentos e meios laboratoriais ou demonstrativos	7.8	45.3	29.7	3.1	1.6	12.5
– equipamentos e meios informáticos	4.7	54.7	28.1	6.3	0.0	6.3
1.10 Expectativas de progressão na carreira que lhe são proporcionadas.	3.1	14.1	37.5	21.9	18.8	4.7
1.11 Grau de facilidades concedidas para participar em acções de formação:						
– de curta duração	21.9	43.8	25.0	1.6	0.0	7.8
– de longa duração	10.9	26.6	35.9	12.5	3.1	10.9
1.12 Grau de facilidades concedidas para participar em trabalhos de investigação:						
– disponibilização de tempo	9.4	28.1	40.6	7.8	7.8	6.3
– disponibilização de meios	7.8	32.8	40.6	7.8	4.7	6.3
– apoios institucionais	14.1	39.1	28.1	7.8	4.7	6.3

1.13 Grau de compatibilização, no seu horário de trabalho, das diferentes tarefas que integram a sua actividade na Escola; preparação de aulas, leccionação, avaliação, etc.	7.8	43.8	37.5	6.3	1.6	3.1
1.14 Acessibilidade a bibliotecas específicas.	9.4	43.8	31.3	10.9	0.0	4.7

Quadro 26.2. Caracterização da opinião dos docentes, em valores percentuais, sobre aspectos diversos de organização e funcionamento dos cursos.

Dados relativos à avaliação da organização e funcionamento dos cursos.						
Opinião		Adequado	Inadequado	Sem opinião	Não responde	
2.1	Clarificação dos objectivos dos cursos.	79.7	4.7	12.5	3.1	
2.2	Composição disciplinar da estrutura curricular dos cursos, face aos objectivos propostos.	75.0	10.9	9.4	4.7	
2.3	Regime de acesso dos alunos aos cursos.	57.8	21.9	17.2	3.1	
2.4	Regime de frequência praticado.	79.7	14.1	4.7	1.6	
2.5	Regime da avaliação praticado.	81.3	9.4	6.3	3.1	
			Alta	Baixa		
2.6	Carga horária global dos cursos.	54.7	21.9	14.1	6.3	3.1
2.7	Carga horária relativa das diferentes disciplinas.	51.6	14.1	7.8	18.8	7.8
2.8	Carga horária das disciplinas que ministra.	64.1	4.7	28.1	0.0	3.1

26.2. Dos alunos

Neste item apresenta-se a opinião dos alunos a frequentar o Curso de Eng. das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola na ESACB, durante o ano lectivo de 2001/02, sobre aspectos relativos ao funcionamento da Escola bem como às prestações pedagógicas dos seus docentes. Os dados que se apresentam reportam-se a 93 alunos, correspondentes ao total de alunos que foi possível encontrar na Escola durante o decorrer das actividades lectivas e que se dispuseram a responder ao inquérito preenchido pelos próprios e sob anonimato.

O questionário utilizado foi elaborado tendo como base a sugestão do protocolo de avaliação apresentado tendo-lhe contudo sido introduzidas algumas alterações julgadas pertinentes.

Em relação aos aspectos com interesse para a avaliação do Curso de Eng. das Ciências Agrárias - Ramo Agrícola, alguns devem merecer atenção particular da ESACB, tais como a necessidade de disponibilizar locais destinados à realização de trabalhos de

grupo e/ou individuais e o apoio prestado em relação às necessidades materiais dos alunos. Alguma insatisfação, por parte dos alunos, surge em relação à formação que trazem do secundário, ao material informático e meios audiovisuais disponíveis, e ao material de estudo facultado, embora uma maioria se mostre satisfeito ou muito satisfeito no que se refere a estes itens (Quadro 26.3).

Existe também uma certa insatisfação em relação ao apoio prestado pelos Serviços Sociais no que se refere às necessidades materiais e sociais dos alunos, implicando um maior esforço da instituição no sentido de vir a satisfazer essas necessidades num curto espaço de tempo.

Nos restantes item avaliados, a satisfação dos alunos é grande, com especial atenção para os meios disponibilizados pela Biblioteca, material e equipamento existente, e material de laboratório.

Deve ser ainda realçado a satisfação em relação ao grau de assiduidade dos alunos e dos professores às aulas.

Quadro 26.3. Opinião dos alunos de aspectos com interesse para a avaliação global do Curso.

Parâmetros avaliados	Nº (%)			
	Não responde	Insatisfação	Satisfação	Muita Satisfação
Avalie a sua formação (do secundário) em relação ao Curso em que está matriculado(a)	5.2	14.6	51.0	29.1
Avalie o apoio prestado pelos professores ao seu trabalho	4.2	6.2	52.1	37.5
Avalie o apoio prestado pela ESACB ao seu trabalho	4.2	6.2	52.1	37.5
Avalie a biblioteca (em termos de livros e outros suportes bibliográficos) necessários para o seu Curso	3.1	9.4	33.3	54.2
Avalie os locais existentes na Escola destinado aos estudantes (para trabalho de grupo e/ou individuais)	4.2	30.2	43.8	21.9
Avalie o material e equipamento da ESACB	3.1	5.2	44.8	46.8
Avalie o material de informática disponível para os estudantes	3.1	13.6	34.4	49.0
Avalie o material de laboratório disponível para os estudantes	3.1	2.0	38.5	56.2
Avalie o material de audiovisuais disponível para os estudantes	7.3	18.7	45.8	28.2
Avalie a sua assiduidade	4.2	1.0	47.9	46.9
Avalie a assiduidade dos seus professores	4.2	0	40.6	55.2
Avalie os textos de apoio, sebatas e outro material que lhe é facultado	6.3	20.9	46.9	26.1
Avalie o apoio que os Serviços sociais lhe tem prestado relativamente às suas necessidades materiais	8.3	32.3	49.0	10.4
Avalie o apoio que a ESA lhe tem prestado relativamente às suas necessidades materiais	8.3	26.1	50.0	15.6
Avalie o apoio que o IPCB/Serviços sociais lhe tem prestado relativamente às suas necessidades sociais	10.4	34.4	46.9	8.3

Em relação à organização e funcionamento do Curso, o grau de satisfação é grande em relação aos item avaliados (Quadro 26.4). Contudo, a componente prática do curso e a ligação do Curso à vida real, o regime de faltas instituído e a metodologia de avaliação adoptada pelos professores, são objecto de alguma insatisfação por parte dos alunos, merecendo uma reflexão profunda no sentido de se introduzirem melhorias que possam estar de acordo com as suas expectativas.

Quadro 26. 4. Organização e funcionamento do Curso.

Parâmetros avaliados	(%)			
	Não responde	Insatisfação	Satisfação	Muita Satisfação
Carga horária global do Curso	5.2	1.0	52.1	41.7
Componente teórica do Curso	4.2	4.1	49.0	39.6
Componente prática do Curso	4.2	14.6	39.6	41.7
Grau de aprofundamento nas Disciplinas	4.2	4.2	59.4	32.3
Grau de exigência dos professores nas avaliações	4.2	2.1	56.3	37.5
Articulação entre as diversas disciplinas	9.4	7.3	59.4	23.9
Ligação do Curso com a vida real	4.2	21.9	59.4	14.6
Desempenho pedagógico dos professores	3.1	8.3	47.9	40.6
Preparação científica dos professores	6.3	3.1	36.5	54.2
Regime de participação às aulas (regime de faltas)	4.2	11.5	63.5	20.8
Metodologia de avaliação adoptada pelos professores	3.1	10.4	55.2	31.2

26.3. Recolha de opinião dos funcionários não docentes

A Comissão de Avaliação da Escola Superior Agrária de Castelo Branco pretendeu também avaliar a opinião dos funcionários não docentes no que diz respeito a diferentes aspectos relacionados com o funcionamento da Escola.

Do total de 82 agentes e funcionários não docentes afectos à ESACB, só 79 estavam em efectividade de funções em 31 de Julho de 2002 pelo que apenas foram enviados 79 inquéritos. Dos 3 excluídos, 1 está com licença sem vencimento e os outros 2 estão a desempenhar funções fora da Escola.

Acompanhando o inquérito, enviou-se uma carta onde se referia que, à semelhança do que está a acontecer com as outras instituições portuguesas de ensino superior, a Escola Superior Agrária de Castelo Branco também vai ser sujeita a um processo de avaliação referente aos três últimos anos lectivos, avaliação que deverá estar concluída no final do ano 2002. Referia-se também que a Comissão de Avaliação da ESACB pretendia incluir, no relatório que estava a ser elaborado, informação referente à opinião dos agentes e funcionários não docentes em relação aos vários aspectos de funcionamento da Escola, acrescentando-a à opinião dos alunos e dos funcionários docentes. Os inquéritos sigilosos,

devidamente preenchidos, seriam depois devolvidos à Comissão de Avaliação em envelope fechado e anónimo até 30 de Setembro de 2002.

Foram recebidos 48 inquéritos (60,8%), preenchidos por 22 homens (45,8%) e 26 mulheres (54,2%).

Os resultados das respostas obtidas apresentam-se nos quadros 26.5 a 26.22.

26.3.1. Acções de formação

As respostas à pergunta “Teve conhecimento da existência de acções de formação?” (Quadro 26.5), permitem-nos afirmar que a grande maioria dos agentes e funcionários não docentes teve conhecimento de acções de formação, verificando-se que a percentagem dos que tiveram conhecimento aumentou em cerca de 13% de 2000 para 2002.

Quadro 26.5. Conhecimento da existência de acções de formação

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Não	25,00	29,17	20,83
Sim	64,58	68,75	77,08
NR	10,42	2,08	2,08

NR – não respondeu

Pelas respostas à pergunta “Através de que meio teve conhecimento da existência de acções de formação?” (Quadro 26.6), podemos concluir que, no ano 2000, a maior parte do pessoal não docente teve conhecimento de acções de formação através dos Colegas (31,25%) situação que se alterou em 2001 e 2002, passando a ser a Direcção da ESACB a principal fonte de divulgação de acções de formação.

Quadro 26.6 Meios através dos quais teve conhecimento da existência de acções de formação

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Direcção	20,83	33,33	54,17
Colegas	31,25	25,00	14,58
Rádio	0,00	0,00	0,00
Jornal	2,08	4,17	2,08
Outra	4,17	2,08	2,08
NR	41,67	35,42	27,08

NR – não respondeu

Através das respostas dadas à pergunta “Solicitou à Direcção da ESACB autorização para frequentar acções de formação?” (Quadro 26.7), podemos concluir que uma percentagem elevada de agentes e funcionários não docentes não solicitou autorização para fazer formação. Embora a percentagem dos que pediram para frequentar acções de formação tenha aumentado de 2000 (27,08%) para 2002 (35,42%), o número dos que não pediram também aumentou passando de 47,92% em 2000 para 52,08% em 2002. Ao analisarmos os comentários feitos, verificamos que grande parte dos que não solicitaram pedidos integram carreiras de pessoal operário e auxiliar que não teve conhecimento de acções de formação que pudessem ter interesse para a sua carreira.

Quadro 26.7. Solicitações de autorização à Direcção da ESACB para frequentar acções de formação

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Não	47,92	50,00	52,08
Sim	27,08	37,50	35,42
NR	25,00	12,50	12,50

NR – não respondeu

As respostas à pergunta “Foi autorizado a frequentar acções de formação?” (Quadro 26.8), permitem-nos afirmar que o número de agentes e funcionários não docentes que foram autorizados a frequentar acções de formação aumentou de 2000 (25,00%) para 2002 (31,25%). No entanto constatamos também que um grande número não respondeu, provavelmente por não ter tido conhecimento de acções de formação com interesse para a sua carreira.

Quadro 26.8. Autorizações concedidas para frequência de acções de formação

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Não	4,17	4,17	4,17
Sim	25,00	33,33	31,25
NR	70,83	62,50	64,58

NR – não respondeu

Pelas respostas à pergunta “Teve dificuldade em conseguir autorização para frequentar as acções de formação pretendidas?” (Quadro 26.9) podemos concluir que não

tem havido dificuldades em conseguir autorização, o que poderá indicar alguma sensibilidade da Direcção da ESACB em relação à necessidade de frequência de cursos de actualização e de cursos de formação profissional específica. No entanto, é de realçar que a inexistência de dificuldades aumentou de 2000 para 2002 em cerca de 10 pontos percentuais.

Quadro 26.9. Dificuldade em conseguir autorização para frequentar as acções de formação pretendidas

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Não	27,08	39,58	37,50
Sim	6,25	2,08	2,08
NR	66,67	58,33	60,42

NR – não respondeu

Através das respostas dadas à pergunta “As acções de formação que frequentou foram totalmente financiadas?” (Quadro 26.10), podemos concluir que a percentagem de acções de formação totalmente financiadas aumentou de 12,50% em 2000 para 20,83% em 2002, tendo sido em 2001 de 27,08%. Destaque para o número elevado de pessoas que não responderam a esta questão, maioritariamente por não terem pedido para frequentar acções de formação.

Quadro 26.10. Financiamento das acções de formação frequentadas

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Não	12,50	10,42	10,42
Sim	12,50	27,08	20,83
NR	75,00	62,50	68,75

NR – não respondeu

Pelas respostas à pergunta “Procurou outras acções de formação?” (Quadro 26.11) verificamos que 50% dos agentes e funcionários não docentes não procurou outras acções de formação, o que é indicador de que um grande número poderá estar satisfeito com a oferta ou então manifesta desinteresse pela formação profissional disponibilizada.

Quadro 26.11. Procura de outras acções de formação

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Não	43,75	52,08	50,00
Sim	14,58	18,75	18,75
NR	41,67	29,17	31,25

NR – não respondeu

26.3.2 Condições de trabalho

Em resposta à pergunta “Como considera as condições de segurança no local de trabalho?” (Quadro 26.12) verificamos que mais de 83% dos agentes e funcionários não docentes considera que as condições de segurança no local de trabalho são de médias (50,0%) a boas e muito boas (33,3%). No entanto, pensamos que não é de negligenciar a opinião de cerca de 17% dos trabalhadores da ESACB que consideram más as condições de segurança no local de trabalho, pelo que deverá ser feito um esforço para perceber porquê e melhorar este indicador.

Quadro 26.12. Condições de segurança no local de trabalho

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
M. Boas	6,25	6,25	6,25
Boas	22,92	27,08	27,08
Médias	47,92	50,00	50,00
Más	18,75	16,67	16,67
NR	4,17	0,00	0,00

NR – não respondeu

As respostas à pergunta “Como considera as condições de limpeza no local de trabalho?” (Quadro 26.3.9) permitem-nos afirmar que, embora a maioria (64,6%) considere médias a boas as condições de limpeza no local de trabalho, cerca de $\frac{1}{3}$ dos agentes e funcionários não docentes considera más as condições de limpeza na ESACB. De realçar que ninguém considerou muito boas as condições de limpeza. Pensamos que deverá ser feito um importante esforço para melhorar este indicador.

Quadro 26.13. Condições de limpeza no local de trabalho

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
M. Boas	0,00	0,00	0,00
Boas	18,75	18,75	20,83
Médias	43,75	45,83	43,75
Más	31,25	33,33	33,33
NR	6,25	2,08	2,08

NR – não respondeu

Pelas respostas à pergunta “Como considera o relacionamento com os superiores hierárquicos no local de trabalho?” (Quadro 26.14) verificamos que, para o ano 2002, 87,5% dos agentes e funcionários não docentes considerou boas e muito boas as relações com os superiores hierárquicos no local de trabalho. De realçar, no entanto, que este indicador tem vindo a melhorar ao longo dos três anos em estudo, período durante o qual ninguém referiu serem más as relações com os superiores hierárquicos.

Quadro 26.14. Relacionamento com os superiores hierárquicos no local de trabalho

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
M. Bom	20,83	22,92	22,92
Bom	60,42	62,50	64,58
Sofrível	12,50	14,58	12,50
Mau	0,00	0,00	0,00
NR	6,25	0,00	0,00

NR – não respondeu

Em resposta à pergunta “Como considera o relacionamento com os colegas no local de trabalho?” (Quadro 26.3.11) verificamos que cerca de 90% dos agentes e funcionários não docentes considera bom e muito bom o relacionamento com os colegas, situação que se tem mantido ao longo dos três anos. Estes resultados parecem indiciar colaboração, espírito de equipa e bom ambiente entre os elementos que integram o grupo de pessoal não docente da ESACB.

Quadro 26.15. Relacionamento com os colegas no local de trabalho

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
M. Bom	18,75	20,83	20,83
Bom	68,75	68,75	68,75
Sofrível	8,33	10,42	10,42
Mau	0,00	0,00	0,00
NR	4,17	0,00	0,00

NR – não respondeu

26.3.3 Horários de trabalho

Ao analisarmos as respostas à pergunta “Os serviços respondem com eficácia às suas solicitações em relação a horários de trabalho?” (Quadro 26.16) verificamos que, para cerca de 75% dos agentes e funcionários não docentes, os serviços respondem bem e muito bem às suas solicitações o que é indicador de eficácia e de bom funcionamento.

Quadro 26.16. Eficácia dos serviços face às solicitações em relação a horários de trabalho

	(%)
M. Bem	10,42
Bem	64,58
Sofrível	16,67
Mal	6,25
NR	2,08

NR – não respondeu

Analisando as respostas à pergunta “Os serviços respondem com eficácia às suas solicitações em relação ao sistema para justificação de ausências?” (Quadro 26.3.13) verifica-se que, para cerca de 54% dos agentes e funcionários não docentes, os serviços respondem bem e muito bem às suas solicitações. No entanto, consideramos que não são de negligenciar os quase 42% de funcionários que consideram que os serviços respondem de forma sofrível a má às suas solicitações em relação ao sistema de justificação de ausências.

Quadro 26.17. Eficácia dos serviços em relação ao sistema para justificação de ausências

	(%)
M. Bem	6,25
Bem	47,92
Sofrível	27,08
Mal	14,58
NR	4,17

NR – não respondeu

Pelas respostas à pergunta “Conhece o Regulamento de Horários da ESACB?” (Quadro 26.18) pode-se concluir que cerca de 80% dos agentes e funcionários não docentes conhece bem e muito bem o regulamento de horários.

Quadro 26.18. Conhecimento do Regulamento de Horários da ESACB

	(%)
M. Bem	16,67
Bem	62,50
Sofrível	16,67
Mal	2,08
NR	2,08

NR – não respondeu

26.3.4 Funcionamento do sistema

Ao analisarmos as respostas à pergunta “Como funciona a divulgação de informação em relação a concursos?” (Quadro 26.19) verificamos que, embora para 50% dos agentes e funcionários não docentes funcione bem, para cerca de 27% funciona de forma sofrível, funcionando mesmo mal para 16%. De realçar que para ninguém funciona muito bem. Pensamos que estes resultados indicam necessidade de alterar a forma de divulgação de informação relativa a concursos para que este indicador seja melhorado.

Quadro 26.19. Funcionamento da divulgação de informação em relação a concursos

	(%)
M. Bem	0,00
Bem	50,00
Sufrível	27,08
Mal	16,67
NR	6,25

NR – não respondeu

Através das respostas dadas à pergunta “Como funciona a divulgação de informação em relação a legislação laboral?” (Quadro 26.20), podemos concluir que apenas $\frac{1}{3}$ dos agentes e funcionários não docentes considera que a divulgação de informação relativa a legislação laboral funciona de bem a muito bem. Pelo contrário, a maioria (56%) considera que funciona de forma sofrível a má. Isto indicia necessidade de alterar a forma de divulgação daquela informação, no sentido de a tornar mais eficiente.

Quadro 26.20. Funcionamento da divulgação de informação em relação a legislação laboral

	(%)
M. Bem	0,00
Bem	33,33
Sufrível	35,42
Mal	20,83
NR	10,42

NR – não respondeu

Pelas respostas à pergunta “Como funciona a divulgação de informação em relação a outra legislação?” (Quadro 26.21) pode-se concluir que para apenas 31% dos agentes e funcionários não docentes funciona bem a muito bem (0%). Pelo contrário, a maioria considera que funciona de forma sofrível (20,83%) a má (37,50%). Tal como para o indicador anterior, pensamos que também aqui há necessidade de alterar as coisas para tornar mais eficiente a divulgação de outra legislação.

Quadro 26.21. Funcionamento da divulgação de informação em relação a outra legislação

	(%)
M. Bem	2,08
Bem	29,17
Sofrível	20,83
Mal	37,50
NR	10,42

NR – não respondeu

Ao analisarmos as respostas à pergunta “Como funciona a divulgação de informação relativa à Escola?” (Quadro 26.22) verificamos que para 50% dos agentes e funcionários não docentes funciona bem a muito bem. No entanto, para muitos (41,66%) funciona de forma sofrível a má. Embora para este indicador os resultados sejam mais animadores do que os anteriores, pensamos que também aqui há necessidade de actuar por forma a tornar mais eficiente a divulgação de informação relativa à Escola

Quadro 26.22. Funcionamento da divulgação de informação relativa à Escola

	(%)
M. Bem	6,25
Bem	43,75
Sofrível	33,33
Mal	8,33
NR	8,33

NR – não respondeu

Através das respostas à pergunta “Tem tido facilidade de progressão na carreira?” (Quadro 26.23) pode-se concluir que 50% dos agentes e funcionários não docentes tem tido facilidade na progressão da carreira não acontecendo o mesmo com mais de $\frac{1}{3}$. Dos 11 agentes e funcionários não docentes que comentaram a dificuldade de progressão na carreira, 4 referiram estar incluídos em carreiras horizontais, 3 referiram a falta de interesse dos superiores hierárquicos como factor limitante à progressão e 2 consideraram-se mesmo prejudicados.

Quadro 26.23. Facilidade de progressão na carreira

	(%)
Sim	50,00
Não	35,42
NR	14,58

NR – não respondeu

Após a análise das respostas dadas à pergunta “Quais as perspectivas de progressão na carreira?” (Quadro 26.24), podemos concluir que só cerca de 20% dos agentes e funcionários não docentes considera ter boas e muito boas perspectivas de progressão na carreira. As pessoas não se sentem muito seguras relativamente à progressão na carreira uma vez que a maioria (58,33%) considera ter médias a más perspectivas de progressão, situação que se tenderá a agravar após a criação do quadro de pessoal não docente do IPCB. Em 5 inquéritos, o comentário feito acerca da dificuldade de progressão relaciona-se com o ter sido atingido o topo da carreira.

Quadro 26.24. Perspectivas de progressão na carreira

	(%)
M. Boas	4,17
Boas	16,67
Médias	33,33
Más	25,00
NR	20,83

NR – não respondeu

Através das respostas à pergunta “Considera que as funções que desempenha estão adequadas à sua carreira/categoria?” (Quadro 26.25) pode-se concluir que quase 65% dos agentes e funcionários não docentes considera que as funções que desempenha estão adequadas à sua carreira/categoria. Pensamos que estes resultados sugerem que, de um modo geral, as pessoas se sentem bem integradas na carreira.

Quadro 26.25. Opinião sobre a adequação das funções desempenhadas para a progressão na carreira/categoria

	(%)
M. Bem	14,58
Bem	50,00
Sofrível	18,75
Mal	12,50
NR	4,17

NR – não respondeu

Ao analisarmos as respostas relativas à pergunta “Em que ano/s sentiu incentivos para fazer mais e melhor. Que tipo de incentivo?” (Quadro 26.26) verificamos que a grande maioria (73%) dos agentes e funcionários não docentes não tem sentido incentivos para fazer mais e melhor. No entanto, devemos realçar o aumento de 8,3% de pessoas que, entre 2000 e 2002, sentiu incentivos para fazer mais e melhor. Dos 11 agentes e funcionários não docentes que comentaram esta pergunta, 3 referiram como incentivo as melhores condições de trabalho, 2 a mudança de carreira e 2 o apoio por parte dos superiores hierárquicos.

Quadro 26.26. Percepção de incentivos para fazer mais e melhor nos anos em análise

	Ano (%)		
	2000	2001	2002
Sentiu	18,75	25,00	27,08
Não sentiu	81,25	75,00	72,92

26.3.5. Questões gerais

Após análise das respostas dadas à pergunta “Considera que a classificação individual anual dos funcionários está a ser bem feita?” (Quadro 26.27) podemos concluir que, para 50% dos agentes e funcionários não docentes, a classificação individual de serviço está a ser bem e muito bem feita. No entanto, para um número importante de pessoas a classificação está a ser mal feita (20,83%) ou de forma sofrível (18,75%). Estes resultados denotam alguma falta de confiança nas classificações de serviço o que pode ser confirmado pelas respostas dadas pelos 7 agentes e funcionários não docentes que comentaram esta pergunta. Quatro referiam que a avaliação é tardia e 2 que não é rigorosa apresentando poucos efeitos práticos.

Quadro 26.27. Forma de classificação individual anual dos funcionários

	(%)
M. Bem	4,17
Bem	45,83
Sofrível	18,75
Mal	20,83
NR	10,42

NR – não respondeu

As respostas à pergunta “Considera importante que o serviço em que está inserido também seja avaliado?” (Quadro 26.28), permitem-nos afirmar que a grande maioria das pessoas (62,5%) considera que o serviço em que está inserido deveria ser avaliado. Este dado é interessante e poderá sugerir a necessidade de implementação de um processo de avaliação dos diferentes serviços e sectores existentes na ESACB. Tal situação poderá contribuir para melhorar os padrões de qualidade e eficiência da Escola.

Quadro 26.28. Importância da avaliação do serviço em que está inserido

	(%)
Muito	62,50
Pouco	18,75
Nada	2,08
NR	16,67

NR – não respondeu

Ao analisarmos as respostas relativas à pergunta “Considera que tem cumprido as suas obrigações como funcionário ou agente?” (Quadro 26.29) verificamos que quase 98% dos agentes e funcionários não docentes considera que tem cumprido bem a muito bem as suas obrigações como funcionário ou agente.

Quadro 26.29. Forma de cumprimento das obrigações como funcionário

	(%)
M. Bem	45,83
Bem	52,08
Sofrível	0,00
Mal	0,00
NR	2,08

NR – não respondeu

Através das respostas à pergunta “Considera que os seus direitos como funcionário ou agente têm sido respeitados?” (Quadro 26.30) pode-se concluir que a grande maioria, quase 67% dos agentes e funcionários não docentes, considera que os seus direitos têm sido respeitados. Embora 29,17% das pessoas considere que os seus direitos têm sido respeitados de forma sofrível e 2,08% considere mesmo que têm sido mal respeitados, estes resultados parecem significar que a ESACB cumpre as suas obrigações junto do pessoal, respeitando os seus direitos.

Quadro 26.30. Respeito pelos direitos como funcionário

	(%)
M. Bem	18,75
Bem	47,92
Sofrível	29,17
Mal	2,08
NR	2,08

NR – não respondeu

26.3.6. Notas pessoais

Receberam-se 10 inquéritos com o campo “Notas pessoais” preenchido. Para 3 agentes e funcionários não docentes o local onde está o relógio de ponto não é o mais adequado para todos os funcionários nomeadamente para os que desempenham a sua actividade profissional noutros edifícios da Escola. Em 2 inquéritos refere-se a necessidade de acções de formação para todas as carreiras. Referem-se também aspectos como critérios de classificação muito variáveis, a necessidade de criação do quadro de pessoal do IPCB e a necessidade do pessoal não docente ser mais apoiado.

26.4 Das entidades empregadoras

O estudo da opinião das entidades empregadoras dos diplomados neste curso foi, inicialmente desenhado para se proceder a um inquérito postal, a aplicar a uma amostra de potenciais empregadores. Porém, e tendo como base a experiência tida na avaliação de outros cursos, bem como a da auto-avaliação da ESACB, entendeu-se que seria mais eficaz utilizar uma metodologia de maior proximidade. Assim, procedemos à entrevista directa de 26 entidades do conjunto de 50 identificadas na região de influência da ESACB, que se mostraram disponíveis para receber o entrevistador (técnicos superiores da ESACB que, apesar de experientes, ainda receberam formação prévia).

As entidades entrevistadas, todas elas empregam ou empregaram diplomados pela ESACB e encontram-se discriminadas no Quadro 26.31.

Convém, na análise dos dados recolhidos, ter em consideração que os inquiridos respondem tendo como base as experiências acumuladas ao longo de vários anos, decorrentes do emprego de técnicos formados pela ESACB mas que, na maioria das vezes, não correspondem aos especificamente visados neste relatório de avaliação, nomeadamente os licenciados em Engenharia das Ciências Agrárias - Ramo Agrícola.

Quadro 26.31. Lista das entidades empregadoras inquiridas.

Entidade	Local
Adega Cooperativa da Covilhã, CRL	Covilhã
Adega Cooperativa do Fundão, CRL	Fundão
Adega Cooperativa, CRL	Portalegre
ADRACES – Assoc. Para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul	Vila Velha de Ródão
APIZÊZERE - Assoc. de Produção e Protecção Integrada do Zêzere	Belmonte
Associação de Agr. do Distrito de Portalegre	Portalegre
Associação de criadores de Bovinos da Raça Alentejana	Portalegre
Associação de ovinicultores	Alter-do-Chão
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Covilhã	Covilhã
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Castelo Branco	Castelo Branco
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Nisa	Nisa
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Fundão	Fundão
Câmara Municipal de Castelo Branco	Castelo Branco
Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão	Vila Velha de Rodão
Conf. Agricultores Portugal - Delegação de Castelo Branco	Castelo Branco
Coop. Agric. dos Olivicultores do Fundão, CRL	Fundão
Cooperativa Agrícola C. Porto – Espada	Portalegre
Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Cova da Beira	Ferro
Cooproque	Alcains
Frutas Quinta da Fadagosa, S.A.G. Lda	Alcongosta
ICN - Parque Natural Tejo Internacional	Castelo Branco
MEIMOACOOP - Coop. Agr. do Bloco de Regadio da Meimôa, CRL	Meimôa
NERCAB	Castelo Branco
OVIBEIRA - Associação de Produtores de Ovinos do Sul da Beira	Castelo Branco
PENAZEITES	Penamacor
Soc. Agrícola Quinta de Lamaçais, Lda	Caria

Nos quadros 26.32 a 26.36 apresenta-se a opinião que as entidade empregadoras manifestaram relativamente à qualidade da formação e ao desempenho profissional dos diplomados pela ESACB.

Quadro 26.32. Opinião das entidades empregadoras relativamente à qualidade da formação em Produção Agrícola ministrada pela ESACB.

Opinião	(%)
Muito Boa	20
Boa	75
Razoável	5
Má	-
Sem opinião	-

N=26

Quadro 26.33. Avaliação do desempenho profissional dos diplomados da ESACB.

Parâmetros em análise	Elevado	Bom	Suficiente	Baixo	S/op.
Quantidade de formação teórica	15	46	8		31
Quantidade de formação prática	8	31			61
Qualidade da formação teórica	4	27	23	12	35
Qualidade da formação prática		23	8	8	61
Competências técnico-científicas para o desempenho profissional	4	46	15	4	31
Espírito de iniciativa	15	27	19	8	31
Capacidade de inovação e/ou de criatividade	8	19	35	8	30
Capacidade de decisão		35	27	8	30
Capacidade de assumir responsabilidades	12	31	19	4	34
Capacidade de trabalhar em equipa	38	19	8		35
Capacidade de comunicação funcional	19	35	12	4	30
Capacidade de relacionamento interpessoal	27	35	8	4	26

N=26

Quadro 26.34. Opinião das entidades empregadoras relativamente à imagem dos técnicos formados na ESACB.

Opinião	(%)
M. Boa	8
Boa	62
Razoável	15
Má	0
Sem opinião	15
N=26	

Quadro 26.35. Importância reconhecida à formação ministrada pela ESACB para o desenvolvimento da região.

	(%)
Muito importante	27
Importante	50
Pouco importante	0
Sem importante	0
Sem opinião	23

Quadro 26.36. Avaliação do nível de formação dos técnicos em Produção Agrícola segundo a perspectiva do empregador.

Questões	Elevado	Bom	Suficiente	Baixo
Competência ao nível das áreas da engenharia		77	23	
Competência ao nível da informática	7	7	72	14
Conhecimentos de línguas estrangeiras			43	57
Conhecimentos sobre os problemas do sector agrícola	14	43	36	7
Conhecimentos dos problemas ambientais relacionados com o sector		62	38	
Conhecimentos de biologia e química	8	42	50	
Conhecimentos de fertilização e fertilidade dos solos		69	23	8
Conhecimentos de mecanização agrícola		64	36	
Conhecimentos de culturas arvenses	17	58	25	
Conhecimentos de culturas forrageiras e pratenses	18	36	46	
Conhecimentos de produção animal	8	67	25	
Conhecimentos de culturas hortícolas herbáceas		46	54	
Conhecimentos de culturas frutícolas		77	23	
Conhecimentos de olivicultura	17	50	33	
Conhecimentos de viticultura		75	25	
Conhecimentos de plantas ornamentais		11	67	22
Conhecimentos de protecção vegetal		54	46	
Conhecimentos de protecção integrada das culturas	15	46	39	
Conhecimentos de agricultura biológica		54	46	
Conhecimentos de melhoramento vegetal		27	73	
Conhecimentos de economia, contabilidade e gestão		14	65	21
Conhecimentos de “instrumentos” de apoio à agricultura (subsídios, prémios à produção, medidas agro-ambientais, etc.)	31	23	23	23

N=26

Posteriormente, os inquiridos foram convidados a identificar aquilo que poderíamos chamar como os pontos fortes e/ou pontos fracos relativamente ao curso. De igual modo foram solicitadas sugestões que pudessem ser entendidas como melhoradoras ou remediadoras de aspectos considerados relevantes. Desta acção resultou a informação contida nos Quadros 26.37 a 26.39.

Quadro 26.37. Aspectos considerados como fortes do Curso de Produção Agrícola.

Aspectos considerados como pontos fortes do Curso de Produção Agrícola	(%)
Componente teórica dos cursos	15
Formação de banda larga (conhecimentos gerais)	15
Qualidade a nível da componente prática	8
Componente técnica do curso na área específica da protecção	4
Desenvolvimento/crescimento urbano	4
Especificidade do curso	4
Estrutura curricular	4
Grande interligação cursos/região	4

N=26

Quadro 26.38. Aspectos considerados como pontos fracos do Curso de Produção Agrícola

Aspectos considerados como pontos fracos do Curso de Produção Agrícola	(%)
Fraca ligação dos cursos da ESA ao mercado laboral/emprego real	19
Componente prática do curso	19
Língua estrangeira	15
Conhecimentos de contabilidade	12
Conhecimentos práticos sobre os “instrumentos” de apoio à agricultura	12
Componente prática pouco ajustada à realidade do mercado do emprego	8
Componente Hortícola e Frutícola	4
Fertilização na área das fruteiras	4
Lacunas na formação em técnicas da informação e marketing	4
Lacunas na formação em comercialização/normalização	4
Fraca componente associativa/cooperativa	4
Formação prática na área dos projectos	4
Desadequação dos currícula dos cursos	4

N=26

Quadro 26.39. Sugestões apresentadas pelas entidades empregadoras

Sugestões apresentadas pelas entidades empregadoras	(%)
Maior contacto com a realidade agrícola exterior à ESA promovendo mais visitas de estudo, estágios e aulas práticas em explorações da região perspectivando um maior contacto com a realidade.	35
Fomentar nos diplomados da ESA maior espírito de iniciativa, motivação e linguagem acessível no contacto com os agricultores, bem como motivação para a execução de tarefas práticas	35
Maior enfoque dos cursos na sua vertente prática e melhor formação teórica	19
Maior intercâmbio entre a instituição de ensino e o mercado laboral/emprego, a nível regional e/ou nacional.	15
Realização de estágios curriculares intercalares visando um melhor desempenho na vida profissional activa.	8
Eficácia na realização de protocolos com associações agrícolas/empresas/entidades várias.	8
Formação em métodos de recurso aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural e agrícola (preenchimento de formulários)	8
Feed-back continuado entre a instituição formadora e as diversas entidades empregadoras visando a satisfação das necessidades de mercado.	8
Repensar as actuais áreas de formação (currículo dos cursos) da ESA e questionar os seus números cláusulos (reduzir ou suspender temporariamente).	8
Incutir maior capacidade de comunicação funcional, trabalho em equipe e relacionamento interpessoal	8
Reequacionar o curso de Ciências Agrárias - Ramo Animal de acordo com a actual prática agrícola.	4
Definição de atribuições quanto a competências profissionais.	4
Corpo docente mais enquadrado na problemática prática de intervenção no mundo rural.	4
Acautelar na formação ministrada uma visão macro/micro empresarial.	4
Promover formação na área das agro- indústrias, de acordo com a actual política agrícola (as actividades a jusante e montante do sector agro-pecuário são importantes)	4
Melhor formação na área da protecção integrada de fruteiras com vista a um adequado apoio técnico aos agricultores.	4
Corpo docente mais exigente na formação e realização de estágios.	4
Formação polivalente/multifuncional.	4
Formação visando a criação do próprio emprego.	4
O curso deve abranger as problemáticas do sector agrícola/pecuário a nível nacional	4
Formação orientada para a comercialização/marketing e não tanto para a produção.	4

N=26

IV ANÁLISE CRÍTICA

27. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

27.1. Adequação aos objectivos definidos

Na altura da criação da ESACB houve a preocupação de efectuar alguns estudos, nomeadamente o realizado pela Comissão nomeada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, em 1979, a que se seguiram vários outros estudos realizados por António Réfega, em 1982 e 1983, Ário Lobo de Azevedo e Vergílio Pinto de Andrade, em 1985. Estes trabalhos prévios tiveram como objectivo principal a análise da necessidade de uma formação superior agrícola no interior centro do país. Um complexo e moroso trabalho foi desde então realizado, para lançar no mercado técnicos agrários de vários níveis com adequado perfil profissional para as ingentes tarefas necessárias à reconversão de uma agricultura atávica e muito resistente à inovação, numa agricultura mais dinâmica e com tendência para uma maior evolução. Os estudos referidos foram efectuados para os distritos de Castelo Branco e Guarda, tendo sido posteriormente alargada a área de influência da Escola ao Distrito de Portalegre.

O principal objectivo do curso em Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola é ministrar um ensino superior apropriado à resolução dos complexos problemas no sector, em concordância com as características dos ecossistemas locais, considerando-se assim que o perfil formativo é bastante alargado dentro desta área de formação.

Ao enquadrarmos a temática do ensino agrícola no País, bem como toda a conjuntura deste domínio em termos da definição de políticas agrícolas, estruturas produtivas, circuitos de comercialização e serviços, deparamos com uma cada vez maior transversalidade entre todos estes componentes.

A actuação neste sector obriga-nos a uma matriz de ensino que enquadre e promova uma perspectiva de desenvolvimento agrícola e rural que tem como objectivo fundamental promover a ligação entre a agricultura, enquanto actividade produtiva, moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais nas suas vertentes económica, social e ambiental. Neste pressuposto, as explorações agrícolas, para além das estruturas produtivas em si mesmas, têm que ser também estruturas económicas de prestação de serviços de carácter agro-ambiental, com condições de viabilidade e competitividade através da gestão dos recursos hidro-agrícolas, dos serviços agro-rurais e da engenharia financeira, entre outros, que possam contribuir para a sua diversificação interna e viabilidade económica.

O curso de Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola parte destes pressupostos, permitindo aos alunos uma sólida formação técnico-científica e aquisição de competências capazes de dar resposta às exigências e necessidades do meio empresarial agrícola nas suas várias vertentes – planeamento, produção, comercialização, infra-estruturas e equipamentos e a necessária protecção ambiental.

Pode-se referir que a visão produtivista que orientava o sector agrário serviu de base ao desenvolvimento das áreas do saber. Porém, ao longo dos anos de funcionamento da ESACB, as orientações políticas relacionadas com a agricultura, nomeadamente a reforma da Política Agrícola Comum, foram evoluindo e com elas surgem novas linhas de interesse a reclamar formação em áreas do saber consideradas estratégicas relativamente ao sector. Referimo-nos, nomeadamente, a questões relacionadas com o meio ambiente, planeamento, gestão e mercados, e com a criação e melhoria de estruturas de apoio ao desenvolvimento rural. Atenta a este processo e evolução, a ESACB, tal como lhe cumpria promoveu com este curso a abertura de novas áreas de especialização e actualização. Com esta licenciatura obtém-se não só um grau de especialização mais avançado do que com o bacharelato, mas também se dominam mais áreas do saber que emergiram em torno do sector agrário, tanto no que respeita ao desenvolvimento das capacidades de competição com modelos de agricultura especializada, como no que respeita a modelos baseados em critérios de sustentabilidade e de manutenção dos espaços rurais. Uma particular atenção suporte é à produção integrada, agricultura biológica e outros modos de produção sustentáveis e às actividades alternativas e complementares à agricultura como seja o turismo em espaço rural.

O 1º ciclo do curso é já reconhecido pela Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos (APET) e pela Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros (FEANI).

Na elaboração do currículo, foram consideradas as recomendações das organizações profissionais para o possível reconhecimento global do curso. Foram consideradas as exigências da Ordem dos Engenheiros, tendo sido aumentada a carga horária das unidades curriculares da área da Matemática e introduzidas as unidades curriculares de Termodinâmica e Hidráulica.

27.2. Base conceptual da organização curricular

A organização curricular obedece à regra geral de agrupar no primeiro ano as unidades curriculares propedêuticas ou básicas, versando sobre as áreas do conhecimento base ou de carácter mais geral e de reservar para os últimos anos as disciplinas técnicas, relativas a assuntos mais específicos dos objectivos dos cursos.

O nível de cobertura quanto às disciplinas de conhecimento básico é, a nosso ver, adequado. Em muitos casos, estas disciplinas têm vindo a suprir uma deficiente preparação dos alunos que ingressam pela primeira vez na ESACB, justificando-se assim a maior concentração de disciplinas básicas no 1.º ano.

As unidades curriculares foram diferenciadas pela sua natureza em básicas, estruturantes, aplicadas, instrumentais e outras. O peso relativo é de cerca de 14,5% para as unidades curriculares básicas, 46,0% para as estruturantes, 6,6% para as instrumentais e 2,6% para outras.

As unidades curriculares estruturantes e aplicadas da área da fitotecnia são leccionadas principalmente no 1.º ciclo, abrangem áreas de conhecimento consideradas da maior importância e, de acordo com os programas leccionados, têm um nível de cobertura que pensamos ser suficiente para a maior parte das situações que os bacharéis encontram na sua vida profissional. Houve assim a preocupação de terminar o 1.º ciclo com uma formação tão completa quanto possível para um bacharel em Ciências Agrárias.

Tendo em conta a emergente importância da orientação da protecção das culturas em protecção integrada, além da unidade curricular básica de protecção vegetal e da unidade curricular estruturante de protecção integrada, as duas unidades curriculares aplicadas em protecção das culturas são abordadas quase exclusivamente na vertente de protecção integrada.

Tendo este curso o objectivo de formar técnicos com um perfil generalista em Produção Agrícola, uma disciplina obrigatória da área das tecnologias (Tecnologia dos Produtos Vegetais) e quatro optativas (Tecnologia do Azeite; Enologia; Instalações e Equipamentos Agro-Industriais; Tecnologia do Frio Industrial) foram integradas no 2.º ciclo do curso, sendo o nível de cobertura neste domínio considerado suficiente tendo em conta a carga horária lectiva global do curso.

No domínio da gestão, planeamento e mercados deparamos com um nível de cobertura que também nos parece suficiente. Muitos dos diplomados em Engenharia das Ciências Agrárias, entram no mercado de trabalho contratados como encarregados ou responsáveis por diversos níveis de produção em empresas agrícolas ou horto-frutícolas. Nas suas funções, deparam com diversos aspectos de gestão financeira e de recursos humanos que são componentes fundamentais na produtividade de qualquer empresa. Assim sendo, quatro unidades curriculares desta área são leccionadas no 1.º ciclo (Economia Agrícola I; Economia Agrícola II; Extensão e Desenvolvimento Rural; Organização e Gestão da Empresa Agrícola), três no 2.º ciclo (Mercados, Comercialização e Marketing; Projectos de Investimento e Modernização; Gestão e Controlo da Qualidade)

como obrigatórias e três optativas (Integração Europeia; Sistemas de Informação Geográfica; Investigação Operacional).

Na área do ambiente, além das unidades curriculares de Produção Integrada de Pomóideas e Prunóideas, Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente, Agricultura Sustentável, e Agricultura Biológica, que são contemplados no 2.º ciclo do curso foram incluídas as disciplinas de Paisagismo, Ordenamento do Espaço Rural, além das optativas de Turismo em Espaço Rural e Plantas Aromáticas e Medicinais, na nossa opinião de grande importância no contexto actual.

Ao analisar o plano de estudos do curso de Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola, constata-se que a distribuição das disciplinas dos diferentes anos curriculares é bastante adequada. No contexto global das disciplinas salientam-se áreas fundamentais como a informática, estatística, modelação matemática e programação e a aprendizagem da língua inglesa. A mesma opinião não é totalmente admitida relativamente à articulação dos programas de algumas unidades curriculares. Constata-se não existir institucionalizado um diálogo com carácter permanente entre os responsáveis pelas diferentes disciplinas, de forma a garantir coerência de articulação entre as matérias leccionadas nas unidades curriculares. Esta articulação encontra-se, no entanto, desenvolvida de modo informal especialmente entre as unidades curriculares das áreas da tecnologia e da produção em domínios do conhecimento afins. Constituem manifestações de articulação interdisciplinar a organização de visitas de estudo interdisciplinares e de palestras ou aulas abertas proferidas por professores ou técnicos convidados.

27.3. Metodologia da concepção curricular

O currículo do curso foi objecto de inúmeras discussões. A proposta inicial foi desenvolvida por um conjunto de docentes de diferente formação, liderados pelo coordenador do curso, o que proporcionou uma abordagem multidisciplinar. Essa proposta foi discutida ao nível das Unidades Departamentais directamente envolvidas no curso e ao nível do Conselho Científico de que fazem parte, não só todos os professores da ESACB, mas também professores universitários convidados.

Em todo o processo de elaboração da proposta e até à sua aprovação final pelo Conselho Científico foram considerados:

- os currículos de cursos idênticos, tanto nacionais como estrangeiros;
- a evolução do sector;

- a experiência adquirida durante os anos precedentes e a análise dos pontos fortes e dos pontos fracos detectados pelas anteriores Comissões de Auto-Avaliação e de Avaliação Externa
- a adequação dos conhecimentos adquiridos na formação escolar às competências necessárias na vida profissional;
- a necessidade de incutir capacidade de iniciativa e capacidade de adaptação à constante mudança e a consciência de que é fundamental a formação contínua;
- a informação disponível sobre o mercado de trabalho prospectivo;
- a opinião de alunos e diplomados e a informação sobre as dificuldades encontradas no mercado de trabalho;
- os novos conhecimentos e novas tecnologias de ensino e aprendizagem;
- a sinergia e optimização dos recursos humanos e físicos da ESACB.

Qualquer currículo acaba por resultar de soluções de compromisso, com uma duração limitada no tempo e carece sempre de aperfeiçoamento periódico. No processo de elaboração do plano curricular procurou-se o envolvimento das instituições com alguma relação directa com a formação. Foi feito um estudo das entidades/instituições, com especial incidência a nível regional, com actividade económica na área de formação do curso, bem como a respectiva divulgação do perfil dos diplomados a formar.

A participação do Conselho Consultivo da ESACB foi assegurada em todas as propostas de curso ou de alterações de curso a partir da sua constituição. O Conselho Consultivo da Escola reuniu pela primeira vez em 17 de Janeiro de 2001, depois de ter sido definida a estrutura curricular dos cursos em análise. Discutiram-se no entanto aspectos relacionados com os cursos, e que o Conselho considerou importantes para as necessidades de formação na região. Foram feitas propostas de ajustamentos que visaram contemplar necessidades sentidas pelos representantes das actividades económicas/ empresarias representadas neste Conselho Consultivo.

27.4. Consistência científica dos conteúdos das unidades curriculares

O objectivo formação/investigação tem sido cumprido com elevada taxa de sucesso: o número de docentes com grau de mestre e doutor tem subido de forma contínua, o número de projectos de investigação/experimentação em curso e concluídos é considerável e as linhas de acção seguidas são coerentes com a área de ensino de cada docente e com

uma cobertura bastante uniforme dos principais domínios da área do conhecimento. A inserção regional dos trabalhos de investigação realizados e em curso é constatável na maioria dos casos e contribui, igualmente, para um aprofundar do conhecimento adquirido pela instituição relativamente ao sector agrário. Pelo que ficou exposto pode-se concluir que a consistência científica dos conteúdos das unidades curriculares tem sido cada vez mais desenvolvida e aprofundada.

O processo de aprofundamento da base regional dos trabalhos de investigação/experimentação pode ainda ser mais profundo e notório, caso aumente a autonomia da ESACB relativamente a outras instituições de ensino superior para a realização de iniciativas neste campo, principalmente quando os docentes da ESACB não estiverem dependentes de outros estabelecimentos de ensino superior para a prossecução de objectivos de formação académica. Desta forma será possível haver linhas principais de investigação assumidas pela instituição, sem prejuízo pela diversidade de áreas do conhecimento, bem como um aprofundamento da relação com a região da Beira Interior.

Tem sido preocupação da ESACB:

- disponibilizar conhecimentos científicos actualizados e pertinentes para a actividade profissional e o entendimento dos processos tecnológicos;
- articular uma carga horária compatível com a expressão que se pretende dar às diferentes unidades curriculares, procurando também um equilíbrio entre as aulas teóricas e as práticas;
- a coordenação dos conteúdos curriculares, a nível das Unidades Departamentais, do Coordenador de Curso e do Conselho Científico;
- um forte incremento no acervo da biblioteca para assuntos de premente actualização e modernidade;
- um intenso aumento no equipamento técnico-científico a que os docentes e alunos têm acesso para a maior parte das aulas práticas e estágios.

A compatibilização entre a duração da carga horária e os conteúdos programáticos a ministrar foi considerada num equilíbrio entre o perfil formativo e a carga horária total.

Face ao atrás exposto, somos de opinião de que a implantação da ESACB no meio em que se insere está bem consolidada, assim como a sua evolução tem de algum modo acompanhado as mudanças no sector agrário, mantendo a consistência dos seus objectivos relativamente à área de conhecimento. Resta-nos considerar que as mudanças no sector

agrário não estabilizaram, cremos mesmo que irão continuar e a um ritmo mais acelerado, pelo que o curso tem adoptado uma dinâmica de inovação, antecipação e de orientação relativamente à mudança.

28. REALIZAÇÃO DO CURSO

28.1 Estratégias da realização curricular

O curso de Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola apresenta no seu plano curricular, que é essencialmente composto por disciplinas, uma unidade curricular designada por Seminário, o qual corresponde a um trabalho de fim de ciclo, e um Estágio/Trabalho de Fim de Curso, realizados na fase terminal dos respectivos ciclos.

O Estágio curricular corresponde a um trabalho autónomo onde são desenvolvidas tarefas relacionadas com a expectativa do futuro exercício profissional, enquadradas num plano bem definido. O Seminário consiste num trabalho individual elaborado e apresentado no âmbito das temáticas abordadas no Curso, com base numa revisão bibliográfica, podendo ser complementado ou não por uma componente prática. O desenvolvimento de actividades no âmbito destas unidades curriculares permite o contacto com as empresas e instituições na perspectiva de integração profissional.

No âmbito das disciplinas de natureza aplicada desenvolvem-se, igualmente, um conjunto de actividades relacionadas com o futuro desempenho profissional, com recurso às instalações, equipamentos e terrenos agrícolas da ESACB, que se configura como uma quinta experimental. Pode-se afirmar que o Curso possui uma componente prática bastante acentuada, em que as diferentes actividades decorrem nos diferentes sectores da ESACB.

Ao longo do Curso são praticados os diversos tipos de aulas, verificando-se que as aulas laboratoriais predominam no 1.º ano no âmbito da leccionação das disciplinas de base. As aulas teórico-práticas são leccionadas essencialmente durante o 1.º ciclo. A realização de trabalhos de grupo é estimulada, sendo prevista a sua realização no âmbito das disciplinas de índole aplicada, que se concentram no 2.º ciclo.

28.2 Metodologias de acção pedagógica

As práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito das diferentes unidades curriculares demonstraram estar ajustadas às suas especificidades. Verifica-se que nos primeiros anos do curso predominam as disciplinas de natureza básica e estruturante, onde se privilegiam os processos de ensino expositivos complementados com trabalhos práticos demonstrativos,

aplicando temas fundamentais do programa teórico, sendo ainda apresentados casos de estudo. Nas disciplinas de carácter instrumental realizam-se trabalhos práticos de laboratório e outros exercícios práticos de acordo com protocolos.

No 2.º ciclo predominam as disciplinas de natureza estruturante e aplicada. Nestas últimas as estratégias pedagógicas adoptadas consubstanciam-se, para além dos métodos expositivos e demonstrativos já referidos, no desenvolvimento de trabalhos individuais e de grupo, verificando-se nas disciplinas aplicadas à produção agrícola, trabalhos práticos em sectores agrícolas da Quinta da ESACB, assim como, a realização de visitas de estudo a empresas, institutos de investigação e explorações agrícolas. Promove-se, igualmente, uma participação mais activa dos alunos através da discussão dos diferentes temas abordados.

Na leccionação da maioria das disciplinas foi evidente o recurso a meios audiovisuais e novas tecnologias de informação e comunicação para apresentação das matérias.

Os alunos têm à sua disposição 4 salas equipadas com material informático com capacidade para 128 alunos, bem como um laboratório de SIG e CAD. Os sectores de Hortofloricultura e Jardinagem, Arboricultura e Protecção Vegetal, possuem espaços próprios de trabalho que, os alunos, mediante prévia autorização do responsável pelo sector, podem utilizar para a realização de trabalhos no âmbito do curso.

No âmbito das diferentes disciplinas bem como durante a realização estágio curricular, os alunos utilizam as diferentes instalações, equipamentos e terrenos agrícolas para realizar o seu trabalho experimental.

Em praticamente todas as unidades curriculares foi disponibilizada bibliografia e outros equipamentos didácticos aos alunos. Foram igualmente disponibilizados materiais audiovisuais para as apresentações realizadas no âmbito das diferentes unidades curriculares, com particular referência para as apresentações dos trabalhos de estágio e de seminário.

A colaboração interdisciplinar verificou-se de uma forma mais expressiva na realização de conferências e visitas de estudo.

O apoio e acompanhamento dos alunos por parte dos docentes está contemplado no Regulamento Interno da ESACB, sendo definido um horário de atendimento aos alunos. Este procedimento é seguido pela generalidade dos docentes, existindo uma disponibilidade por parte destes para o acompanhamento dos alunos.

28.3 Trabalho científico associado

Durante o período em análise, três anos lectivos, os docentes da ESACB participaram em 27 projectos de investigação directamente relacionados com matérias do

âmbito do curso de Produção Agrícola, dos quais 20 foram realizados em parceria com outras instituições.

Alguns destes trabalhos integram o desempenho individual de docentes para a realização de dissertações conducentes à obtenção de graus académicos. A exigência, imposta a cada docente, em obter graus académicos indispensáveis ao percurso na carreira docente, origina alguma dispersão por equipas de investigação em áreas científicas muito diversas e específicas, exteriores à Escola, em instituições geograficamente afastadas.

Outros trabalhos de investigação, em parceria com outras instituições ou não, envolvem grupos de docentes da ESACB que lhes conferem o necessário suporte técnico e científico. Estes começam a constituir a base de uma cultura de investigação própria da Escola direccionada para actividades do meio agrícola e rural, específicas da região em que se insere. Salientam-se a este propósito, projectos de investigação no domínio das áreas científicas próprias do curso de Produção Agrícola, relacionados com a cultura do olival, com a produção de azeite, com o uso sustentável da água, dos resíduos e do solo.

O espaço da quinta da Escola tem servido para a realização de ensaios, no âmbito destes projectos. Referem-se a título de exemplo os de longa duração, como sejam a estação experimental de ensaios de erosão e o ensaio de não-mobilização em olival.

Grande parte dos projectos de investigação são apoiados por programas específicos de financiamento, o que à partida é o garante do reconhecimento do seu interesse e validade científicos. Em consequência, estes projectos de investigação têm dado origem a uma considerável produção científica.

A produção científica tem sido divulgada através de dissertações, relatórios, artigos publicados e apresentações feitas em congressos. É de notar um crescente número de artigos publicados em revistas com *referee*.

29. RECURSOS DISPONÍVEIS

29.1 Recursos Humanos

O corpo docente da Escola distribui-se, predominantemente, pela classe etária entre os 30 e os 50 anos de idade. Apresenta uma dinâmica de formação permanente nos diferentes níveis de qualificação académica, mestrado e doutoramento e, em outros cursos de formação de curta duração. São diversos os projectos de investigação que existem em parceria com outras instituições, nacionais e estrangeiras, promotores de intercâmbio cultural e científico. Todos estes aspectos contribuem para ajuizar a boa qualidade e consistência científica e técnica do corpo docente da Escola.

A assiduidade dos docentes ao curso pode medir-se pelo número de aulas realizadas face ao número previsto no calendário escolar. Os valores obtidos para este índice encontram-se, para cada disciplina, nos quadros 18.2 a 18.4. Relativamente ao ano lectivo 2001/02 tomaram em média os seguintes valores; aulas teóricas 97,0%, aulas práticas 97,0%, aulas teórico-práticas 97,1%, aulas práticas – laboratoriais 98,6% e aulas práticas – aplicadas 100,0% e, para o conjunto dos três anos lectivos em análise obtiveram-se os valores médios respectivamente 96,6%, 96,5%, 95,8%, 97,8% e 100%.

29.2. Instalações

As condições de trabalho consideram-se, de um modo geral, boas no que se refere ao apoio institucional, à adequação das instalações e à disponibilidade e acessibilidade do equipamento didáctico, por parte de professores e alunos.

A ESACB dispõe de salas de aula em número adequado. Os laboratórios ocupam uma área apreciável das instalações existentes, abrangendo actividades muito diversificadas importantes para a formação básica e específica dos alunos.

A análise dos valores obtidos para os índices de ocupação relativos a salas de aula e laboratórios mostra que, de forma geral, a sua capacidade tem sido ajustada. Encontram-se casos pontuais (três) de sobrelotação que carece resolver, correspondendo às unidades curriculares de: Protecção Integrada (2.º ano), Gestão e Controlo de Qualidade e Ordenamento do Espaço Rural (5.º ano).

As condições de arranjo e conforto das salas de aula consideram-se adequadas. No que se refere às condições ambientais algumas salas apresentam deficiências ao nível da acústica.

As áreas de produção agrícola, nomeadamente horticultura, fruticultura e culturas arvenses permitem o apoio a aulas práticas e desenvolvimento de trabalhos de fim de curso que contribuem de uma forma muito positiva para formação prática dos alunos.

A acessibilidade dos alunos aos locais de aula em salas, laboratórios ou em campos de cultura é dificultada pelo afastamento existente entre alguns desses locais. Contudo, tem sido tomado em conta este aspecto na elaboração dos horários, no sentido de reduzir ao mínimo o número e dimensão de trajectos a impor aos alunos entre as aulas previstas para o mesmo período.

Actualmente o número de gabinetes de professores é suficiente.

Em relação às salas de estudo, existe algum grau de insatisfação dos alunos. No entanto, o alunos dispõem de uma sala (n.º 78), onde podem fazer trabalho de grupo ou individual, com sete mesas, 28 lugares sentados e quatro computadores. Dispõem ainda da

Biblioteca, que funciona em horário contínuo das 9 h às 19 h. A Biblioteca dispõe de um regulamento de funcionamento próprio aprovado em reunião de Conselho Pedagógico e homologado pelo Director.

29.3. Equipamentos

Os equipamentos disponíveis quer para docentes quer para alunos consideram-se actualizados. Nos laboratórios, nas instalações agrícolas e no parque de máquinas os equipamentos são diversos e adequados para a docência das aulas práticas do curso.

Existem ainda equipamentos mais específicos para apoio a trabalhos de investigação.

Os meios informáticos constituem actualmente o exemplo mais rápido de evolução. Os docentes da Escola dispõem, na sua quase totalidade, de um computador pessoal adquirido nos últimos dois anos e ligados entre si através de uma rede local da ESACB (Intranet) e com ligação à Internet.

A Escola dispõe de quatro salas de informática para os alunos com uma capacidade média de 15 lugares, com ligação à Intranet e Internet. Duas das salas destinam-se a aulas e as outras duas para utilização pelos alunos. A sala com equipamento mais antigo (com cerca de quatro anos) está presentemente a ser actualizada com novos computadores.

O software disponibilizado na rede local da Escola tem tido uma actualização permanente.

A Biblioteca engloba todas as áreas científicas relacionadas com os cursos ministrados. Existe um fluxo anual de actualização da biblioteca através da aquisição de obras que é feita mediante propostas dos docentes reunidas em cada unidade departamental.

De referir a título indicativo a aquisição de 4.500 monografias durante os últimos quatro anos.

30. RESULTADOS OBTIDOS

Os regimes especiais que são praticados na ESACB abrangem os trabalhadores-estudantes, os dirigentes associativos, os alunos militares e os estudantes eleitos para órgãos de gestão da ESACB e/ou IPCB, e regem-se pela legislação em vigor.

A calendarização das provas de avaliação é definida no início do semestre mediante proposta do Conselho Pedagógico após consulta dos docentes responsáveis pelas diferentes unidades curriculares, sendo posteriormente homologada pelo Director da

ESACB. O tipo de avaliação está especificado no Regulamento Interno da ESACB, sendo previstas as modalidades de avaliação contínua, periódica e por exame final.

Com base na análise das taxas de insucesso nas unidades curriculares não se verificou situações de anormalidade. As taxas de aprovação nunca se situam abaixo dos 20%. Por outro lado, em 90% das disciplinas a taxa de reprovação foi inferior a 50%. Verificou-se ainda que as taxas de reprovação são mais elevadas nas disciplinas de natureza básica, leccionadas no primeiro ano. Tal deve-se provavelmente a uma insuficiência na preparação dos alunos que ingressam na ESACB.

A maioria dos alunos segue a licenciatura, verificando-se no horizonte temporal em análise um aumento significativo do número de alunos que terminaram os graus em n anos ($n=3$, 1.º ciclo e $n=2$, 2.º ciclo) e, que dos alunos que terminaram o bacharelato em 1999/00, 100% dos que se encontravam inscritos no 5º ano em 2001/02, terminaram a licenciatura, neste ano. Pode concluir-se que neste triénio os tempos médios de conclusão do curso são aceitáveis.

Relativamente à duração do estágio de licenciatura o período reduziu-se relativamente ao que se verificava no antigo curso de Engenharia de Produção Agrícola tendo-se reduzido o período de mais de 12 meses, para uma maioria (60%) com a duração entre 6 a 12 meses, havendo cerca de 16,6% de alunos que terminam em 6 meses.

De destacar ainda, que cerca de 71% dos estágios foram realizados em entidades públicas ou privadas de índole técnica ou de investigação e que esta ligação com o exterior é de estimular para que se possibilite o contacto directo dos alunos com a realidade do sector agrícola nacional.

31. AMBIENTE DE TRABALHO

A coordenação do curso em análise é realizada pela figura do Coordenador de Curso, nomeado a partir do meados de 1999, só se tendo no entanto aprovado as suas funções em reunião de Conselho Científico em 19 de Abril de 2002.

Apesar de não se verificarem reuniões regulares para apreciação do funcionamento do curso, alguns problemas que vão surgindo, vão sendo resolvidos pontualmente entre os intervenientes mais directamente relacionados.

Alguns dos problemas que se levantaram foram:

- Coordenação entre programas de disciplinas afins;
- Organização de visitas de estudo interdisciplinares.

Em relação ao primeiro é considerado por 50% dos docentes que existe coordenação entre programas de disciplinas afins. A mesma percentagem de docentes responde que o número de reuniões relacionadas com o curso é razoável (Quadro 26.1).

A organização de visitas de estudo interdisciplinares de que se referem vários exemplos no Quadro 19.1 revelam uma boa interligação entre docentes e complementaridade de programas. Este aspecto de boa articulação entre disciplinas é valorizado pelos alunos, que respondem maioritariamente de uma forma positiva a esta questão (Quadro 26.4). A elevada percentagem de alunos que não tem opinião sobre a articulação das disciplinas do curso deve advir de repostas dos alunos do 1º ano que ainda não têm uma opinião referente à sequência de programas.

32. CULTURA DE QUALIDADE

Tendo em consideração toda a informação e as acções decorrentes dos dois momentos de auto-avaliação (à instituição e ao curso) precedentes do presente trabalho, podemos afirmar que existe em torno do curso de Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola uma cultura de qualidade. Porém, no nosso entender, esta afirmação carece de algumas considerações por forma a esclarecer aspectos que consideramos fundamentais.

Se entendermos a cultura de qualidade como o resultado da interacção de todo um conjunto de factores, tais como, humano (docente e não docente), de organização e funcionamento curricular, de acesso à informação e sua divulgação, de infra-estruturas e equipamentos, entre outros, podemos afirmar que a cultura de qualidade que actualmente se identifica resulta de um esforço global continuado ao longo de todo o percurso da ESACB, independentemente de cada um dos cursos que ministra. Desde o seu regime de instalação até ao momento actual, verificou-se sempre, por parte dos seus dirigentes e órgãos responsáveis, essa preocupação.

Ao nível do factor humano foi sempre preocupação recrutar docentes numa perspectiva de necessidades de formação bem caracterizadas, para além de tentar garantir a necessária estabilidade contratual, daí que o quadro docente da ESACB esteja completo e que cerca de 93% dos seus docentes estejam em regime de exclusividade; a sua qualificação académica tem também merecido uma atenção permanente. Para o bom funcionamento dos serviços tem havido uma constante intervenção ao nível da actualização de conhecimentos por parte do pessoal não docente que se tem traduzido numa crescente frequência de acções de formação aos mais diferentes níveis. Estes são indicadores que revelam profissionalismo e dedicação ao trabalho.

A organização e funcionamento curricular recebe, por parte do Conselho Científico, uma atenção permanente e tenta reflectir a evolução das necessidades de formação regionais e nacionais no que diz respeito ao desenvolvimento e progresso do país.

O acesso à informação e sua divulgação é considerado hoje o factor básico no desenvolvimento de qualquer área das sociedades modernas pelo que tem também sido objecto de desenvolvimento permanente também reflectido neste relatório.

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos julgamos que o presente relatório é o mais importante testemunho do entendimento que temos do ensino superior politécnico como sendo um ensino experimental e prático e, como tal, com uma necessidade de todo um conjunto de estruturas de suporte ao desenvolvimento de competências do saber fazer.

Não deixamos no entanto de reconhecer que todo este esforço necessita agora de ser objecto de um processo de avaliação sistemática e permanente, com base em critérios objectivos e claros mas também comparáveis, por forma a poderem ser feitas análises e reflexões que permitam implementar de uma forma racional medidas e estratégias de curto e médio prazo para correcção e melhoria de funcionamento de todo o sistema, na certeza de alcançar índices de qualidade mais elevados e mais consistentes.

33. DIFUSÃO DO CURSO

A divulgação dos cursos da ESACB é uma das acções a que esta tem vindo a dispensar atenção crescente ao longo dos últimos anos. No que respeita ao período de referência deste relatório pode-se informar que a ESACB, através da sua Comissão de Divulgação, especificamente designada para o efeito, participou em diversas acções de divulgação, das quais se destaca uma acção desenvolvida, em conjunto com as demais escolas do IPCB e com a colaboração e coordenação deste, junto das escolas secundárias na área de influência da ESACB. Posteriormente e desde Julho de 2000 a Comissão de Divulgação da ESACB tem igualmente recorrido a vários processos para divulgar os seus cursos, nomeadamente a Licenciatura em Engenharia das Ciências Agrárias.

Foi elaborada uma brochura actualizada para a divulgação de todos os cursos ministrados na ESACB com a seguinte informação: os meios de que dispõe, a organização curricular, os objectivos e saídas profissionais de cada curso.

A apresentação dos cursos ministrados na ESACB junto dos finalistas do ensino secundário tem sido garantida através do envio periódico de folhetos de divulgação da ESACB para todas as Escolas Secundárias da região assim como todas as Escolas Técnico-Profissionais (na área agrícola) do país.

A ESACB também tem vindo a participar anualmente no Dia da Ciência com a organização de actividades interactivas nos diferentes espaços da ESACB.

Em 2001 foi aberto um concurso público para a criação de um logotipo da ESACB. Foi atribuído um prémio simbólico ao autor da proposta vencedora. Posteriormente foi encomendada a impressão deste logotipo em vários tipos de brindes.

- A participação da ESACB em feiras tem constituído uma forma de divulgar os seus cursos junto dos potenciais interessados. Desde Julho de 2000 a ESACB esteve presente com grupos de alunos e docentes em sete feiras relacionadas com o sector agrário e educação/ensino superior de Norte a Sul do País.

No âmbito da participação da ESACB nas feiras acima mencionadas foram elaborados vários posters e painéis de divulgação dos cursos assim como colecções de fotografias digitalizadas dos espaços na Escola. Existe também um filme recente sobre a escola e o seu parque botânico.

Acresce a tudo isto a existência de um *site* na Internet (www.esa.ipcb.pt) onde é disponibilizada informação actualizada sobre os cursos da ESACB e sobre actividades associadas ao funcionamento da instituição.

34. IMAGEM SOCIAL DO CURSO

O Instituto Politécnico dispõe de uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA) para os diplomados das suas unidades orgânicas, entre os quais se encontram os diplomados em engenharia das ciências agrárias. A UNIVA visa fornecer serviços de apoio à orientação e colocação, à organização de estágios e formação profissional e outras formas de contacto com o mercado de trabalho. Em termos específicos apresenta como objectivos o acolhimento, a informação e orientação profissional e o apoio e acompanhamento dos jovens diplomados em experiências no mundo do trabalho tendo para isso desenvolvido as seguintes actividades:

- acolhimento, informação e orientação profissional;
- informação e orientação escolar visando a integração na vida activa;
- apoio à frequência de estágios e curso de formação profissional e a promoção de outras formas de contacto com o mercado de trabalho;
- recolha e divulgação de ofertas de emprego e de formação profissional e promoção de contactos regulares com as empresa e outras entidades empregadoras.

Relativamente ao acompanhamento dos antigos diplomados, apesar de ainda não existir uma organização formal para o efeito, espera-se que, a breve prazo, esteja concretizada a ideia de formar uma Associação de Diplomados da ESACB, que venha a desenvolver acções específicas de acompanhamento dos diplomados.

Porém, é de salientar, que a ESACB desde sempre tem feito estudos sobre a inserção e percurso profissional dos seus diplomados. Destes estudos têm sido retiradas algumas indicações que têm sido levadas em consideração, designadamente:

- reforçar as componentes práticas da formação;
- importância de uma maior aproximação das práticas à realidade agrícola do país;
- atender à preparação para o desempenho profissional;
- identificação de áreas de formação com sentido de oportunidade;
- levantamento das necessidades de formação de especialização ou de actualização.

Apoiando-nos na informação que nos foi disponibilizada através dos estudos à inserção profissional dos diplomados e de opinião das entidades empregadoras (Quadros 25.7 e 26.33) podemos proceder a uma apreciação global dos aspectos visados.

No que se refere aos diplomados

O grau de satisfação que manifestam relativamente ao seu Curso é francamente positivo, apesar de, em alguns casos, as questões relacionadas com o mercado de trabalho conduzirem a uma apreciação negativa, e como tal, merecem atenção redobrada.

Podem-se considerar como satisfatórios os dados relativos à obtenção e à mobilidade no emprego, com particular relevância para o facto de uma larga maioria se verificar dentro do sector agrícola.

No desempenho das actividades profissionais os diplomados exercem um conjunto de cargos e responsabilidades às quais se encontram afectos um grande leque de tarefas e funções a maioria consistentes com a formação facultada pelo curso.

O sector privado predomina entre as entidades empregadoras, desempenhando as empresas do ramo e as organizações de produtores um papel preponderante.

No que se refere às entidades empregadoras

Detêm uma imagem bastante favorável relativamente à formação ministrada no curso de Engenharia de Ciências Agrárias.

Embora as entidades empregadoras reconheçam a formação, tanto teórica como prática, como elementos muito positivos no desempenho profissional dos seus funcionários, existem alguns aspectos de natureza sócio-afectiva e de gestão de recursos

humanos que são apresentados como menos positivos. Entre eles encontram-se as capacidades de decisão, inovação e espírito de iniciativa. Embora estas capacidades não constituam por si objectivos específicos de áreas científicas do *curriculum* do curso, será de considerar o facto de poderem e deverem ser inseridas nos objectivos genéricos de cada unidade curricular.

A opinião que as entidades empregadoras têm relativamente à imagem geral dos diplomados pela ESACB é bastante favorável. Do mesmo modo, também é elevado o reconhecimento da importância que este tipo de formação representa para o desenvolvimento da região.

Embora se possa considerar que as opiniões relativas a aspectos específicos do desempenho profissional directamente relacionados com o plano curricular do curso sejam difíceis de recolher e de interpretar, não podemos deixar de referir que os dados recolhidos revelam uma situação bastante favorável. No entanto, nas situações em que os valores de descontentamento foram superiores a 20% (Quadro 26.36), pensamos ser relevante questionar as razões para tal ocorrer e proceder de forma a superar essa deficiência.

No que respeita à acreditação do Curso de Engenharia das Ciências Agrárias da ESACB e à inscrição dos seus diplomados em Ordens ou Associações Profissionais de Engenharia é preciso considerar: a particular importância económica e social de que se reveste a profissão do engenheiro em ciências agrárias na sua vertente técnica; o modo como os seus diversos ramos de especialidade intervêm na sociedade civil. Nessa medida, é exigida a definição e execução de um conjunto de regras que constituem o enquadramento essencial do acesso e exercício das áreas de actividade e saber compreendidas na profissão.

Existem duas Associações profissionais do sector: a OE - Ordem dos Engenheiros (criada pelo Decreto-lei n.º 27288/36, de 24 de Novembro) e a ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (criada pelo Decreto-Lei n.º 349/99 de 2 de Setembro).

A Ordem dos Engenheiros tem como escopo fundamental contribuir para o progresso da engenharia, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, bem como o cumprimento das regras de ética profissional, dependendo o exercício da profissão da atribuição do título de Engenheiro, o qual é precedido de inscrição como membro efectivo da Ordem. A admissão como membro efectivo depende da titularidade de licenciatura, ou equivalente legal, em curso de Engenharia, estágio e prestação de provas.

Poderão ser membros estagiários da Ordem os licenciados em Engenharia oriundos de “cursos acreditados” sendo a estes dispensado o exame de admissão. Todos os licenciados em cursos não acreditados poderão candidatar-se a membros Estagiários, e

após realização do estágio e aprovação em exame de admissão, ser admitidos como membros efectivos.

A ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, é a associação pública representativa dos detentores de bacharelato em Engenharia, ou formação legalmente equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico sendo, entre outras, atribuição da Associação a concessão do título de engenheiro técnico. A admissão como membro efectivo depende apenas de inscrição e prova de titularidade de bacharelato em Engenharia em curso oficialmente reconhecido ou formação legalmente equiparada.

O curso de Licenciatura em Engenharia das Ciências Agrárias da ESA – Ramo Agrícola ao conferir, em modelo bi-etápico, os graus de Bacharelato e Licenciatura, permite que os técnicos formados se inscrevam em ambas associações referidas. Para a ANET como foi referido, basta apenas a inscrição, enquanto que para a OE, como se tratam de cursos não acreditados, haverá necessidade de realização de exame para admissão como Membro Estagiário, realização de Estágio com Patrono ou Estágio Profissional, e subsequente passagem a Membro Efectivo.

Não dispomos de dados sobre o número de técnicos inscritos em qualquer das referidas associações mas tem havido constante preocupação em informar os jovens diplomados da existência dessas associações profissionais e do interesse de a elas pertencerem.

V. CONCLUSÕES

Com base na informação recolhida pela equipa de avaliação da qual resultaram os capítulos anteriores, procedeu-se à análise qualitativa dos aspectos considerados mais relevantes. Produziu-se, assim, um conjunto de indicadores que são objecto de juízos e sugestões segundo uma perspectiva construtiva e integradora de um sistema de qualidade. Deste modo, e seguindo as indicações propostas pelo guião, apresentamos um leque de observações qualitativas sobre os assuntos que julgámos mais pertinentes, os pontos fortes e os pontos fracos, a identificação das medidas ou propostas a desenvolver.

A ESACB encara o ensino da Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola como uma actividade promotora do desenvolvimento de um conjunto de capacidades e conhecimentos que permitam aos diplomados apresentarem-se aptos para o desempenho profissional como técnicos no sector agrário. Este curso revela-se, de um modo geral equilibrado, com uma adequada estrutura curricular, bem reconhecida pelas entidades empregadoras.

Reportando-nos ao período de análise do presente relatório, verificamos que o nível de preparação dos alunos que ingressam no curso de Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola é relativamente baixo, e em muitos casos a motivação para se empenharem num curso inserido no sector agrário é bastante fraca. Esta situação, já referida em relatórios anteriores, pouco tem evoluído e constitui, à partida, um factor limitante em qualquer processo de formação. Não obstante, tem-se conseguido implementar uma estratégia de formação de nível superior que tem atenuado as referidas limitações. Os diplomados pela ESACB tem uma boa aceitação pelas entidades empregadoras, junto das quais têm demonstrado um bom desempenho, facto que constitui para nós, um bom indicador do nível de adequação do ensino

Verificou-se uma evolução positiva relativamente ao curso de Engenharia de Produção Agrícola leccionado anteriormente e que se pode sistematizar nos seguintes pontos:

1. Evolução positiva das matérias leccionadas no curso tendo como temática os problemas ambientais.

As disciplinas semestrais introduzidas ou modificadas relativamente ao *curriculum* anterior visam permitir uma melhor adaptação das matérias a leccionar à conjectura actual da agricultura, nomeadamente no que respeita às questões ambientais. Assim as disciplinas de Protecção Vegetal II, III e IV, evoluíram para disciplinas de Protecção Integrada, bem como disciplinas na área de Produção Agrícola evoluíram para Produção Integrada de Culturas, Agricultura Sustentável e Agricultura

Biológica. Neste contexto foram ainda introduzidas disciplinas de análise e protecção ambiental como sejam Paisagismo, Ecologia da Produção e Protecção do Ambiente, Ordenamento do Espaço Rural e Conservação do Solo e da Água.

No domínio da gestão, planeamento e mercados deparamos com uma evolução muito positiva relativamente ao curso de Engenharia de Produção Agrícola existente, como se pode observar pela comparação dos *curricula* apresentados, tendo estas disciplinas sido colocadas no último semestre lectivo, quando os alunos se encontram a um passo da entrada na vida activa.

2. Redução significativa do período de tempo para obtenção do bacharelato.

Esta redução prende-se essencialmente com a alteração do Trabalho de Fim de Curso que se verificava no final do Bacharelato, para a unidade curricular Seminário, a qual corresponde a um trabalho de fim de ciclo (ponto 18.6).

3. Aumento da produção científica em revistas de divulgação nacionais, o que contribui para a divulgação dos trabalhos realizados, bem como para a divulgação da Instituição.

O corpo docente que ministra o curso é estável com elevado nível de qualificação técnica e científica, bem como uma considerável experiência pedagógica nas suas diversas áreas científicas.

Aos licenciados em Engenharia das Ciências Agrárias – Ramo Agrícola é conferida uma formação que os capacita para intervir nas mais diversas áreas do sector agrário. São ainda incentivados no sentido de desenvolverem um espírito criativo e inovador que lhes proporcione uma melhor versatilidade e adaptação às solicitações do mercado de trabalho.

Relativamente à investigação desenvolvida pelos docentes que ministram o curso, existem, para além daquela que é desenvolvida no âmbito e na continuidade dos cursos de mestrado e programas de doutoramento, iniciativas de projectos de investigação da Escola integradoras do seu corpo docente e não docente, direccionados para temáticas regionais e desenvolvidos ao abrigo de programas nacionais de apoio à investigação/experimentação.

Ao nível da ESACB, reflectindo-se posteriormente na evolução positiva do curso destacam-se os seguintes pontos:

1 Aumento e actualização de equipamento informático e projectores multimédia disponível para docentes e alunos.

- 2 Aumento do número de protocolos celebrados com outras Instituições, mas continuando a não existir coordenação para a maior parte deles, que clarifiquem os objectivos e garantam o seu cumprimento pelos signatários.
- 3 Alargamento do período de funcionamento da biblioteca, funcionando em horário contínuo das 9 horas às 19horas, nos dias de semana.

35. PONTOS FORTES

1. Cumprimento dos **objectivos definidos para o curso** proporcionando uma formação teórica bastante completa e uma preparação adequada para o exercício da maior parte das funções profissionais que os diplomados da ESACB desempenham.
2. **Qualidade do ensino** ministrado pelos docentes adstritos ao curso, associado ao nível científico dos docentes e à sua assiduidade.
3. **Apoio à comunidade**, principalmente através das análises laboratoriais que são preciosas para uma região desfavorecida, como aquela em que nos inserimos.
4. Participação extraordinariamente activa dos **docentes na leccionação de acções de formação para técnicos e principalmente agricultores**, como uma forte ligação a Associações de Agricultores. Verificou-se no triénio, a participação de docentes em 41 acções de formação profissional.
5. **Relacionamento muito positivo** entre docentes e alunos, não só ao longo do seu percurso académico na Escola como no acompanhamento e apoio ao desempenho profissional dos ex-alunos, que com frequência estabelecem contactos.
6. **Elevado número de candidaturas a projectos de investigação, desenvolvimento experimental e divulgação** por parte de docentes e técnicos adstritos ao curso (PAMAF; AGRO, FCT; INTERREG; PRODEP).
7. Aumento muito substancial do **equipamento laboratorial** disponível, proveniente da acção da Direcção da ESA e de verbas atribuídas a projectos de investigação desenvolvidas pelos docentes.
8. Reconhecimento, pelos diferentes órgãos de gestão da ESACB, da importância dos docentes frequentarem **acções de formação e actualização de curta duração**.
9. **Aumento substancial do acervo da biblioteca**, incluindo meios informáticos e de pesquisa em bases de dados.
10. Existência de **meios informáticos actualizados**, equipamento e programas, disponível para uso pelos alunos e docentes em quantidade adequada.

11. Existência de uma **publicação periódica técnico-científica** (*Agroforum*) de divulgação de trabalhos de índole técnica e científica no âmbito das matérias leccionadas nos curso da Escola.

36. PONTOS FRACOS

1. Deficiente **articulação interdisciplinar** entre programas de unidades curriculares.
2. Carência de **actualização de material didáctico** de apoio ao desenvolvimento dos programas de algumas unidades curriculares.
3. **Ausência de política de prioridades dada à disponibilidade de transporte** para se efectuarem visitas de estudo interdisciplinares.
4. **Demasiada dispersão na actividade dos docentes**, pela existência de muitas funções administrativas que lhes são atribuídas, em paralelo (ou concorrência) com a sua actividade docente, originando em certos casos a alteração dos horários das aulas.
5. Deficiente **implementação da política institucional de investigação** com definição de linhas principais de actuação com carácter integrado e que atenda preferencialmente às necessidades específicas da região, embora se tenham verificado iniciativas de investigação continuadas na área da olivicultura e tecnologias do azeite.
6. Fraca **cooperação entre escolas congéneres e outras instituições de ensino superior** da mesma área do conhecimento, excepto no caso de mestrados e doutoramentos.
7. Inexistência de um **plano interno anual ou semestral dos encontros técnico-científicos** que são organizados na ESACB.
8. Falta de rotina na **recolha e tratamento de informação no que concerne aos processos de auto-avaliação**, pela inexistência de pessoal administrativo associado ao GAV.

37. PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO

Da análise feita nos capítulos anteriores foi-nos possível identificar alguns problemas passíveis de serem resolvidos ou minorados. Para tal apresentamos algumas propostas de intervenção que julgamos poderem ser um contributo para esse objectivo.

- O coordenador de curso deverá executar eficazmente o seu papel, com o objectivo de promover uma melhor articulação interdisciplinar que assegure a

coerência entre as matérias leccionadas, promovendo, junto dos responsáveis das unidades curriculares, a actualização e inovação dos conteúdos programáticos de forma a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem num sector em rápida evolução.

- A dinâmica de formação dos docentes, nas suas diferentes vertentes, mestrado, doutoramento e outros cursos de actualização deve ser mantida, sempre que possível com recurso a programas de financiamento, por forma aliviar o esforço financeiro feito pela própria Escola.
- A política de investigação da Escola deve ser institucionalizada na figura de coordenadores, que devem promover a concretização de projectos e o envolvimento e a participação de todos os docentes e técnicos, assegurando as linhas de investigação concertadas com interesses regionais e institucionais já definidas.
- Proceder à elaboração dum plano anual ou semestral de actuação em que se definam as actividades e os objectivos no âmbito da organização de encontros técnico-científicos.
- Potenciar um ainda maior envolvimento da ESACB em programas de cooperação com outras instituições de ensino superior e de investigação, a nível nacional e internacional, que possibilitem o intercâmbio de experiências e a mobilidade de alunos.
- Incluir a formação profissional específica do pessoal operário e auxiliar no plano de formação do pessoal não docente. Melhorar e alargar ainda mais o leque de oferta em consonância com a melhoria da capacidade de resposta da instituição.
- Desenvolver trabalhos no sentido de apresentar à Ordem dos Engenheiros os dossiês de Candidatura para a acreditação do curso o mais breve possível. Até lá, mesmo sem o curso estar acreditado, desenvolver acções no sentido de apoiar os diplomados nos procedimentos de inscrições para exame e candidatura a membro da OE.
- Dotar o Gabinete de Avaliação de estruturas consistentes para uma actividade contínua por forma a permitir um processo de avaliação sistemática e permanente, disponibilizando a divulgação da informação através da rede interna em tempo útil. Este procedimento deverá ser a base para análises e reflexões que

permitam implementar de uma forma racional medidas e estratégias de curto e médio prazo. Associar ao GAV a incumbência formal de implementar um sistema de qualidade deve também ser objectivo a cumprir.

- Planear e implementar, em colaboração com a Associação de Estudantes, acções que promovam junto dos alunos uma maior motivação pelo curso que frequentam e um maior relacionamento com as problemáticas a ele associadas.



INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

Gabinete de Avaliação da ESACB

Qta. da Sra. de Mércules – Apartado 119

6001 – 909 CASTELO BRANCO

Tel. – 272 339 990 ✧ Fax – 272 339 901 ✧ Email – gav@esa.ipcb.pt